

---

## **060ª SESSÃO ORDINÁRIA – 01JUL2013**

**(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, eu protocolei aqui na Casa um Pedido de Informações, o qual eu peço que V. Exa. encaminhe, relativo à aeronave que estava circulando no espaço aéreo desta Capital no dia 27 de junho de 2013 à noite, conforme a mídia que segue anexa, solicitando as seguintes informações: a quem pertencia e quem autorizou a circulação do helicóptero nas imediações da Praça dos Três Poderes – que compreende a Assembleia Legislativa, a Catedral e o Palácio do Governo –, juntamente com o plano de voo, os custos desse helicóptero, a mídia que divulgava esse helicóptero, bem como o nome do piloto desse helicóptero que inflava o povo nesse dia, quando havia uma manifestação, uma concentração na frente desse local.

Então, entrego o Pedido de Informações a Vossa Excelência.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Vamos encaminhar isso, sem dúvida.

Conforme o acordo de Lideranças, passaremos, imediatamente, para a Ordem do Dia.

(14h10min) Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

Aprego o Requerimento, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que solicita retirada da Emenda nº 07 ao PLCE nº 007/13. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Aprego o Requerimento, de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 10 e nº 11 ao PLCE nº 007/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 12 ao PLL nº 007/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Requerimento, de autoria do Engº Comassetto, que solicita que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 04, 05, 06 e 08 ao PLCE nº 007/13.

Apregoo as Emendas nºs 13 e 14, de autoria do Ver. Pedro Ruas e Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 007/13.

Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que solicita a dispensa do envio das Emendas nº 13 e nº 14 ao PLCE nº 007/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 01 e da Subemenda nº 01 ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que solicita sejam votadas em destaque as Emendas nºs 02, 03, 09, 13 e 14 ao PLCE nº 007/13.

Ver. João Carlos Nedel, farei um resumo de todo o processo de votação para poder orientá-los. Agora, entraremos na discussão do Projeto.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Só quero dizer que V. Exa. havia anunciado que a Emenda nº 01 havia sido retirada.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Vereador, as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13 e 14 são destacadas. Como se procede a discussão? Agora temos a discussão geral,  
pág. 2

---

---

onde os 36 Vereadores que quiserem discutir podem discuti-lo. Depois, vamos ter a votação das Emendas, quando pode falar um Vereador por Bancada, em cada Emenda destacada, mais o autor, e depois votaremos Emenda por Emenda, e depois o Projeto globalmente.

**O SR. MARIO FRAGA:** Presidente, dentro do possível, poderia conseguir as cópias das Emendas? Obrigado.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Consulto à Mesa se há sustentação regimental para que as Emendas não destacadas sejam votadas em bloco.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Sem dúvida. Gostaria de dizer ao Ver. Mario Fraga que essas duas últimas, que foram apresentadas agora, serão disponibilizadas; as demais estão na Internet. Quero pedir a compreensão e a colaboração dos Vereadores, porque nós seremos rígidos com o tempo hoje, excepcionalmente, pois temos de votar este Projeto.

Em discussão o PLCE nº 007/13. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon esta com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Vereadores e Vereadoras, boa-tarde a todos e a todas. Este tema é um dos mais quentes e é o estopim de um momento extraordinário do Brasil, de experimentação democrática, de presença do povo nas ruas, e com uma pauta densa, séria e forte que esse povo trouxe. Certamente por isso é que temos uma dezena de Emendas apresentadas à proposta singela do Prefeito Municipal de retirada do ISSQN do custo da passagem, ou seja, do encargo das empresas que gerenciam, que oferecem ônibus nesta Capital. Eu disse que é muito singela e digo agora que é singela demais. Primeiro, porque essa proposta desconhece, solenemente, todo o estudo que o Tribunal de Contas fez sobre o tema. A proposta vem acrescentar um benefício: vem tirar custos de um sistema cujo indicador do Tribunal de Contas... É um sistema que não está sob controle público, sequer sob controle da EPTC. Vários elementos do Tribunal de Contas indicam que a EPTC não consegue controlar os dados porque o sistema é de domínio da

---

pág. 3

---

ATP. A EPTC, portanto, é informada por dados controlados por quem presta o serviço, por empresas privadas. Não há controle público, não há confiabilidade nos dados apresentados, seja do IPK, sejam dos trechos realizados, seja do cumprimento das tabelas. Há muita evidência. O estudo do Tribunal de Contas informa que a tabela, ou seja, o serviço a ser prestado é o que conta para a planilha, mas ele não é realizado; há muito atraso, há muito horário saltado, e a EPTC não consegue fazer o controle de todas as linhas. Mais: esse estudo indica que há dados alterados ou diferenciados em relação aos praticados na Região Metropolitana no que diz respeito aos custos que compõem essa planilha: custo de recapagem de pneu, custo de óleo diesel, custo do próprio carro, do ônibus... E nós, Vereadores e Vereadoras, não temos nenhuma – nenhuma – medida saneadora desses aspectos junto no Projeto que veio a esta Casa. Nenhuma delas! Mais: o Tribunal de Contas aponta que o Conselho, o Comtu, tem um prazo exíguo para se posicionar sobre a tabela. Conhece a tabela no dia, ou no dia anterior, vota sobre ela e posiciona-se. Portanto, o controle da sociedade sobre a tabela de ônibus, o custo da passagem, sua composição e os reajustes também não funcionam como deveriam funcionar. Portanto, Ver. Alceu Brasinha, ofertaram mais uma redução já além da desoneração da folha proposta pelo Governo Federal sem nenhum novo mecanismo que possa impedir que continue, nesta Cidade, um reajuste acima da inflação.

Esta Cidade que já ocupou a sétima, a nona posição entre as cidades mais caras, e, agora, está como a segunda Capital mais cara. E, se o reajuste houvesse sido dado, seria a Capital com a passagem mais cara. Em uma Cidade que vive este período de descontrole do custo é temerário que simplesmente se reduza mais, porque pode cair apenas no aumento do lucro dos empresários que têm a concessão através de frágeis contratos. Alias, o lucro dos empresários também é apontado como díspar do que diz a legislação. Portanto, senhores, o pedido que eu faço no início deste debate é que avaliemos com mais cuidado as Emendas propostas que podem corrigir a origem desse...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 12 ao PLCE nº 007/13.

---

A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**A SRA. LOURDES SPRENGER:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Com relação à isenção de ISSQN, num montante significativo que vai sair dos cofres públicos para nunca mais retornar... ou seja, os próximos gestores vão ter que arcar com essa despesa que é do contribuinte, e considerar que, ao ler um jornal de fim de semana, onde diz que as pessoas andam como sardinha e que têm problemas com o transporte, foi reduzido o número de passageiros, conforme a matéria, devido à facilidade de transporte, e ainda nós vamos beneficiar os empresários com essa isenção! Isenção essa que pode resolver muitos leitos hospitalares que faltam, resolver o problema que nós lutamos tanto, que é a causa animal, para simplesmente abrir o cofre e entregar às empresas de transportes tão questionadas aqui na Capital e comprovado por matéria de quatro páginas neste fim de semana, de um jornal que até agora não foi contestado. Então, se acredita que tudo que está aqui é verdadeiro. Portanto, apresentar uma Emenda também dizendo que é para reduzir CCs, isso teria que ver o montante, o que está sendo gasto com os cargos de confiança, e se chegaria próximo a R\$ 15 milhões, que este é o valor significativo que essas empresas vão faturar sem apresentar planilha. De minha parte, aceitamos discutir este Projeto, mas que tenha a transparência nessas planilhas para que não ocasionemos problemas para os futuros gestores que, com toda a problemática que nós temos na Cidade e, muitas vezes, a informação de que o Orçamento não é suficiente, como é que nós vamos abrir os cofres para doar essa isenção às empresas sem resolver os problemas? Primeiro, vamos resolver o transporte, que haja lugares para as pessoas não andarem como sardinha dentro dos ônibus, e, sim, depois discutir as isenções, não simplesmente repassar dos cofres públicos aos empresários esse recurso. Esta é a minha posição. Aceito discutir e votar posteriormente. Não é isto que o povo quer: simplesmente chegar e isentar o Poder Público de cobrar; o povo quer realmente solução, e povo está na rua. E nós aqui vamos abrir os cofres para, depois, sermos questionados, como “trenzinho da alegria”, como estão falando nos jornais da nossa Câmara de Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias, público que nos assiste através da TVCâmara, e imprensa que nos prestigia nesta tarde. O Prefeito de Porto Alegre manda para esta Casa um Projeto que vai ajudar a população de Porto Alegre e os trabalhadores, as pessoas que usam o transporte em Porto Alegre. Mas este Projeto precisa de segurança, de garantias, sendo que uma delas é que os tubarões do transporte, daqui a 60 dias, não estarão no Conselho Municipal de Transporte, pedindo reajuste novamente, porque subiu o diesel, porque subiu isso e aquilo. Então, acho que é importante, quando a Prefeitura encaminha um Projeto que facilita a vida dos trabalhadores, que facilita a vida de quem paga a passagem de ônibus. Agora, esta Casa, Líder do Governo, tem que discutir as isenções, ela tem que discutir a qualidade no transporte. Esta Casa não tem que discutir somente no momento em que o povo vai à rua, não só por questão de transporte, o povo vai à rua por questões de saúde, por questões de educação, por questões de ética na política, mas esta Casa tem que discutir a qualidade desse transporte, esta Casa tem que discutir a quantidade de isenções que existem no transporte em Porto Alegre; esta Casa tem que discutir um transporte digno, um transporte de qualidade. Esta Casa está fazendo a sua parte. Esperávamos, ansiosamente, quinta-feira, que o Governador do Estado anunciasse a redução do ICMS dos pneus, do óleo diesel, mas, não; vimos o Governador ampliar as isenções para os estudantes, ampliar as isenções que vão custar R\$ 10 milhões para os cofres públicos. Um Governo que não consegue pagar o piso nacional do magistério, um Governo que se apropria dos depósitos judiciais, um Governo que não consegue investir na Segurança, investir na qualificação da Brigada Militar, demagogicamente institui o passe livre para estudantes sem nenhum critério de renda, sem nenhum critério de quem estuda em escola pública. Quem estuda em escola pública tem que ter transporte gratuito; quem ganha pouco tem que ter transporte gratuito. Tem que ter critérios para a concessão desse transporte gratuito – é isso que esta Casa tem discutir –, tem que ter critério nas isenções dos aposentados, tem que ter critério em todas as isenções. Não pode mais carteiro não pagar passagem, não pode mais aposentado não pagar passagem, o Governo Federal deter toda a CIDE do combustível e não repassar para os

---

---

Municípios. Isso é o que esta Casa tem que discutir. Nós estamos baixando novamente impostos para o Município, mas nós temos que baixar muito mais, nós temos que discutir, abrir essa caixa de Pandora que é o cálculo da tarifa. Nós temos que abrir e descobrir, taco a taco, o que é esse cálculo da tarifa. Não adianta só ficarmos, a cada ano, dando mais concessões. Essa tarifa, para ser reajustada, daqui para frente, tem que vir para cá, para a Casa do Povo, onde tem 36 Vereadores, com responsabilidade de representar quem os botou aqui. Essa tarifa tem que ser discutida aqui, onde estão todas as representações da população de Porto Alegre. Hoje, este Plenário, já começa a receber as pessoas que vêm para cá para discutir. Essa tarifa tem que ser discutida com audiências públicas nos bairros de Porto Alegre, em audiências públicas com setores da sociedade. Não é somente reduzir o que o Prefeito está reduzindo. É um avanço, mas não vai resolver o problema do transporte, não vai resolver a dificuldade que os trabalhadores têm, não vai resolver o fato de nós não termos ônibus no horário de pico de três em três minutos, de dois em dois minutos. Nós temos que discutir é o contexto geral do transporte coletivo; não só somente o cálculo da tarifa, não é somente isso. Várias pessoas estão dizendo que não é somente pelos R\$ 0,20; e, quando falo que não são somente os R\$ 0,20, falo em um transporte digno, um transporte de qualidade.

(Não revisado pelo orador.)

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Presidente, é o terceiro relato que eu recebo de pessoas que estão tentando entrar na Câmara, que deveria ser a Casa do Povo, para acompanhar a votação, e estão sendo barradas aqui na frente. Isso é inadmissível, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Eu quero esclarecer que nenhuma pessoa está impossibilitada de entrar na Câmara pela porta de entrada que nós temos na rampa, todas as pessoas são livres e aceitas. Com relação à entrada de veículos, nós fomos orientados pela Brigada Militar a ter um limite a partir das 14h, tanto que eu e outros Vereadores fomos almoçar a pé para evitar deslocar nossos carros. Nós estamos vendo essa questão da entrada de veículos. Eu peço ao nosso Chefe da Segurança que, de forma muito diligente, está executando essa operação, para possibilitar a entrada, neste momento, dos servidores e assessores que estão com seus veículos do lado de fora.

---

Depois, voltaremos a aderir à orientação que nos foi dada pela Brigada Militar, porque ela que é expertise no processo de segurança. Agradeço à Ver.<sup>a</sup> Fernanda. O Sr. Vadacir acaba de me informar que funcionários identificados estão liberados para entrar com seus veículos no estacionamento da Casa.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, quero também falar que a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon veio a esta tribuna desqualificar o Projeto que o Prefeito Fortunati, tão rápido, mandou a esta Casa, dizendo que é singelo. O que é singelo para ela? No meu ver, ela está desqualificando, porque acha que é pouco, mas é um grande desconto, Vereadora. E o Prefeito teve a atitude imediata de vir a esta Casa, este Prefeito que tanto quer que baixe a passagem! É um Prefeito que está preocupado com a comunidade, com a Cidade, com todo mundo. E a senhora não venha aqui querer desqualificar, dizer que o Prefeito é singelo. Não é singelo! É um grande Projeto para a Cidade, para as pessoas que usam ônibus. A senhora talvez não use ônibus! No seu Governo nunca tiveram essa atitude de baixar o preço da passagem. O Governo José Fortunati está tendo essa atitude! É bom, tem que baixar! E eu sou um dos que anda muito de ônibus, sempre ando e gosto de andar de ônibus em outras cidades, mas é aí que a gente vê que o nosso transporte aqui é melhor que o dos outros! E aí a gente sente saudades de passear na nossa Cidade. Então, eu quero, Ver. Alberto Kopittke, me somar e dizer que me sinto feliz em discutir, pode ser por centavos, mas são os centavos que vão ajudar, quem sabe, aquele cidadão a economizar o equivalente a um pãozinho para que no outro dia possa tomar café. Isso, sim, ajuda muito o Projeto, que é simples, mas é social. É um projeto que o Prefeito traz para esta Casa e, com certeza, Ver. Cecchim, se ele pudesse baixar mais, ele o faria, porque o Prefeito quer o bem das pessoas, daquelas que mais precisam andar de ônibus. Eu acho que o nosso transporte é bom, mas pode ficar melhor ainda, desde que tenha a colaboração de todo mundo! Todo mundo tem que colaborar, mesmo sendo o cidadão mais humilde tem que colaborar, e não danificar, não quebrar bancos, tudo deve ser facilitado para baixar a passagem. Quem sabe, daqui a um ano, nós possamos baixar mais um pouco, mas para isso precisa haver a colaboração de todos! Então, eu quero dizer, Srs. Vereadores, que acho uma grandeza esse Projeto, é

---

pág. 8

---

bom para a Cidade, é bom para a comunidade, é bom para as pessoas que usam esse meio de transporte, mas também temos que cuidar do nosso transporte e não danificar nada quando acontecem as manifestações, não quebrar também, porque isso significa que alguém vai pagar! E não é só o proprietário da empresa que vai pagar, Ver. Cecchim, porque aí têm os prejuízos que são computados junto. Então, eu quero dizer que é um momento feliz e especial para mim e para a minha Bancada, o PTB. Os Vereadores. Cassio Trogildo, Elizandro Sabino e Paulinho Brum também comungam dessa mesma ideia, de nós baixarmos o preço da passagem. E mais ainda, Ver. Idenir Cecchim, dar oportunidade para as pessoas circularem mais e também não tirar o direito daqueles que já têm direito adquirido, como o passe livre; as pessoas vão fazer visitas lá no outro lado da Cidade, em outro bairro. Isso é importante para a cidade de Porto Alegre e não fazer o que o Governo do PT fez, na época, que encampou os ônibus, quebrou e largou sucateado para os outros.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Caros colegas, Presidente Dr. Thiago, todos que nos assistem, boa-tarde; creio que essa discussão que veio às ruas não trata somente das questões atuais da política brasileira. Na verdade, ela vem nos trazer um olhar sobre um caminho equivocado que o nosso País escolheu nas últimas cinco décadas, talvez, sobre o modelo de desenvolvimento das nossas cidades, a ponto de hoje termos nos tornado reféns da indústria do automóvel, como o meu colega Ver. Marcelo Sgarbossa tão bem vem denunciando aqui nesta Casa. Hoje, a indústria brasileira, infelizmente, depende das montadoras de carros. Portanto, é hora, sim, de repensar esse modelo. E o meu próprio Governo também se viu na esteira de dar continuidade às reduções e isenções de IPI dos automóveis. Será que é esse o modelo de desenvolvimento que queremos para as nossas cidades? E é nesse sentido que a Presidente Dilma, há dois anos, vem investindo fortemente na mobilidade urbana e destinou, na semana passada, mais R\$ 50 bilhões no País. E eu espero que Porto Alegre possa saber aproveitar bem esse recurso, Ver. Janta,

---

não nos deixe na mão apenas de um modal de transporte, que são os ônibus. Esse é o problema que está por trás dessa discussão que estamos fazendo hoje. Nesse sentido, é importante lembrar essa história, Ver. Brasinha, meu caro amigo, quando V. Exa. disse que o Prefeito Fortunati foi rápido ao mandar o reajuste.

Pois não foi dessa história que eu me lembrei aqui. Porque desde dezembro do ano passado a Presidente Dilma criou uma lei desonerando vários tributos da folha de pagamento que atingiram o setor de transporte público, como as empresas de ônibus. É aqui que reside o início da discussão que estamos fazendo hoje. Em dezembro do ano passado; há oito meses! Tanto é verdade que, no dia 10 de fevereiro, o Prefeito Jairo Jorge, por exemplo, já havia, ao invés de dar o aumento da passagem, anunciado que reduziria a passagem de Canoas. Ao invés de dar um aumento de R\$ 0,15, reduziu R\$ 0,05, num total de R\$ 0,20 de redução. E aqui, em Porto Alegre, o que nós tivemos naquela mesma semana? O Prefeito dando mais um aumento para os ônibus de Porto Alegre. E aí que começou toda a mobilização de rua, e o Prefeito se negou a receber as entidades que estavam na rua naquele longínquo final de fevereiro. Aqueles jovens começaram a ser tachados de vândalos, diziam que estavam atrapalhando o trânsito. Ali se iniciou a pressão, até que alguns colegas aqui ganharam na Justiça, os quais têm esse mérito e isso tem que ser reconhecido. E o Prefeito, nesse período inteiro, recebeu apenas um grupo de estudantes “pelegos” de DCEs e Centros Acadêmicos, que não tem a verdadeira representação dos estudantes de Porto Alegre, tentando deslegitimar o movimento que agora ganhou as ruas.

Somente depois que esse movimento se espalhou por São Paulo, pelo País inteiro, aí o Prefeito vem aqui e apresenta essa proposta. E ela é bem-vinda, antes tarde do que nunca! Mas vamos lembrar o que aconteceu antes: a porta foi fechada na cara dos estudantes desta Cidade, o Prefeito se negou a receber o movimento do bloco de lutas; essa história precisa ser contada. E nós esperamos que essa discussão não acabe aqui nos R\$ 0,05. Essa discussão que nós estamos fazendo aqui, hoje, não é por R\$ 0,05; é por um novo modelo de transporte público da nossa Cidade. Por isso, eu realmente espero que o Governo e a sua Bancada possam ter avaliado as Emendas que nós vamos aqui debater, porque nelas está em jogo o novo modelo. E aí veremos, efetivamente, quem está disposto a uma discussão... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

---

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Presidente, só para dar um retorno, está tudo tranquilo, o problema que houve foi mínimo e já está resolvido. O pessoal já está entrando na Casa sem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Boa-tarde a todos e a todas, aos servidores, pessoas que nos assistem, realmente chegou a esta Casa um Projeto importante, como alguns outros, e desta vez de uma forma muito reativa do grito que vem das ruas. Realmente, o gestor público fica numa cilada; se não age, pode ser acusado de não agir, mas também fica ruim agir porque foi provocado. Eu queria lembrar um fator. Com a ação movida pelo Ver. Pedro Ruas e pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, o Prefeito não recorreu do ganho da Justiça. Então a justificativa de dizer que a questão estava judicializada, na verdade, ainda cabia recurso. Portanto, é um pouco difícil de entendermos: se há ainda a possibilidade de recurso judicial, por que não recorreu para questionar a fundo? Se é que ainda tinha convicção na tarifa que defendia até a ação judicial movida pelo PSOL.

Mas como são muitas emendas, parece que nessa primeira intervenção algumas falas já foram na linha de que o transporte público, a mobilidade urbana, é um direito. Se for assim encarado, dificilmente entramos em uma lógica privatista de um serviço. E o transporte é um direito. As pessoas não têm escolha. O transporte é necessário para ir até um lugar, precisamos de um transporte coletivo público, como colocou o Ver. Janta. Realmente, nós temos todas as dificuldades com a tarifa, de se saber o que tem na tabela tarifária. Desde o começo de janeiro visitamos o Tribunal de Contas, fizemos Pedidos de informações à Prefeitura, mas não conseguimos entender ainda – e estudamos – o que está embutido na tarifa.

Gostaria de lembrar que na Sessão de quarta-feira passada foi à votação – faltou quórum para aprovar – uma Frente Parlamentar, proposta por nós, para debater uma tarifa justa

---

em Porto Alegre. Até onde eu sei, sou novato na Casa, as Frentes Parlamentares nunca enfrentam resistência, mas esta enfrentou. Houve falas aqui na tribuna, que respeitamos democraticamente, questionando a existência de uma Frente Parlamentar, que nada mais é do que um grupo de Vereadores que decidem estudar com mais afinco, não que a Casa não possa se debruçar sobre isso, mas decidem juntos, por isso uma Frente Parlamentar, para estudar especificamente um tema, no caso aqui, da tarifa justa. Houve falas, inclusive votos contrários, que respeitamos, mas deixamos registrado que há – assim como na tarifa, que não se sabe ainda de onde vêm estes custos – também a não aprovação, por enquanto, pois na quarta-feira há nova votação. E uma das coisas que já levantamos aqui, inclusive já exibimos no painel, foi esse dado, esse levantamento que fizemos e que mostra que, desde 2004, em todo ano de eleição, a tarifa sobe metade do que sobe nos anos não eleitorais. Coincidentemente, a partir de 2004, o gráfico faz um sobe e desce ano a ano. Ano em que tem eleição sobe menos do que nos anos em que não tem eleição. Parece incrível que seja uma mera coincidência que a partir de 2004 o gráfico faça esse sobe e desce, sem uma explicação lógica do porquê deveria ocorrer assim. Nos anos anteriores, já que os colegas gostam tanto de falar das gestões petistas, o gráfico sobe, o gráfico desce, mas não há – e posso mostrar, tenho aqui o gráfico à disposição, há quedas, há subidas – essa coincidência entre anos eleitorais e anos não eleitorais. Mais uma das tantas questões que temos de debater aqui na Casa.

Só queria complementar, pois frequentemente os Vereadores que sobem aqui falam da questão da redução do IPI da Presidente Dilma, porque essa é hoje a fala de muitos empresários do transporte coletivo que – vejam – têm os seus lucros assegurados; é um sistema de prestação de serviços com seus lucros garantidos. Não há problema nenhum, seu lucro será sempre garantido pela própria contratação. A questão do IPI, como colocou meu colega Ver. Alberto... não há problema nenhum as pessoas terem automóvel, o problema é elas terem e serem obrigadas a usar, isso no dia a dia. Do que nós precisamos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo).

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

---

**O SR. PROFESSOR GARCIA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na realidade este é o primeiro Projeto que esta Casa analisa sobre um novo Brasil. Não tenho nenhuma dúvida de que este Projeto só ingressou aqui em função do movimento nas ruas do Brasil. Mas quero fazer uma contextualização: cada Prefeito, cada Governador, a própria Presidente da República estão buscando algumas respostas para o que está acontecendo no nosso País, mas quando se fala em serviço público relativo ao transporte público, é bom contextualizarmos. Primeiro, que todos os metrô do nosso País são subsidiados pelo Governo Federal. Quem pega a linha Porto Alegre-Sapucaia, o nosso metrô é subsidiado pelo Governo Federal. Não é de graça, não; o Governo Federal subsidia. Na semana que passou, o Governador Tarso Genro resolveu dar passe livre na Região Metropolitana. Só não disse como será esse passe livre. Isso é importante. O nosso Prefeito, de maneira ágil, e hoje como Presidente Nacional dos Prefeitos, também está abrindo mão de R\$ 15 milhões do ISSQN. Estou fazendo um Pedido de Informações ao Prefeito a fim de que nos diga também de onde vão sair esses R\$ 15 milhões do Orçamento deste ano. Eu gostaria de saber, como Vereador de Porto Alegre, quero apoiar, sim, entendo mais do que justo, porque isso na realidade é um clamor. Agora, ao mesmo tempo, nós temos que fazer uma discussão maior, e talvez aqui seja o momento oportuno, embora discutimos as passagens de ônibus, mas, na realidade, o que os nossos governantes têm de fazer, e nós nos incluímos nisso, é discutir o tamanho do Estado. Será que precisa um Estado desse tamanho, com tantos ministérios? Será que os Governos Estaduais e as Prefeituras têm que ter tantas secretarias? Essa seria uma grande resposta dos Prefeitos, dos Governadores e da Presidência da República, dizer que quer discutir com a população um Governo enxuto, ou não estão entendendo nada do que o clamor das ruas quer dizer.

O aumento da tarifa de ônibus foi um grande pretexto, e a Copa das Confederações uma unificação, mas, na realidade, os movimentos que causam, e hoje estão em ebulição, são de todas as ordens, mostrando que a população não está conforme, não é esse o modelo que eles querem. Por isso, volto a dizer que este é um momento rico que estamos vivendo.

Quero parabenizar a Bancada do PSOL por entenderem e retirarem a Emenda, porque seria uma Emenda em que nós não teríamos a mínima condição de votação. Ou seja, isentar também do ISSQN os lotações, alguém que não contribui com nada de incentivo.

---

E o PSOL notou que realmente não era uma boa Emenda e a retirou. É importante isso, porque, se nós temos que isentar, temos que isentar aqueles ... E vamos discutir aqui, em outras oportunidades, a questão das isenções, mas isenções são dadas, são concedidas. E uma coisa que aprendi, ao longo da minha vida e que a minha mãe sempre me ensinou, é que conquista ninguém quer perder; quer é ampliar. Então, vamos discutir, mas o que é que vamos tirar? Apontem-me!

Eu volto a dizer, parabênizo o Prefeito pela redução, mas este Vereador quer saber: esses R\$ 15 milhões, que estão tirando do Orçamento Municipal, para onde vão? Porque eu entendo que a Presidenta Dilma tinha que, mais uma vez, dizer que ia subsidiar o transporte público, já que os metrô em todo o Brasil são subsidiados pelo Governo Federal. Assim como eu entendo também que o nosso Governo disse que vai dar passe livre à Região Metropolitana, mas não disse de onde. Ou seja, num passe de mágica ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado, Professor Garcia. Desculpe a intolerância no dia de hoje.

A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero cumprimentar os integrantes dos movimentos sociais que já estão aqui, vejo as bandeiras da UNE, da UBES, da UJS. É muito bom que esta Sessão, com uma discussão como esta, tenha a participação daqueles que historicamente têm levado as lutas do nosso País, dessa juventude, de todos nós por dignidade e para que possamos avançar na construção de uma grande Nação.

Eu quero iniciar dizendo que acho importantíssimo o conteúdo das emendas apresentadas pelo Ver. Janta, pela Bancada do PT e pela Bancada do PSOL, porque são emendas de conteúdo político, fruto da realidade objetiva sobre o transporte coletivo, sobre mobilidade urbana que nós vivemos em Porto Alegre. E que, sem dúvida nenhuma, o povo, as mobilizações de rua têm mostrado o significado de nós enfrentarmos essa questão de uma forma absolutamente diferenciada do que tem sido enfrentado. Boa parte do que está colocado, consiste, inclusive, no Plano Nacional de Mobilidade Urbana. E eu

---

quero saudar, sim, que a Presidenta Dilma cria o Fundo de Mobilidade Urbana, é uma boa atitude e vai ao encontro do que, por exemplo, a Conferência Municipal das Cidades, de Porto Alegre, decidiu. Tiramos dessa Conferência Municipal das Cidades, com a participação de 842 pessoas, com controle social, com movimento social, com Vereadores desta Casa, com centrais sindicais, propostas importantíssimas, no sentido de elaborar um plano de mobilidade urbana com participação popular, com controle social, para inverter a lógica de dar qualidade ao transporte público, de fazer redução de tarifa, e priorizar o público e não o individual; fortalecer os modais alternativos. Esse Conselho de Transportes, eu acho que nós temos que ir a fundo, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, acho que a emenda é sua! Esse Conselho de Transportes é absolutamente distorcido do controle social. No último reajuste só uma entidade votou contra o reajuste, a UAMPA – União das Associações dos Moradores de Porto Alegre; e isso tem que ser dito aqui. Por isso, uma das propostas, Ver. Comassetto, que participaste ativamente e até é nosso representante nacional no Conselho, é criar o Conselho das Cidades, em Porto Alegre, tendo, como uma das câmaras técnicas, o transporte e a mobilidade. É uma forma de democratizar, de dar transparência, de ter influência popular na decisão sobre as passagens. Quero dizer também, Sr. Presidente, que Porto Alegre precisa se inserir nesta discussão do Plano Nacional de Mobilidade Urbana; mostra a necessidade de a gente aprofundar o debate sobre o transporte coletivo em seu todo, discutir o nosso modelo, porque esses meios de transportes individuais, os carros, eles financiam o transporte coletivo.

Mas quero entrar aqui em outras questões: o Ver. Cláudio Janta chamou de caixa de Pandora, é urgente a abertura dessa tal caixa das planilhas de custos de transportes. Eu fui Vereadora desta Casa há 30 anos, quando se discutia aqui o aumento ou não das passagens, e, infelizmente, em outro tempo histórico, esta Casa abriu mão dessa discussão. Nós precisamos corrigir as distorções apontadas pelo Tribunal de Contas, e que a Prefeitura não tomou nenhuma providência ainda; 7% é o que dizem que é o lucro, mas é de 17%, o Tribunal já disse isso. Há necessidade de reduzir essa taxa de lucro dos empresários, que está entre as mais altas do País. Não adianta a Prefeitura só fazer renúncia fiscal. Alguém vai pagar isso e quem paga isso é o povo. Não nos iludamos! O povo que usa o transporte coletivo vai pagar. Temos que rever a planilha! Temos que rever essa taxa de transporte! Temos que avançar no sentido de dimensionar de uma

---

---

forma correta; o Tribunal de Contas do Estado já se posicionou sobre o lucro dos empresários. Temos que ter licitação pública para o transporte coletivo! Temos que acelerar essas alternativas para a locomoção. A segunda passagem gratuita – e eu já disse isso aqui no início desta Legislatura – foi um estelionato eleitoral! Quem está pagando é o povo! Eu estou repetindo isso novamente neste momento. E finalmente ...  
(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Jussara.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Boa-tarde a todos e a todas, eu queria começar comentando sobre o que eu postei no Facebook. O povo na rua muda tudo, não é Lucas Maróstica? Povo na rua muda tudo: muda a discussão no Parlamento, muda a opinião dos Governos, muda a votação de projetos no Congresso Nacional. Durante muitos anos, nós estivemos aqui nesta tribuna denunciando a verdadeira caixa-preta, comandada por uma máfia dos transportes coletivos em Porto Alegre, que aumentava acima da inflação as passagens na nossa Cidade, em conluio com os Prefeitos e à revelia da opinião popular, aumentava o valor das passagens na calada da noite. Quantas vezes dissemos aqui na tribuna, Rafael, que a passagem aumentava o dobro da inflação? Quantas vezes nós dissemos que os trabalhadores rodoviários eram sobrecarregados e que a qualidade dos serviços na nossa Cidade estava piorando cada vez mais porque aumentava a superlotação, aumentava a fila no transporte coletivo e o povo, para trabalhar e para estudar, ia feito sardinha enlatada nesses ônibus de transporte coletivo? É muito importante o que ontem saiu sobre o IPK e tudo isso nos meios de comunicação tradicionais porque, na verdade, o Brasil viveu um verdadeiro levante da juventude, amplamente apoiado pela população, que começa com a bandalheira do transporte coletivo, mas que é muito claro ao dizer que basta de Governos que governam para os ricos; muito claro ao dizer que estão cansados da roubalheira e da política do balcão de negócios; muito claro em dizer que os bilhões que foram dados para construir estádios não estão nos hospitais, não estão na Saúde pública; é muito claro em dizer que

---

cansaram das ratazanas de terno e gravata que negociam direitos da população num verdadeiro balcão sujo dos negócios.

É por isso que hoje eu fico muito contente que este Parlamento esteja fazendo esta discussão; muito contente porque significa que mais uma vez o povo ganhou. O povo ganhou porque derrotou a PEC 37, que certamente seria aprovada pelo Congresso se não tivesse mais de um milhão de pessoas na rua. O povo ganhou porque corrupção é crime hediondo – um Projeto do Babá, quando era Deputado Federal, um dos fundadores do PSOL, um Projeto que eles deixaram na gaveta porque não tinham nenhuma vontade de colocar a corrupção como crime hediondo. O povo ganhou porque, felizmente, um Deputado Federal não só suspeito, mas julgado por corrupção, vai ser preso neste País – já foi preso! É o primeiro de muitos que merecem ficar atrás das grades, porque usam dinheiro do povo, que deveria estar nas áreas sociais, para enriquecer empresários desonestos, para se locupletar, para transformar aqueles espaços que deveriam estar voltados para os projetos sociais, em um verdadeiro balcão de negócios. É por isso que agora eles têm medo, têm medo dessa juventude que está na rua, têm medo da população mobilizada, porque, felizmente, o povo, quando está na rua, deixa claro que quer democracia real, deixa claro que quer discutir o problema das passagens, deixa claro que quer enterrar a “cura gay” e quer fazer com que o Feliciano também caia da Comissão de Direitos Humanos, porque quem derrubou a passagem também vai derrubar esse homofóbico lá do Congresso Nacional, um Deputado que está à frente da Comissão de Direitos Humanos por uma negociata espúria que levou essa pessoa a essa posição.

É por isso também que queremos fazer este debate; e Porto Alegre, graças à mobilização da juventude e à liminar do PSOL, foi a única Capital que conseguiu reduzir lucros dos empresários, lucros indevidos e vergonhosos. Eles tiveram 19% de taxa de lucro, só pela auditoria do Tribunal de Contas, além de superfaturamento dos pneus, do óleo diesel, além da ausência de licitação há 24 anos, que faz com que eles cartelizem aquilo que é uma concessão pública, que deveria passar por licitação. Eu defendo o transporte cem por cento público, mas o mínimo – o mínimo – é o processo licitatório, mas eles tratam uma concessão pública como um verdadeiro negócio privado. Enquanto o povo não estava nas ruas, boa parte dos Parlamentos e a Prefeitura caneteavam lá, no silêncio da tarde, aumentos abusivos para a população, mas felizmente a mobilização da juventude mostrou que povo na rua muda tudo e que, de fato, a principal conquista desse processo

---

que o Brasil viveu foi ensinar que as grandes transformações são feitas nas mobilizações e na ocupação do espaço público como o espaço das demandas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** A Ver.<sup>a</sup> Any Ortiz está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**A SRA. ANY ORTIZ:** Boa-tarde, Vereadoras, Vereadores; público que nos assiste aqui e pela da TVCâmara, acho que esta discussão é muito importante, e deveria partir de onde vêm essas informações: dessa planilha. Antes de tudo, antes deste Projeto vir para diminuirmos, para isentarmos as empresas do ISS, nós deveríamos saber realmente quais são os lucros das empresas, o seu lucro real.

Eu entendo e acho que esta discussão sobre a isenção deve ser feita muito seriamente aqui neste Plenário. Quem vai ser beneficiado com as isenções? O preço da passagem vai diminuir, só que o lucro da empresa vai continuar igual e a Prefeitura deixará de arrecadar um valor muito importante, que deve ser investido na Cidade. Quem vai fazer o investimento nos corredores de ônibus? Como falou aqui muito bem o meu colega, Ver. Marcelo, a culpa não é de quem tem carro, mas quem tem carro não se sente atraído a deixar o seu carro em casa e pegar um ônibus para ir ao trabalho ou a algum outro lugar, porque não tem ônibus na rua, e os que têm estão superlotados e demoram muito tempo, às vezes, mais de uma hora, entre uma linha e outra.

Nós temos que investir nos corredores de ônibus, não adianta o ônibus estar superlotado e estar trancado no meio de um monte de carros, porque está todo mundo na mesma situação, está todo mundo preso no engarrafamento – quem está no transporte público e quem está utilizando o transporte individual. Então, não existe um benefício.

A Cidade deve pensar de qual forma as pessoas vão migrar para o transporte público, de que forma aqueles que usam o seu carro vão deixá-lo para pegar um ônibus. Isso tem que ser tido como alternativa. Essa discussão da tarifa – o Ver. Marcelo falou que alguns Vereadores foram contra a Frente – não pode ser feita por uma Frente, e, sim, aqui, entre todos os Vereadores; que a planilha seja aberta para todos os Vereadores discuti-la, esmiúça-la, e saber, de fato, onde são feitos os gastos.

---

E, dentro disso tudo, a discussão sobre as isenções, porque, como dizem, não existe almoço de graça, alguém paga! E quem está pagando, e como são feitas as isenções, e onde são feitas?

Sugiro, aqui, mais investimentos do Governo Federal. E como foi feito na Prefeitura de Canoas, houve a redução dos impostos da folha de pagamento feita pelo Governo Federal, e não pela Prefeitura. E, assim, a gente pode continuar com o valor desse imposto, que a Prefeitura Municipal pode reinvestir em transporte público, em corredores de ônibus e melhores condições do transporte, e não simplesmente isentar as empresas de pagar o imposto. Essas empresas, no meu ponto de vista, terão só benefícios, e não abrirão mão de nada em prol dos trabalhadores, dos estudantes, e de quem usa o transporte público hoje. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, movimentos presentes, quero dizer que fui às ruas, juntamente com meus filhos, amigos e funcionários do gabinete, porque não poderíamos deixar de participar de um ato tão democrático, justo e legítimo.

Fui manter uma coerência das lutas que travei na minha adolescência no movimento estudantil. Fui pedir mais investimentos em educação, segurança, habitação, saúde e num transporte coletivo digno e coerente para o bolso dos trabalhadores.

E lá, na mobilização das ruas, encontrei um jovem que estudou e militou junto com o meu filho mais velho. Esse jovem esteve aqui há um ano, quando eu ainda não era Vereador, e foi acusado por alguns, inclusive por alguns Vereadores, de estar aqui fazendo politicagem. Eu subo nesta tribuna até para nominar esse jovem, que é o Leonardo Mesquita, um menino que esteve aqui, há alguns anos, fazendo um movimento muito justo, um movimento que trago aqui, para dentro, por ser um pensamento também deste Vereador: temos que ter a extinção do Conselho Municipal de Transporte, devendo retornar a responsabilidade para esta Casa, que é a Casa do Povo e é quem deve decidir o aumento ou não das passagens; a solicitação imediata das planilhas das empresas de

---

transporte público, sem exceção; a movimentação imediata dos Vereadores para abrir uma nova licitação para as empresas de ônibus; o aumento da qualidade da frota de todas as empresas, cumprindo a tabela e o horário em todas as zonas da cidade de Porto Alegre. E mais, senhoras e senhores: que possamos abrir uma discussão com o Governo do Estado e com a União para que, lá, também contribuam formalmente com a isenção, quiçá, de algum tributo, para que as nossas cidades tenham a passagem mais justa e digna aos trabalhadores. Obrigado, senhores. Saúde e paz a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Caro Presidente, senhoras e senhores, vou repetir: sou professor, concorri seis vezes, em Porto Alegre, me elegi quatro vezes e fiquei Suplente duas vezes, sempre com uma votação bastante grande dos meus alunos jovens. Por isso, hoje, quero me dirigir às senhoras e aos senhores, mas essencialmente à imprensa e ao jovem. Lecionei orçamento, tributos e finanças públicas. Por que digo isso? Em primeiro lugar, porque estamos aqui votando uma proposta de mudança do Código Tributário.

Que bom ouvir lá em São Paulo os nossos jovens gritando e repetindo o nome da Deputada e nossa companheira Luiza Erundina! Por que o jovem lá de São Paulo fala insistentemente o nome da Deputada? Ela tem uma bandeira de luta histórica, que é o passe livre. Aliás, quero referir, também, a presença aqui do nosso jovem Leonardo Mesquita, presidente da Juventude do PSB de Porto Alegre, que recentemente estava conosco aqui.

Se nós estamos votando uma modificação que isenta o ISSQN do transporte coletivo, as Emendas talvez estejam certas, mas no lugar errado, senhoras e senhores. Se nós colocarmos, no Código Tributário Municipal, emendas que definem a composição, por exemplo, do Conselho Municipal de Transporte Urbano, que tem uma lei para o Conselho, faremos um fiasco histórico, vamos parar no Guinness Book como a maior fiasqueira da cidade de Porto Alegre, legislada por nós. Estas emendas todas estão no lugar errado! Não é aqui no Código Tributário do Município de Porto Alegre que se define o que se pretende definir aqui. Repito: sou professor deste tema. Nós temos, aqui em Porto Alegre,

---

a Lei nº 111/09, e, além disso, Ver. Kopittke, tem uma regra que diz o seguinte: uma lei para cada objeto. O nosso objeto é tributo, isenção de tributos.

Portanto, dirijo-me agora, primeiramente, à Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, que disse que irá votar favoravelmente a todas as emendas. Respeito a posição, mas ela está equivocada. Vamos parar no Guinness Book como uma fiasqueira sem tamanho, um vexame generalizado! Não é no Código Tributário do Município de Porto Alegre que nós vamos definir composição dos nossos conselhos, como o Comtu.

Para concluir, gostaria de ouvir, atentamente, o estimadíssimo amigo e Ver. Pedro Ruas, que é um brilhante advogado, para que ele dissesse se tenho ou não razão. Eu tenho razão, senhores da imprensa, senhoras e senhores que aqui estão.

O momento está equivocado. Vamos votar o Projeto com uma Emenda Retificativa, e os demais temas nós trataremos noutra oportunidade. Obrigado, e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. PAULINHO MOTORISTA:** Boa-tarde, Presidente, Ver. Dr. Thiago; demais Vereadores e Vereadoras e público que nos assiste nas galerias e em casa, pela TV Câmara. Venho à tribuna para destacar que é bem-vindo o Projeto de iniciativa do Prefeito que isenta o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza para reduzir a passagem. Ainda que alguns digam que é pouca essa redução, que é de R\$ 0,05, ela será uma redução importante para o orçamento de uma família ao final de cada mês. É importante destacar que somos a única Capital que está reduzindo a tarifa a partir da isenção de imposto municipal; as demais reduziram a partir de impostos federais. Portanto, é mais um avanço, e votaremos a favor do Projeto.

Porém, a realidade nacional de hoje, com a juventude nas ruas, aponta que a população quer mais. Nesse sentido, destaco o Parecer favorável do Deputado Beto Albuquerque, Líder do PSB na Câmara dos Deputados Federais, para que a proposta de Emenda Constitucional entre em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara.

---

De autoria da Deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, a proposta tem o objetivo de transformar o transporte público em direito social, com acesso livre e gratuito a todo cidadão. Essa lei busca favorecer o trabalhador assalariado, diminuindo o custo familiar e gerando mais desenvolvimento para as cidades. A proposta da Deputada Luiza Erundina inclui, no art. 6º da Constituição, o direito ao transporte, assim como outros elementos centrais de política pública, como a Saúde, Segurança e Educação. A Deputada apresentou essa PEC em 2011, muito antes das manifestações que tomaram conta das ruas no Brasil. Erundina já havia iniciado o debate sobre a importância do transporte público como direito social de todo o cidadão, quando foi Prefeita de São Paulo. Para a Deputada, na medida em que o transporte se torna um serviço correspondente a um direito humano fundamental, isso obriga o Estado e o Governo a terem políticas públicas para atenderem a esse direito.

Ao apresentar Parecer favorável à tramitação da PEC, o Deputado Beto Albuquerque afirmou que o direito ao transporte é chamado de direito meio, porque ele influencia e condiciona o acesso aos demais direitos, ou seja, para um cidadão ter acesso à Rede Pública de Saúde, por exemplo, ele precisará utilizar algum meio de transporte, o mesmo que acontece com acesso à educação, lazer, liberdade de ir e vir, deslocamento ao local de trabalho.

Diante da possível e breve aprovação dessa bem-vinda PEC, temos que nos perguntar como ela será aplicada. Entendo que está previsto investir em outras formas de transporte coletivo para além do rodoviário, que comporte maior número de passageiros, a fim de garantir que todos tenham acesso a um transporte digno e eficiente sem superlotação. Falo do metrô, do aeromóvel, do catamarã e do próprio sistema BRT, todos de maior capacidade. Também acredito que é fundamental ampliar e investir nas empresas públicas de transporte, já que o Estado será responsável pela garantia do novo direito social. E é indispensável reavaliar o lucro das empresas privadas e suas planilhas de custo. Precisamos encontrar soluções no tempo adequado, cada um fazendo sua parte, dentro do possível, ouvindo a voz que vem das ruas, as reivindicações da população, que há tempo está cansada de pagar caro. Enfrentar fila, esperar horas na parada, viajar em pé, apertada, sem conforto e segurança. Conheço bem isso e sei o que é andar apertado num ônibus superlotado. Como eu sou rodoviário, me orgulho disso, ouvi muito da população, reclamação dos ônibus apertados, a passagem cara... Fomos eleitos e

---

estamos aqui, os 36 Vereadores, para trabalhar em prol da população que nos elegeu e nos colocou aqui na Câmara para responder por eles. Então, eu sei que essas reivindicações são... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado, Ver. Paulinho.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro eu quero dizer que eu estou contente de ver a nossa bandeira da UNE, novamente, na Câmara de Vereadores. Fiquei feliz, eu que fui militante estudantil. Escutei a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que subiu aqui na tribuna com um chapéu charmoso, moderno, e que achou muito singela a proposta do Prefeito José Fortunati. Que bom que é uma proposta singela! Ela é honesta, não tem rodeios, não tem salamaleques, como fez, por exemplo, a Presidente Dilma, prometendo dinheiro do Pré-Sal, que vai chegar daqui a dez anos; ainda não acharam o petróleo lá – imagina-se apenas –, mas aí ela tem que pedir licença para o Eike Batista para poder usar esse dinheiro. Singela mesmo, e aí, sim, que é perigosa, é a proposta do Governador Tarso Genro, que prometeu passe livre para os estudantes ricos só. Só para os estudantes ricos o Tarso Genro ofereceu o passe livre! Por que isso? Porque é só intermunicipal. Qual é o estudante rico de São Leopoldo ou de Canoas que vem estudar em Porto Alegre, ou vice-versa? Em Cachoeirinha tem uma Faculdade particular e não têm o direito que o Tarso Genro disse que vai dar. Os estudantes de Canoas – há uma faculdade grande lá em Canoas – e pagam a faculdade, se eles não vierem para Porto Alegre, eles não têm direito ao passe do Tarso. Esse passe é um mau passo do Tarso; ele é discriminatório! O que o Tarso, nosso Governador, deveria fazer era uma proposta singela como o Prefeito Tarso Genro fez, Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, dizer que vai isentar o ICMS para o transporte coletivo. Se não pudesse dar sobre os pneus, sobre os outros componentes, que desse uma coisa pelo menos. Ele não dá, ele promete, como sempre. Ele não consegue ainda pagar as prefeituras que pagam o transporte do 2º Grau. Ele não paga os professores. O Ver. Janta já citou essas coisas do Governo Tarso. Com relação às passagens, o Governador Tarso Genro não é Governador dos estudantes de Porto Alegre? É! Mas ele discrimina os estudantes de

---

pág. 23

---

Porto Alegre, ele só dá passagem ou passe livre para estudante rico. Para aqueles que vão daqui para a Unisinos de manhã, que fazem cursinho, para esses, tem passe livre. Agora, para o estudante pobre, que precisa estudar no turno da noite e que mora aqui em Porto Alegre... Há estudante, aqui da Zona Sul, que vai estudar lá na Fapa, lá na Av. Manoel Elias, há estudante que vai estudar na São Judas Tadeu e tem que pagar a sua passagem. Agora, o Governador Tarso Genro promete passe livre para a maioria e quem não precisa, sem critérios. Essa proposta não é singela, realmente: ela é esperta, para ganhar tempo. Eu prefiro a proposta do Prefeito Fortunati: singela e honesta. Se é honesta, é boa, embora os municípios de Porto Alegre tenham sacrifício para cobrir esses R\$ 15 milhões. Nós vamos fazer sacrifício, mas para atender toda a população. Os R\$ 0,05 que nós vamos baixar, são para todo mundo e não é discriminatório igual a essa proposta do Governador Tarso Genro... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Apregoo a Emenda nº 15, de autoria da Bancada do PT, ao PLCE nº 007/13.

Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 15 ao PLCE nº 007/13.

Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 15 ao PLCE nº 007/13, à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. João Derly está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. JOÃO DERLY:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara; eu gostaria de saudar a UNE e a UBES, que estão aqui representadas. Fico feliz também – assim como o Ver. Cecchim já citou – de ver vocês aqui neste plenário. Hoje nós vamos votar um Projeto muito interessante e importante,

---

que é a isenção do ISSQN; essa, podemos dizer, com certeza, é uma vitória das ruas. A pressão popular fez com que o Executivo enviasse a esta Casa este Projeto. Nós temos que ir além desses R\$ 0,05 e debater o transporte público como um todo. Temos que discutir as condições em que os trabalhadores, os estudantes pegam os ônibus, todos aqueles que enfrentam o dia a dia do transporte público, o atraso de ônibus, ônibus superlotados... Então, isso também tem que ser debatido aqui dentro. É importante, sim, a isenção do imposto para que a gente diminua a passagem de ônibus, mas não vamos nos deter só nisso. Temos que discutir mais horários e melhores condições para que a gente tenha um transporte público digno. As pessoas têm que ter dignidade, e estamos aqui para trazer dignidade às pessoas e melhores condições para os rodoviários poderem fazer os seus trabalhos, o que eu acho que é uma questão importantíssima para ser debatida. Por isso, eu e a Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, da Bancada do PCdoB, propomos a esta Casa a regulamentação do art. 24 da Lei Orgânica do Município, para que uma empresa pública como a Carris tenha um diretor eleito pela categoria. Para quê? Para trazer maior transparência na Diretoria. As diretorias passam, mas os funcionários permanecem. Então, há essa necessidade de nós termos funcionários dentro da Diretoria, para uma maior transparência do nosso serviço público, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna. Hoje pode ser um marco para esta Casa. Eu tenho pouco tempo de Casa, iniciei neste ano, mas debatermos um transporte digno, um transporte de qualidade é, sim, o que as pessoas desejam; nós ouvimos isso nas ruas. Então, nós temos que partir por aí. Se o transporte é público, tem que ter transparência. Esse é o meu desejo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13. (Pausa.)

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. MARIO FRAGA:** Ver. Dr. Thiago, Presidente da Casa; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, público que nos assiste pela TVCâmara. Vim aqui para dar a minha posição, a posição do Ver. Mario Fraga, quanto a esse Projeto de isenção do ISSQN. Bem já disse o Ver. João Derly, que chegou aqui

---

agora e já consegue, Ver. João Derly, discutir um Projeto para as tarifas; e bem disse a Vereadora que está ao seu lado, a Jussara Cony, que o projeto já esteve aqui há 30 anos, que discutiu também. Mas, nesse interregno, Ver.<sup>a</sup> Luiza Neves, passou um tempo aqui, nesta Casa, em que ninguém discutiu essas emendas que estão aqui hoje. E o Ver. João Derly falou bem: esse Projeto veio das ruas, veio desse movimento, Vereador. V. Exa foi muito bem no seu discurso. Ele veio da rua, porque aqui na Casa ninguém tinha proposto ainda, Ver. Paulinho Motorista, que também é novo aqui. Ver. Paulinho, V. Exa. sabe, já me ajudou a vir para cá em outras vezes, aqui os Vereadores não discutiram isso, foram as massas, os movimentos sociais que trouxeram a matéria para esta Casa. Por isso, hoje, eu vim dizer a minha posição: hoje, eu vou votar apenas o Projeto que a sociedade civil pediu, que é a isenção do ISSQN; as emendas, eu vou contra todas as Emendas! Porque esse debate das emendas já poderia estar aqui na Casa há muito tempo, Ver. Professor Garcia, há muito tempo! Eu li aqui e acho que tem emendas boas, mas a oposição, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, apresentou duas Emendas: uma, com o Projeto, a R\$ 2,85 o preço da passagem, e a outra a R\$ 2,60. E nem a oposição conversou, porque veio de afogadilho. Essas emendas não precisam ser discutidas neste momento, nós podemos aprovar o Projeto, e, num outro momento, votar emenda modificando o Projeto de Lei do Executivo. Então, venho aqui para dar essa posição. O Projeto é bem-vindo, vem através do Prefeito Fortunati, mas veio dos movimentos sociais, veio da rua, sim, senhores e senhoras. Então, eu venho aqui para dar a minha posição, a posição do Ver. Mario Fraga, que é favorável. Se vai diminuir a passagem em cinco centavos, eu sou favorável! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. ENG<sup>o</sup> COMASSETTO:** Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; meus colegas Vereadoras e Vereadores, lideranças aqui presentes, senhoras e senhores da imprensa que nos acompanham, prezados ouvintes, este Projeto do Executivo Municipal, que tem por intenção reduzir a passagem, é bem-vindo. Mas ele é um Projeto insuficiente para o debate que a Cidade está fazendo, o debate que o Estado está fazendo e o debate que o

---

País está fazendo. Por que ele é insuficiente? Porque ele não trata do sistema de transporte público do Município de Porto Alegre. E o problema é a questão da gestão do sistema de transporte público de Porto Alegre! E nós apresentamos, sim, aqui algumas Emendas! E eu, em nome da minha Bancada, do Partido dos Trabalhadores, procurei o Vice-Prefeito Sebastião Melo e entreguei para ele, na semana passada, dizendo que nós queríamos abrir o diálogo, e que este Projeto teria – e tem – que servir para mais do que reduzir cinco centavos; tem que servir para nós reavaliarmos o sistema do transporte público de Porto Alegre e tomarmos algumas decisões.

Primeiro ponto: o sistema de bilhetagem eletrônico, quem faz a gestão não é a Prefeitura de Porto Alegre, são as empresas de ônibus. E cada um dos passageiros que paga ou compra antecipado o passe, 30 dias antes de utilizá-lo, o dinheiro fica onde? No caixa das empresas. E nós estamos defendendo que esse dinheiro tem que ficar em um caixa gerido pela Prefeitura. E isso tem que incidir sobre o preço final da passagem. E aqueles que não utilizam as passagens, que fiquem com um bônus por dois, três, quatro, cinco meses! Esse dinheiro não fica rendendo para subsidiar a passagem, Ver. Janta!

Segundo ponto: qual é a base de cálculo para as passagens? Nós temos que nos basear aqui na decisão do Tribunal de Contas do Estado de quinta-feira passada que determinou que a passagem é R\$ 2,85. Portanto, todos os subsídios, inclusive os que a Presidente Dilma, através da Lei Federal, que veio na desoneração da folha de pagamento, tem que incidir sobre os R\$ 2,85. Este Projeto que estamos votando tem que incidir sobre os R\$ 2,85. As demais isenções têm que incidir sobre os R\$ 2,85.

Terceiro ponto: o sistema de bilhetagem eletrônica de Porto Alegre não é integrado na Região Metropolitana. Se um trabalhador que mora em Sapucaia tiver que pegar três ônibus, ele paga as três passagens. A Prefeitura tem que buscar a integração junto com o Governo do Estado, sim, entre a bilhetagem eletrônica de Porto Alegre com a Região Metropolitana!

Outro ponto: a planilha de custos. Eu desafio qualquer um dos 36 Vereadores, como qualquer um dos membros da imprensa que conheça a planilha de contas de A a Z. Ninguém conhece! Não sabem o que incide; qual o valor de cada item; qual a correção inflacionária desses itens, dos últimos 20 anos; a tecnologia que avançou, qual foi a incidência para aumentar ou diminuir esses itens? Portanto, a planilha de contas tem que ser aberta, revisada, reanalisada. Por último, a democratização do Conselho Municipal de

---

Transporte Urbano, que é o Conselho que vota. E como já disse a Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, aqui, o conselho vota de olhos fechados naqueles cálculos feitos pelo Executivo; ele tem que ser democratizado. Estamos apresentando a proposta de que um terço seja do Executivo, um terço de entidades eleitas, e um terço de usuários eleitos diretamente pela população. Essas emendas vêm para contribuir, reestruturar o sistema. É isso que nós precisamos, além de diminuir o ISSQN. Muito obrigado. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. MAURO PINHEIRO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste das galerias, pela TVCâmara. Essa pauta sobre a passagem do transporte coletivo, Ver. João Carlos Nedel, pela primeira vez se consegue discutir nesta Casa com mais amplitude, e estou aqui há dois mandatos, Ver. Alceu Brasinha. Infelizmente, Ver. Cláudio Janta, muitas vezes, éramos surpreendidos, assim como a população, com a passagem aumentar da noite para o dia; só depois é que recebíamos a planilha, e, na maioria das vezes, ainda no período de férias, quando as pessoas não estavam atentas. Assim é que têm acontecido os aumentos das passagens.

Agora, a pergunta que faço é se o principal é baixarmos, retirarmos o ISSQN da planilha ou discutirmos, Ver. Tarciso, as condições do transporte coletivo na cidade de Porto Alegre? Pois, se analisarmos os últimos anos do transporte coletivo, eu não lembro qual foi a última vez que a Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC – ou a Prefeitura fez um levantamento das linhas de ônibus – do número de passageiros, qual a necessidade real do número de passageiros de cada linha, qual a linha foi criada nos últimos tempos, para privilegiar as filas que vão surgindo, Ver. Delegado Cleiton. Então, o que precisamos é muito mais do que a redução de ISSQN. Nós precisamos, sim, Ver. Professor Garcia, é um estudo profundo do transporte público de Porto Alegre que há muito tempo não é feito.

Precisamos de licitação, precisamos saber qual empresa tem o direito, pois é uma concessão. Há muitos anos, e diversos Partidos lá passaram, isso não foi feito. Temos uma série de equívocos no transporte público de muito tempo e que não basta agora a

---

redução do ISSQN, pois a redução do ISSQN na verdade é somente o Município que está abrindo mão de receber a sua parte num montante de mais de R\$ 600 milhões anuais que as empresas arrecadam. É em torno desse valor que é arrecadado, Ver. Márcio Bins Ely, por ano, pelas empresas de transporte público – em torno de R\$ 600 milhões. E o Município está abrindo mão do ISSQN – é isso que diz o Projeto. Nem garantias têm o Projeto, de que a passagem irá baixar na mesma proporção de que o Município está abrindo mão de arrecadar esses R\$ 15 milhões anuais. Portanto, precisamos muito mais do que baixar ou retirar o ISSQN da tarifa. Nós precisamos discutir todo o transporte coletivo na Cidade de Porto Alegre. Tenho certeza de que as pessoas que têm saído às ruas manifestando-se e cobrando, não é simplesmente para baixar a passagem dois, três ou cinco centavos; as pessoas querem um transporte público bem melhor daquele que está aí; um transporte com garantias de que o ônibus vai passar no horário, de que terão transporte com lugar para sentarem, principalmente as pessoas, Ver. João Carlos Nedel, com mais de 60 anos. Então é muito mais do que retirar o ISSQN, nós temos de fazer uma discussão geral deste Projeto. O Município está apenas abrindo mão de arrecadação de R\$ 15 milhões que vão sair de creches, de postos de saúde, e não da arrecadação das empresas, pois as empresas arrecadam, no mínimo, R\$ 600 milhões por ano, e o Município é que está abrindo mão. Qual a contrapartida que as empresas do transporte público estão dando, Ver. Paulinho Motorista, para melhorar e diminuir o valor da... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCE nº 007/13.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; quero, na esteira dos colegas, cumprimentar os movimentos estudantis que vêm a esta Casa também; eu, que já não sou mais tão jovem, mas também não tão velho, fui forjado também nessa luta. Srs. Vereadores, Vereadores do meu Partido, acho que nós precisamos mais uma vez voltar para o centro. A primeira discussão, Ver.<sup>a</sup> Any, que parece que as pessoas não se apercebem é que a questão do transporte que nós estamos hoje conversando aqui talvez tenha sido a fagulha de um problema muito maior,

---

da carestia, da inflação, da crise que se abate sobre as famílias, dos macroproblemas brasileiros que não foram enfrentados até hoje, ainda.

Nós vamos falar sobre transporte coletivo e sobre desoneração, Vereadores do PT, vamos falar sobre a perspectiva histórica então. Vamos lembrar, em primeiro lugar, que é muito complicado falar e especialmente fazer demagogia em cima desse assunto. Embora a política muitas vezes seja alimentada de demagogia, mas nós não podemos esquecer que, em 1989, quando o Prefeito Olívio Dutra assumiu com esse discurso, logo em seguida fez a intervenção; da intervenção à encampação. Nós, porto-alegrenses, pagamos por mais de 20 anos o custo daquela demagogia e estamos pagando até hoje porque isso que nós estamos vivendo hoje é culpa da desastrosa administração do Olívio Dutra e da tentativa de encampação. Criaram o plus tarifário, ou é mentira? A planilha vem de lá; o plus tarifário vem de lá. Pois o Governo do PT é tão especialista nessas coisas – e agora de novo o Tarso –, que a cada Governo, Ver. Cecchim, enriquece uns dez colegas meus advogados. Porque, naquele momento, quantos advogados de empresas, 10 anos depois, não é de agora, mas vai ser agora que nem nos pedágios, daqui a 10 anos, as futuras gerações do Rio Grande do Sul vão estar pagando no STF de novo o custo da demagogia do Governador. E o que nós queremos – hoje, pela manhã o Comassetto tuitou, e eu cobre dele, vou cobrar novamente – é que não fique fazendo esse discurso, ou então vota contra. Mas, pelo menos, vai lá e cobra do Tarso para que ele desonere o ICMS; desonere da gasolina, desonere o ICMS dos pneus, dos insumos! Por que ele não faz isso? Pois, Ver. Villela, o ISS é 5%, o ICMS é 27,5%. Se nós reduzirmos, se a Bancada do PT se comprometer e se a Câmara se articular, nós podemos fazer com que o Governo do Estado retire do custo do transporte coletivo esses quase 30%. Por que o Governo do Estado não faz isso? É isso que nós queremos saber, Ver.<sup>a</sup> Sofia! Vamos trabalhar também na questão do lucro, mas uma questão não afasta a outra, um erro não justifica o outro!

Com relação à questão do lucro, eu quero lembrar que, quando nós estamos falando de monopólio, é muito complicado falar em lucro. Então, eu concordo com a esteira daqueles que falam que tem que fazer nova licitação, Paulinho. Tem que fazer nova licitação, mas nós temos que nos lembrar que o momento do transporte coletivo é fruto de uma conjuntura. Faz 50 anos que este País desestruturou a malha ferroviária! Faz 50 anos que não se faz investimento em ferrovia! Faz 50 anos que se rendeu ao *lobby* dos carros e ao

---

*lobby* do petróleo! Investe-se em estrada e em caminhão. A Presidente Dilma, quando vai fazer reforma tributária, faz retalhos, desonera IPI. Quando desonera IPI, reduz FPM, e os municípios ganham menos recursos, e as ruas das cidades se entopem de carros. E aí vão fazer o quê? Com que os ônibus passem por cima do trânsito? Cadê o recurso da União para investir em metrô, Bancada do PT? Porque não existe município no mundo, Ver. Alberto Kopittke, em que o metrô tenha sido feito com dinheiro do município; é recurso federal! Então, alto lá! É por causa dessas demagogias e por essas coisas todas que a população está cansada! Porque nós não tínhamos que estar discutindo 17 emendas aqui, nós tínhamos que discutir nenhuma! Nós tínhamos é que votar a desoneração! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Encerrada a discussão.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.)

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/13, como autora.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Acho que a Emenda é muito autoexplicativa. Ver. Pedro Ruas, nós fizemos esta Emenda porque não é nenhuma novidade que todos os anos a questão da tarifa se repete de maneira igual. Em fevereiro, o Conselho Nacional de Transporte Urbano se reuniu, em menos de 24 horas votou uma planilha de mais de cem páginas, sem nenhuma aferição dos valores prestados e apresentados, e o Prefeito sancionou, coincidentemente, a aferição, em cinco minutos. E a população paga o custo de uma tarifa mais cara, para um transporte de qualidade terrível, como já foi constatado pelo aumento das reclamações de superlotação e atraso das linhas e das condições de trabalho dos rodoviários, que estavam aqui conosco até o presente momento. O que diz a nossa Emenda? Primeiro, que os dados da planilha têm que ser fornecidos pela própria EPTC. A Auditoria do Tribunal de Contas do Estado diz que quem fornecia os dados dos insumos era a Associação dos Transportadores, do Sindicato Patronal, dos donos das empresas de ônibus, ou seja, a “raposa cuidando do galinheiro”. Porque aqueles que têm interesse em aumentar a passagem – superlucros – são os que forneciam, Ver. Séfora

---

pág. 31

---

Mota, os insumos para a planilha. E não é à toa que o Tribunal de Contas disse que existem indícios de superfaturamento no pneu, no óleo diesel, na recapagem. Lucros exorbitantes obtidos de maneira ilegal pelos empresários que colocavam a frota reserva como parte do cálculo até o brilhante trabalho do Tribunal de Contas do Estado e das nossas denúncias sistemáticas. Afinal, sequer contrato existe em Porto Alegre das empresas com o Município! É uma verdadeira vergonha! Mas a nossa Emenda propõe o óbvio: que seja a EPTC a fornecer esses dados; que a EPTC faça o levantamento dos preços, dos insumos da planilha tarifária, que essa planilha seja pública. Nós estamos diante de uma situação em que a população clama pela democracia real, em que o povo toma as ruas para dizer que já chega das negociatas e das votações açodadas, que a população tenha mais controle social, que a população quer intervir nos rumos da Cidade. E foi isso que Porto Alegre fez como exemplo, porque o levante da juventude aqui, junto com a nossa ação, Ver. Pedro Ruas, mostrou, sim, que a luta conquista, porque conseguimos a redução da passagem, reduzindo o lucro dos empresários. Mas independentemente disso, ano que vem, eles vão querer aumentar de novo, porque eles querem sempre aumentar o preço da passagem, sempre aumentar em cima da inflação, e nós queremos que essa planilha seja publicada 30 dias antes para que a população possa buscar na Internet a planilha, para que possa buscar fisicamente na EPTC, para que nós todos tenhamos conhecimento. Isso é o mínimo, além de garantir que a raposa não dê os insumos porque era a ATP que dava o preço das planilhas. Não sou eu quem está falando, mas o Tribunal de Contas do Estado! Queremos planilhas transparentes e, por fim, que haja audiência pública antes da votação de qualquer aumento. Nós já vimos que a maior parte do Comtu está vinculado aos interesses empresariais, que não existe discussão com a sociedade, inclusive o Prefeito mandou esse projeto, mesmo diante de tanto indício de superlucros, lucros indevidos, superfaturamento, verba de publicidade – que deveria ir para o Plano de Saúde dos rodoviários e que não ia –, assinou o aumento lá, em cinco minutos, encastelado no Paço Municipal. E o povo – indo às ruas – mudou essa história. Portanto, o mínimo que esta Câmara pode fazer é votar uma emenda, Ver. Pedro Ruas, que garanta mais democracia nesse processo. Vamos acabar com o blá-blá-blá, porque estamos ouvindo a voz do povo nas ruas. Cada um aqui tem um voto, cada um dos 36 Vereadores. Se não quiserem democracia nesse processo, fica claro que não

---

querem ouvir a voz do povo nas ruas nem as belas contribuições que a juventude e o movimento social podem nos dar.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. PEDRO RUAS:** Presidente, Ver. Dr. Thiago; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, eu acho que nós temos que começar sempre colocando as coisas nos seus devidos lugares. Na verdade, a isenção, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, não é a melhor maneira de tratar redução tarifária. É uma maneira, para este momento, que a Prefeitura encontrou, e não é a melhor. A única maneira correta e adequada seria a redução dos lucros dos empresários, que é exatamente o trabalho que pede o movimento social como um todo. E nós conseguimos a redução, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, na Justiça, sem qualquer isenção. Nós conseguimos a redução de R\$ 3,05 para R\$ 2,85, sem qualquer isenção. As isenções, como regra, buscam proteger o lucro dos empresários, porque esse, para os Governos, em geral, é sagrado, não pode ser tocado, não pode ser mexido! A maneira de reduzir tarifa sem tocar no lucro dos empresários é a isenção. E eles conseguem algo fantástico ainda: os empresários do transporte coletivo em Porto Alegre, Ver. Janta, estão desonerados de PIS/Cofins desde 31 de maio deste ano e não reduziram um centavo da tarifa! Não reduziram um centavo! Isso, na letra do Código Civil, chama-se enriquecimento sem causa. Isso, no jargão popular, chama-se safadeza. Eu chamo isso de lucro ilícito, porque eles tiveram a desoneração de PIS/Cofins integral e não reduziram as tarifas! Ora, Ver. Bernardino Vendruscolo, V. Exa. é empresário e sabe que, se houver uma desoneração vinculada ao preço de um produto, o preço do produto tem que baixar. Mas o que estamos vivendo agora? A desoneração de PIS/Cofins, mas as tarifas não reduziram. E o Prefeito deveria ter reduzido? Sim! Por ato administrativo. Sempre aumentou por ato administrativo! Nós vivemos uma ilegalidade flagrante e absurda em Porto Alegre, neste momento! Há uma desoneração do dia 31 de maio, através da Medida Provisória nº 617, federal, e isso beneficiou os cofres das empresas que não reduziram as tarifas! Isso é absolutamente ilegal! E a Medida já veio para proteger os interesses dos empresários do transporte coletivo em São Paulo, para o Prefeito Haddad não poder subir

---

---

a tarifa! Mas ela vale para todo o território nacional, Ver. Idenir Cecchim; todo. E aqui ela tem o mesmo valor, do ponto de vista legal, que em São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, no Ceará! Mas em Porto Alegre não houve a redução! Agora traz o Prefeito o ISSQN, como a sua isenção, e já disse que o valor são R\$ 15 milhões. É verdade, são R\$ 15 milhões, que nós não queremos que saiam da área social, que nós não queremos que saiam da Saúde! Quinze milhões é o valor que os empresários vão lucrar deixando de pagar, não é nenhum prejuízo para os empresários isso. Ninguém vai votar contra a redução tarifária, mas nós temos de colocar as coisas como elas são: isenção é uma maneira de reduzir tarifa sem mexer no lucro dos empresários! E nós queremos saber de onde, de que área de gestão pública sairão esses R\$ 15 milhões. Não podem ser da assistência social, não podem ser da Saúde! Nós indicamos: publicidade e custos de cargos de confiança.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos assiste, o Líder do Governo falou aqui que estamos discutindo tributo, que não podemos ter emenda no tributo, mas a Emenda nº 02 fala em insumos e tributos. Mesmo com a redução que o Prefeito está dando, a passagem de Porto Alegre é a segunda mais cara do Brasil! Mesmo com tudo isso que aconteceu em Porto Alegre, mesmo com a ação que o pessoal ganhou, mesmo com a isenção que o Prefeito está dando, ela é a segunda mais cara do Brasil! Mesmo com tudo isso! Mesmo que hoje nós aprovemos essa redução, ela é a segunda mais cara do Brasil!

O INPC, o IGP-M, o Instituto Geral de Preços, que mede a inflação, que mede todo o custo do Brasil, deu 414,29%. Isso é o custo de tudo, de tudo! Só que a tarifa subiu 670,27%! E nós vamos nos furtar de discutir isso, nos furtar de abrir essa caixa de Pandora, vamos nos furtar de realizar audiências públicas, vamos nos furtar de discutir 30 dias antes de ir pra o Conselho? E já existem projetos nesta Casa, eu apresentei um projeto para reformular esse Conselho vendido, esse Conselho que não representa a população de Porto Alegre, que não representa a sociedade, esse Conselho que não é

---

tripartite, esse Conselho que só tem representação remunerada para discutir o preço da tarifa de ônibus em Porto Alegre, de novo, para levar responsabilidade para a Prefeitura Municipal. Essa responsabilidade é da Câmara de Vereadores! Essa responsabilidade é da representação do povo! A responsabilidade é nossa! Nós vamos nos furtar disso?

Nós queremos que o Ministério Público decida sobre as tarifas, como quando o Ver. Pedro Ruas teve que entrar na Justiça para o Ministério Público decidir? Ou nós fomos às ruas pedir voto para as pessoas dizendo que nós queríamos decidir as questões da Cidade?

Eu acho que nós não podemos nos furtar, e esta Emenda nº 02 diz isto, que esta Câmara de Vereadores dá essa isenção que o Prefeito encaminha para cá! Mas isso não vai resolver o problema do transporte coletivo em Porto Alegre.

Nós vamos continuar com a segunda tarifa mais cara do Brasil, mesmo com a isenção.

O Governo Federal já deu 7,36% de isenção – 7,36%, Ver. Pedro Ruas! –, fora o PIS e Cofins. E, agora, vai dar 50 bilhões para a mobilidade urbana, mas não diz para o que é! O que é isso, gente? Dinheiro que poderia ir para a Saúde, para Educação! E nós temos um transporte coletivo que está aí, a olho nu, vendo as pessoas entulhadas dentro de um ônibus, as pessoas que não dispõem de transporte no horário em que precisam. Transporte, em Porto Alegre, é como telefone celular: quando se precisa, no horário do pico, não se tem, não está disponível para as pessoas usarem. Então, esta Câmara de Vereadores não pode se furtar de discutir isso. Eu acho que nós podemos e temos que aprovar essa isenção, mas temos que aprovar a Emenda nº 02, que dá o direito à Câmara de discutir o transporte de Porto Alegre. Não pode esta Câmara, eleita pelo povo, furtar-se de discutir isso. Com força e fé, vamos seguir melhorando as vidas das pessoas de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Vereador-Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. A Emenda nº 02 é exatamente igual à emenda que nós fizemos, Ver.<sup>a</sup> Fernanda e Ver. Pedro. A Bancada do PT vem trabalhando, desde que o Prefeito

---

anunciou uma nova isenção para as empresas que operam os ônibus em Porto Alegre, em traduzir exatamente as demandas que a população tem levantado em relação ao transporte público de Porto Alegre. E não é apenas uma tarifa mais justa. Este é um dos temas. A população tem registrado a sua inconformidade, em primeiro lugar, com a qualidade do transporte oferecido. Ela está indignada com o tempo de espera nas paradas de ônibus; com a qualidade, ou seja, com o conforto, pois andam em pé e amassados crianças, idosos, juventude, estudantes, pessoas trabalhadoras e mulheres, em especial. Uma hora no ônibus, muitas vezes, passa-se o tempo inteiro em pé e desviando das pessoas que estão entrando e saindo, segurando-se nos ônibus, porque o modelo de entrar na frente e sair atrás é contra o fluxo, portanto muito mais pessoas caem nos ônibus, inclusive na entrada e na saída, quando o motorista tem muito mais dificuldade de visualizar. A população de Porto Alegre está dizendo e registrou que quer qualidade.

Muito bem, uma vez que já congelou o preço, o Prefeito está indicando nova isenção, isenção de 15 milhões, se não estiver condicionada à qualidade, será apenas mais lucro para as empresas que operam o serviço de ônibus. Essa qualidade depende da transparência, e a tarifa justa depende de transparência, porque essa isenção de ISSQN será absorvida, será retirada do serviço público, e não teremos controle se ela traz efeito na redução da passagem, Vereadores, se não tivermos condições de controlar os insumos, de controlar o que compõe o custo da passagem. Para o ano que vem já estão nos enrolando! Então essa Emenda é simples, ela diz que, 30 dias antes, tem que ser apresentado os itens que vão incidir sobre o reajuste de passagem, tem que ser publicado. Todos nós temos que ter acesso, as pessoas que usam carros, que compram pneus, que usam combustível, que compram ônibus podem avaliar, olhar ali no *site* da Prefeitura e avaliar: “Olha, esse preço está muito alto, está muito baixo, está adequado, não está, este item que está entrando e não deveria”. Senão vamos perder esse valor do serviço público e vai entrar no lucro, porque não há transparência, não há controle. É o que dizíamos: o Prefeito mandou para cá, sem condição nenhuma, nem de redução do preço. Nós estamos propondo uma emenda dizendo que tem que reduzir o preço da passagem a partir dessa isenção. Então, se não tiver transparência, reduzir o ISSQN aqui, vai significar, sim, uma burla logo ali à frente. Se não houver novos controles do cumprimento dos já frágeis contratos, e o que a gente tem de mais sólido hoje no contrato

---

pág. 36

---

das empresas que nunca tiveram licitação – é verdade, e a Prefeitura vem empurrando para frente a licitação –, o que tem de mais concreto, Ver.<sup>a</sup> Jussara, no controle desses contratos, é a tabela, a tabela de horários, o horário que tem que ser cumprido, as linhas. E isso não é cumprido e não há fiscalização. Portanto, se não houver uma forma diferenciada de controlar esse contrato, se perde esse recurso e ele vira mais lucro no bolso das empresas. Não há qualquer alteração no percentual do lucro apontado pelo Tribunal de Contas, portanto continuará o abusivo lucro em cima do custo do trabalhador. Enquanto a Carris pratica 7%, outra pratica 19% de lucro. Portanto, transparência, qualidade e controle de gestão são condições para novas isenções, senão não teremos um transporte público de qualidade em Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e, em especial, a Bancada do PSOL: a Emenda, em parte, é positiva, mas ela vai além, e quase sempre acontece isso com os extremos. Nós não conseguimos uma posição ponderada, mediada e discutida, pois sempre se vai um pouco além. Ver. Villela, acho que apresentar a planilha, com um prazo de antecedência, e publicizá-la é extremamente saudável. Colocá-la à disposição do povo, para que se conheça e questione é extremamente saudável. Mas vai além quando se propõe audiências públicas para discutir a planilha; aí entramos num assembleísmo que – com todo respeito, e somos amantes da democracia, pois o meu Partido, mais do que nenhum outro, é o Partido da Democracia Brasileira, com os nossos ícones ao longo da história – não funciona. Nós vamos fazer audiência pública para discutir o preço da tarifa. É óbvio que isso é inviável! Abram os olhos, façamos publicamente, que as pessoas peguem e questionem, que venham à Câmara de Vereadores e falem com os Vereadores e digam: “Olha, acho que tem um problema aqui, Vereador, faz um Pedido de Providências ou um Pedido de Informações; vai ao Ministério Público e questiona; vai ao Tribunal de Contas e questiona”. Mas fazer audiência pública para

---

discutir, convenhamos, isso é ir além! E aí estraga a Emenda, que é boa. Mas quero fazer uma pergunta aos Vereadores, às senhoras e aos senhores que nos acompanham pelas galerias e em casa pela TVCâmara. Ver. Ferronato, nosso Líder do Governo: qual é o maior avanço no transporte público de Porto Alegre que padece dos mesmos problemas do transporte público brasileiro? E os que me antecederam tem razão, esse elefante branco que é o trilho do aeromóvel, aqui, é o testemunho de nossa incompetência como homens e mulheres públicos, no sentido de dar uma solução, pois já seria possível ter uma linha circular, ter uma linha universitária que saísse da UFRGS até a PUC, pelo talude da Ipiranga. Mas nós não conseguimos fazer, assim como levamos 20 anos para fazer a ligação hidroviária de Guaíba para cá, pois sempre se colocava atendendo a *lobby* e a interesses escusos, alguma coisa no edital, que inviabilizava. Mas, para além de tudo isso, dos problemas e das mazelas que são do Brasil de um modo geral, qual é o maior avanço do transporte público de Porto Alegre dos últimos quinze anos? Qual é, Vereadores? (Pausa.) Eu respondo: é o Tri, é a passagem integrada. E essa passagem não se pode retirar, nem do PMDB, nem do PTB, nem do PP, nem do PDT, nem do DEM, de nenhum dos Partidos que fazem parte dessa coalizão que governou com o José Fogaça, que Governa com o José Fortunati e que tem essa conquista. Essa conquista para um estudante, por exemplo, é meia passagem; são 150 passagens por mês e a segunda passagem de graça. Quem é que deu isso? Então, quando estamos fazendo essas discussões e começa a se demonizar a administração pública, perde-se o foco e perde-se a capacidade de enxergar aquilo que é substantivo. O que nós queremos é para além de vir aqui naquele descompromisso de quem é oposição, a não ser o de criticar, criticar, criticar! E a crítica, às vezes, é boa e é construtiva, sim, mas queremos conquistas e queremos resultado. E conquista e resultado, o nosso Governo, a nossa base tem para oferecer e para mostrar para a sociedade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Apregoo o Requerimento, de autoria do Ver. Nereu D'Avila, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 01 a 02 de julho.

---

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o sempre Vereador João Antônio Dib me telefonou há pouco, dizendo que nós estamos discutindo uma lei tributária e discutindo vários outros assuntos fora da lei tributária. E a lei, conforme, inclusive, o meu Parecer na Comissão Conjunta, diz, claramente: “A emenda é a proposição apresentada pelo Vereador ou Comissão que visa alterar parte do Projeto”. Qual é o Projeto? O que isenta de ISSQN o transporte coletivo por meio de ônibus em Porto Alegre. Este é o Projeto, uma linha só. E as emendas, todas as emendas, não dizem respeito ao objetivo do Projeto, porque a Lei nº 611 diz claramente: “Cada lei tratará de um único objeto” – é muito claro. E nós estamos tratando de reforma do Comtu, a forma de dar o aumento, a forma de diminuir – não é o objeto que nós estamos falando aqui. O Ver. Janta veio aqui e disse: “Tem um Projeto que reforma o Comtu, que trata sobre transporte” – excelente, vamos tratar de todas essas formas de transporte juntos, quando discutirmos o Projeto do Ver. Janta – é muito claro. E o Ver. Dib, em 16 anos que fomos colegas aqui, ele tinha uma máxima: “Simplifica, meu filho; simplifica!” E o que nós estamos fazendo aqui, hoje? São 15 emendas e nós estamos na primeira emenda, e já são 16h20min – estamos há duas horas nisso, imaginem para 15 emendas – aonde nós vamos? Então, acho que temos que fazer um acordo, mas para simplificar o objetivo. Então, o meu encaminhamento é conforme o meu Parecer Conjunto, aprovado por esta Casa, de que as emendas não dizem respeito ao Projeto que estamos votando; as emendas dizem respeito a outros projetos, a outras formas. Portanto, desculpem, mas, em vez de nós simplificarmos, nós estamos fazendo justamente o contrário. Portanto, não vou falar mais para justamente ganharmos tempo, mas, vou deixar bem claro que somente a Emenda nº 12, que corrige parte do texto da Lei, é uma Emenda adequada a este Projeto; as demais, desculpem-me, mas tratam de outros assuntos que nós teremos que tratar quando discutirmos outras leis; mas esta é específica, trata de isenção do ISSQN sobre transporte coletivo de ônibus em Porto Alegre, visando reduzir a passagem. E se nós não votarmos em seguida, não ficará pronta a redação final e isso somente será feito daqui a dois ou três dias. E pior ainda: se aprovarmos alguma emenda fora do contexto do Projeto de Lei, o Prefeito usará o poder

---

---

de Veto; e usando o poder de Veto, quando é que vamos reduzir o preço da passagem? E será por culpa de quem? Nós temos que ter a responsabilidade sobre o que estamos discutindo e aprovando: unicamente a isenção de ISSQN sobre o preço da passagem, para baixar o preço da passagem! Então, voto contra praticamente todas as emendas.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/13.  
(Pausa.) Desiste.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLCE nº 007/13, pela oposição.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente; colegas Vereadores, colegas Vereadoras; senhoras e senhores que nos dão o prazer deste debate. Ver. Nedel e demais pessoas, não está em debate aqui, não está em discussão a não aceitação da redução do ISSQN que incide na passagem. Como este é um tema do transporte público, o que estamos propondo é que este debate seja ampliado, que esta construção seja ampliada. É o nosso papel apresentar uma análise e propor que se avance, e nós fizemos isso. Eu venho aqui em nome da oposição, porque nós protocolamos um conjunto de itens, entregamos ao Vice-Prefeito e estamos, até o momento, aguardando o que nós faremos com o sistema do transporte de Porto Alegre, porque essa é uma prerrogativa do Executivo, mas nós, do Legislativo, temos o direito e a obrigação de propor.

Um dos itens que todos discutem é sobre a planilha de cálculo tarifário de ônibus de Porto Alegre. Pois bem, senhoras e senhores, aqui está a planilha de custos que traz itens de todas as qualidades e categorias. Traz os custos do chassi, do pneu, do salário dos trabalhadores, da rodagem, dos lubrificantes... O que nós estamos pedindo nessa Emenda apresentada aqui? Pedimos que esse cálculo feito pela empresa de transporte público de Porto Alegre tenha visibilidade e transparência. E será que os Vereadores que não querem essa discussão não concordam com a política de transparência, que já está aprovada nacionalmente? A Presidência da República já abriu o Portal da Transparência! A Prefeitura tem o Portal da Transparência! O que nós estamos pedindo e propondo aos colegas Vereadores e Vereadoras é que 30 dias antes da reunião do Conselho Municipal

---

pág. 40

---

de Transporte Urbano essa planilha se torne pública para que toda a cidade de Porto Alegre possa analisar, para que o Tribunal de Contas do Estado possa analisar, para que as empresas que compõem esse colegiado possam analisar!

Agora, meus Vereadores, minhas Vereadoras, e juventude aqui presente, pasmem! Lá no Conselho Municipal de Transporte Urbano, a representação da juventude – que inclusive estava aqui no plenário há poucos minutos – vota sempre a favor do aumento e não questionam! Os representantes dos aposentados votam sempre a favor e não questionam! Quais os únicos dois representantes que votaram contra? Foram os representantes da UAMPA e a Central Única dos Trabalhadores. Todos os outros sempre votam a favor sem questionar! Será que não há nada a ser questionado em uma planilha complexa como essa? O que nós queremos dizer aqui não é nem que questionem, mas que esses itens sejam apresentados publicamente. É isso que a população está exigindo: transparência antes de tudo! E aqui, nesse processo para a concessão do aumento tarifário no transporte coletivo de Porto Alegre, deve ser pública a tabela base utilizada, que fundamenta tal elevação da tarifa, com a descrição e os valores de todos os insumos e tributos, e enviada à Câmara Municipal de Porto Alegre com, no mínimo, 30 dias de antecedência da reunião do Conselho Municipal de Transportes Urbanos, para que nós também possamos debater aqui esses itens.

Eu não tenho medo de debate, a oposição não tem medo de debate, e muito menos de proposição. Neste momento, nós não estamos vindo aqui para ser contra o Projeto; nós estamos vindo aqui para dizer que ele é bom, mas é insuficiente e tem que avançar mais. E esse avanço nós queremos aqui pactuar com a base do Governo e com o próprio Governo. Vamos abrir ou não vamos abrir as planilhas de contas? As ruas estão pedindo: “Abram os dados!” E é isso que nós estamos propondo. Portanto, votem a favor da Emenda nº 02... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, pelo Ver. Cláudio Janta e outros Vereadores, a Emenda nº 02, destacada,

---

ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 007/13, como autor.

**O SR. PEDRO RUAS:** Presidente, qual é a grande questão que hoje mobiliza todo o País? O combate à corrupção, a luta contra a improbidade administrativa, a transparência, entre outras pautas igualmente relevantes. O que nós pretendemos aqui? Na verdade, de forma bem modesta, Ver. Tarciso, é repetir a Constituição Federal, é repetir a Lei nº 8.666 – a famosa lei das licitações – e é repetir a Lei nº 8.133, que é Lei Municipal, é de Porto Alegre, e que criou a EPTC! O que dizia e diz a Constituição Federal? Que o transporte coletivo é serviço público que pode ser delegado à iniciativa privada, Ver. Mauro Pinheiro, mediante licitação – 5 de outubro de 1988. Em 1993, Ver. Janta, veio a lei das licitações, a Lei nº 8.666, que diz a mesma coisa. Em 1998, veio a Lei nº 8.133, que criou a EPTC, e diz a mesma coisa: o transporte coletivo é serviço público essencial que pode ser delegado à iniciativa privada mediante licitação. O que nós repetimos nesta Emenda, de forma singela, eu e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, é exatamente o que dizem essas leis, desde a Constituição Federal até a Lei Municipal. Qualquer reajuste tarifário necessita, antes, que o procedimento licitatório tenha ocorrido em relação ao concessionário. É uma obviedade jamais cumprida em Porto Alegre. Jamais! Porque Porto Alegre nunca teve licitação. Este é um dado interessante. Nós falamos muito que não ocorrem licitações há 24 anos. É verdade! Só que isso está incompleto. Até 1988, não havia obrigatoriedade de licitação. Passou a ocorrer a partir da Constituição Federal de 1988. Portanto, em 1º de janeiro de 1989, venceram todas as concessões de caráter precário, e todas eram em Porto Alegre. Todas! E faz 24 anos que há necessidade de licitação e isso não ocorre em Porto Alegre. Por isso, reitero: a Emenda é singela. Ela reproduz apenas a Lei nº 8.133, a Lei nº 8.666 e a Constituição Federal. E é disso que a população necessita, a transparência, o cumprimento da legislação, a legalidade, o ato público dirigido ao público. É isso que nós queremos.

---

Eu confio muito, Presidente, Dr. Thiago, que esta Emenda tenha plenas condições de aprovação, mesmo porque eu vi, na imprensa, que o próprio Prefeito está anunciando licitação, pelo menos parcial, para o final do ano, de todo o setor. Então, não me parece razoável que não se coloque um tema como o da licitação como algo absolutamente imprescindível para que se cogite, em qualquer momento, um reajuste tarifário. Aliás, é uma tese vitoriosa já no próprio Poder Judiciário, que entende que, na ausência de licitação, o procedimento de reajuste é irregular e pode ser revogado. Parece-me que todo o bom-senso é que tenhamos aqui, na aprovação desta Emenda, a reprodução da vontade da Constituição Federal, das leis que regulam a matéria e do Poder Judiciário aqui em nosso Estado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 007/13, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Vereador-Presidente; agradeço aos nobres colegas dos três Partidos de oposição por me deixarem sustentar aqui a nossa opinião favorável, Ver. Janta, porque esta Emenda de V. Exa. é coerente com o que nós entendemos em relação a como devemos tratar o transporte coletivo desta Cidade. É lamentável, e eu registro, mais uma vez, que a maioria da base do Governo, senhoras e senhores que nos acompanham, público de Porto Alegre, usuários do transporte coletivo, rejeitou uma condição mínima que era publicar a tabela que compõe o preço da passagem, 30 dias antes de o valor aumentar. A Câmara rejeitou, senhores! A base do Governo Fortunati, que manda a isenção para cá, não quer transparência! O Governo não quer transparência! Não quer abrir para a população o lucro que dá para as empresas. E vou subir o tom porque é a pura verdade, os votos estão registrados aqui! Está publicizado, sim, senhores! A Câmara Municipal de Porto Alegre não dá nenhuma condição para a população de Porto Alegre controlar o preço da passagem. É isso que as senhoras e os senhores estão dizendo aqui, por maioria, contra o voto da oposição. Porque a oposição quer transparência; quer, finalmente, que o povo de Porto Alegre controle o lucro; que o povo de Porto Alegre diga de onde pode tirar qualidade; que o povo de Porto Alegre exija o cumprimento de tabela. E, se nós não dermos instrumentos

---

para o povo de Porto Alegre, não haverá passagem gratuita, não haverá passagem justa e não haverá qualidade de transporte coletivo nesta Cidade, Ver. Pujol! Na negociata, na escuridão, lá na noitada com o Comtu, não sai tarifa justa! Não sai! E me parece que não foi suficiente a caminhada da população nas ruas da Cidade e do País. Porque era só uma pequena condição: colocar a tabela, transparente, num *site*. Os Vereadores aqui acabaram de votar “não”; “não publica”.

Agora, aqui, a Emenda é a seguinte: vale quando for licitado, vale quando regularizar os processos de contratação, vale quando for republicano o serviço prestado em concessão. É isso o que esta Emenda está dizendo. A Emenda anterior era do PSOL, e nós temos uma igual e vamos votar na sequência, mais uma vez, esta Emenda do Ver. Cláudio Janta, que destoa da base do Governo neste ponto, porque a base do Governo está sustentando a falta de transparência do Governo Municipal. Se o Governo, que é o gestor dos contratos, não faz a sua parte, o que resta ao povo de Porto Alegre? Indignação, revolta, inconformidade, porque o que resta a ele se não pode saber do que se compõe a planilha de custos da passagem que ele paga todos os dias para ir para a escola, para ir para a aula, para ir ao Centro, ao banco, ao trabalho? Ele não pode saber, e é um serviço público concedido que, neste dia, está recebendo mais isenção de impostos, que já recebeu dinheiro público pela isenção da taxa da Presidente Dilma, a da desoneração dos impostos trabalhistas. Já recebeu, já recebe!

Senhores, é grave e é sério! É a oportunidade que esta Câmara Municipal tem de criar mecanismos de controle, de criar mecanismos de transparência, de criar mecanismos de qualidade, e nós estamos rasgando esta oportunidade! Desculpem-me subir o tom, mas não é possível! Não é possível! Com esta pasmeira eu não concordo, a oposição não concorda. A oposição apresentou muitas emendas para dar alguns instrumentos para o povo de Porto Alegre e o povo deste Brasil fazer valer o dinheiro público que está sendo colocado na operação dos ônibus concedidos, dinheiro público que vai sair da Saúde, que está mal em Porto Alegre; que vai sair da Educação, que vai sair da obra, que vai sair do serviço público, e ele tem que ser controlado, transparente e justo.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Idenir Cecchim com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; na minha intervenção anterior, elogiei o chapéu da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon; agora, fiquei preocupado, acho que o chapéu esquentou demais os miolos da Vereadora, que está dizendo bobagem e gritando demais.

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Estou respeitando, Vereadora. A senhora sabe que essa planilha que a senhora quer, pode procurar na casa do Sr. Olívio Dutra. Foi ele quem pegou durante a noite. A madrugada a que a senhora se refere é do Olívio Dutra que invadiu as empresas de ônibus, e estamos pagando até hoje. A senhora sobe o tom aqui de vergonha, certamente, porque foi a senhora quem provocou isso. Não adiantam essas emendas. A maioria delas é oportunista; algumas, de boa-fé. A maioria é de oportunistas que querem ficar aqui fazendo média com a população. A senhora, Vereadora, que é deste Governador que não dá nada, que não cede nada, que engana o Rio Grande, engana os estudantes, a senhora não vai aqui – no grito – mentir para ninguém! Porque ninguém mais acredita nessa gritaria que a senhora faz aqui! Então, Vereadora, vamos ser claros: há um Projeto aqui para baixar o preço da passagem para toda a população de Porto Alegre; não é para quem o Governador quer – uma discriminação –, para os ricos. Não, nós estamos aqui para baixar o preço da passagem para toda a população de Porto Alegre. Se a senhora quiser ver a planilha, culpe o Sr. Olívio Dutra que invadiu as empresas de ônibus e ficou com toda a planilha na mão e não fez nada.

Admiro muito a senhora vir aqui reclamar de certas coisas das quais tem culpa. Isso se chama, na Igreja Católica, de ato de contrição: minha culpa, minha culpa. Só que aqui não tem padre para perdoá-la, Vereadora. Lá em Veranópolis, a senhora faria um ato de contrição e receberia a benção; aqui, nesta Câmara, nós queremos só a verdade. E se não é com a verdade, não vamos ter uma discussão séria. Nós não podemos ficar aqui uma tarde toda discursando sobre emendas para evitar que se dê o desconto na passagem. O que vocês estão fazendo na oposição é evitar que se diminua o preço da passagem! É isto que está apavorando a oposição aqui nesta Casa: é o medo! É o medo de que baixe a tarifa: o que o Governador não faz e que a Dilma não faz! Por medo!

---

Eu ouvi o Alberto Kopittke falando que o Prefeito recebeu os “pelegos”. Agora, aqueles que entraram no Palácio Piratini de noite, quem eram? Eram ovelhas. Não era só o pelego, era a ovelha inteira! As ovelhinhas do Tarso, Ver. Kopittke! Não era o pelego, era a ovelha inteira que entrou lá para dar apoio para um Governo falido, desmoralizado e sem ação! É isso que é pelego, com ovelha e tudo! Foi isso que o Tarso fez.

Então, se vocês não querem que se diminua a passagem de ônibus em Porto Alegre, continuem com essas emendas para ganhar tempo. O que vocês estão fazendo é bloquear, evitar que se vote o desconto da passagem. A população está vendo, Vereador! A população está vendo o que vocês estão fazendo: zero de produtividade!

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Esta Presidência tenta mediar para que a gente possa ser mais célere, mas, infelizmente, temos que resguardar o que está escrito. Felizmente nós temos Regimento.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Exatamente, Ver. Dr. Thiago. Seria possível, de fato, acelerar a votação se a gente não tivesse que assistir à base do Governo derrotando emendas que democratizam o acesso do povo à planilha, ao controle social, ao debate sobre a tarifa. Mas, mais do que isso, se a gente não tivesse que ouvir os argumentos patéticos – patéticos! – de uma posição de um Governo que desrespeita a cidadania. Desrespeita a cidadania. Eu quero lembrar um pouco os fatos aqui nesta tribuna; quero lembrar os fatos quando, mesmo depois da Auditoria, mesmo depois de ficar claro o superfaturamento de elementos da planilha, mesmo depois de ficar público que os empresários ganharam R\$ 72 milhões de maneira ilegal; mesmo depois do bloco de luta ter feito dezenas de passeatas na cidade de Porto Alegre, o prefeito, em cinco minutos, assinou um aumento ridículo; um aumento abusivo, que era o aumento que os empresários queriam, quando, na verdade, todos os elementos de controle social mostravam que eram lucros indevidos, que era uma verdadeira vergonha, uma bandalheira no transporte coletivo na cidade de Porto Alegre. Patético também, quando o

---

---

Governo, no dia 1º de abril, faz reuniões. Tirando os líderes do movimento estudantil, que estavam contra o aumento das passagens, porque eles querem escolher quem pode entrar na Câmara, quem entra na Prefeitura, qual voz eles querem ouvir. Que Governo é este que desqualifica uma Vereadora que vem a esta tribuna cobrar, cobrar, sim. Vocês são Vereadores de Porto Alegre, não é Vereador da base, Vereador da oposição; vocês são Vereadores do povo de Porto Alegre, os 36 Vereadores, na qual me incluo. O povo está dizendo que quer democracia, que quer discutir, que chega de roubalheira, que chega de “raposa” cuidando do transporte coletivo, chega de negociata, chega de acordão! Chega, chega de descaso, chega! Chega de não ouvir a voz do povo. E pode reclamar, porque tem Vereador aqui que só resolve reclamar quando tem Vereadora na tribuna, porque quando tem Vereadores homens da oposição, ficam bem quietinhos. Mas eu não tenho medo! Eu não tenho medo de vocês! Não tenho medo, estou exercendo o meu direito, o meu dever como Parlamentar desta Cidade. A população tem o direito de saber por que o ônibus é tanto, por que a passagem do ônibus vai subir, que não tem contrato. Porto Alegre não tem contrato. A próxima Emenda diz que só pode ter aumento quando tiver contrato. Muito modesta! Porque quem inventou isso foram os Deputados constituintes em 1988, aqueles dos movimentos sociais populares, que derrotaram a ditadura militar, que começaram a escrever uma Constituição com o povo do nosso País. Eles escreveram na Constituição Federal: concessão de serviço público tem que ter licitação. Vocês rasgam a Constituição; a Prefeitura de Porto Alegre rasga da Constituição, não tem licitação nesta cidade. É um cartel, um cartel em conluio com os prefeitos; um cartel que dentro do sistema vende as linhas de ônibus, que são uma concessão pública, mas que tratam como negócio privado. Assim como muitos tratam a política como negócio privado para enriquecer, para se locupletar, para defender interesses empresariais, e vocês têm a coragem de votar contra uma emenda que quer audiência pública para discutir o aumento da passagem! Quero ver se vão ter coragem de votar contra uma emenda que diz que tem que ter licitação, porque não somos eu nem o Ver. Pedro Ruas que estamos dizendo isso; é a Constituição Federal! Vocês podem comemorar, aplaudir, quando um Vereador debocha de outro Vereador; aplaudir argumentos patéticos! E quando eu acho que já vi tudo, eu me surpreendo! Mas vocês estão descolados das ruas! Quando o povo toma as ruas, passa por cima dos Parlamentos e vocês votam para os ricos, para os empresários que não querem

---

---

democracia! Pode comemorar a maioria circunstancial do Governo aqui na Câmara porque eu vou comemorar nas ruas com os jovens que estão construindo a história com as suas próprias mãos.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores que estão aqui, quando eu assisto ao debate, ao discurso da Ver.<sup>a</sup> Sofia, realmente eu começo a pensar por que ela não teve todo esse discurso quando eles estiveram os 5.844 dias no Governo, quando deixaram todas as empresas sucateadas. Por que ela não fez isso? Eu quero dizer que eu uso ônibus e quero que o preço da passagem baixe. Eu ando várias vezes de ônibus, nem uma e nem duas vezes, e não vai ser um Vereador ou Vereadora que vai me condicionar a dizer como devo votar. Eu voto como as pessoas me orientam porque sou orientado pelas pessoas lá da rua que pedem para eu votar favoravelmente, mas não sou favorável ao capitalismo, que é um absurdo, mas se ônibus desse tanto lucro, aquela empresa Sentinela não tinha quebrado. Alguma coisa errada tem! Fernanda, gosto muito de ti e te acho uma Vereadora extraordinária, mas não vem me dizer que eu tenho medo! Eu não tenho medo, eu falo por mim! Eu não tenho medo de ninguém! Sou Vereador e tenho responsabilidade pelo que eu falo! Tenho certeza absoluta de que o Prefeito José Fortunati e o Vice-Prefeito Melo têm a maior transparência no governo desta Cidade. O Prefeito quer que o Projeto seja votado imediatamente. Ele trouxe este Projeto das ruas. Vocês, realmente, começaram este debate, quero dar meus parabéns. Mas a Ver.<sup>a</sup> Sofia não pode vir dizer que nós não queríamos transparência. Claro que nós queremos a transparência! Nós queremos, estamos votando aqui. O IPI zero já um grande negócio para a Cidade. Agora mesmo eu estava falando com um cidadão que tem 70 funcionários. Está lá o Sr. Cláudio achando que é um grande lucro ter menos R\$ 0,05 por pessoa. Imaginem no final do mês quanto dá. Então, eu quero dizer para os senhores: eu sou usuário do sistema coletivo, gosto de andar de ônibus, gosto de andar de lotação, venho aqui falar porque eu uso, e tenho certeza absoluta de que a minha Bancada está comigo e vai votar favorável a este

---

pág. 48

---

Projeto, porque ele tem que passar. Este Projeto vai passar. E mais ainda: eu sou contra as emendas, emenda para mim são aqueles puxadinhos que não entendo muito bem, são gambiarras; não aceito gambiarras. Quero o Projeto, sim, e vamos aprovar.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu resolvi subir nesta tribuna novamente. Tinha feito um encaminhamento já discutindo de uma forma geral as questões de fundo que perpassam emendas de natureza política, sim, porque é de política pública, é de projeto político que nós estamos falando nesta Casa. Os Vereadores, as Vereadoras e o Poder Legislativo têm o direito – mais do que direito, têm o dever – de colocar emendas. Para mim não existe momento apropriado ou inapropriado para a colocação de emendas que contribuem para o debate político. Porque o movimento das ruas não é de agora, é da luta histórica desta Nação há muito tempo. E os movimentos sociais organizados e as lutas políticas que definem os encaminhamentos de uma Nação que queremos mais democrática e que não retroceda, de uma Nação que queremos soberana, de uma Nação que queremos decidindo as questões cruciais, essenciais do povo brasileiro.

Eu quero respaldar o pronunciamento do Ver. Pedro Ruas em relação às licitações e à Emenda aqui trazida e, depois, secundada por outros colegas Vereadores, porque é uma das questões que, inclusive, coloquei no nosso pronunciamento inicial do dia de hoje, ao defender as emendas e, de um modo muito particular, ao defender a questão relativa a licitações. As ruas e o bom-senso, inclusive desta Casa, pedem a urgência de realização de licitação para o transporte coletivo, pois esta é uma das únicas capitais do País que não tem licitação de transporte coletivo! Isto está na Constituição.

E eu quero dizer ao Ver. Pedro Ruas que a Prefeitura não está cumprindo a Constituição, é um serviço público concedido. Esta Emenda é importante. Mas o relato e o pronunciamento do Ver. Ruas me fazem vir a esta tribuna para dizer isso, porque o pronunciamento do Vereador, ao fazer o resgate histórico que vem desde a Constituição – segundo o seu pronunciamento –, a luta para colocar, na Constituição, as licitações... Eu

---

quero dizer, eu quero mais do que dizer, quero resgatar, num debate como este, que a luta pelas licitações é fruto de muita luta do movimento social organizado, antes do próprio processo da Assembleia Nacional Constituinte! E isso, Ver.<sup>a</sup> Sofia, nós temos de marcar sempre, a chegada, hoje, na perspectiva de um Projeto de nação, depois de eleger um Presidente operário, eleger a primeira mulher Presidente deste País, com um Projeto concreto de nação para enfrentar o neoliberalismo, para enfrentar o imperialismo que está aí de olho na nação brasileira! E isso não é discurso de trinta anos atrás, isso é a realidade objetiva! Ou a questão do transporte coletivo não tem interesses?

Eu quero dizer, finalizando, é muito bom que a gente traga a história para cá, porque todo o processo de conquista passa por uma luta de muito tempo, desde que esta Nação foi colonizada!

É bem-vindo, é muito bom o movimento de hoje. Mas não esqueçamos que, para botar a licitação na Constituinte, que a Prefeitura Municipal não cumpre, houve povo nas ruas, e, por isso, ela é a Constituinte Cidadã.

E quero finalizar, senhores, dizendo que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre está devendo ao povo brasileiro aquilo que este povo conquistou na Constituinte de 1988. Se não for agora, Ver. Professor Garcia, se não for neste momento, um dia terá que ser! De preferência, com a participação... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, sou obrigado a lembrá-la, e perdoe-me por fazer isso, que o PT e os Partidos que estavam à esquerda do PT se recusaram a assinar a Constituição Cidadã, essa a que a senhora se referiu – recusaram-se!

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Então, se o PCdoB, não – e eu registro –, o PT não quis assinar a Constituição brasileira, cidadã, reconhecida por todos, inclusive pelos maiores

---

magistrados do nosso País, que foi um avanço, e os Partidos à esquerda do PT não quiseram assinar.

Graças a esta Constituição, os pendores totalitários de muitos são refreados, Ver. Alberto, porque, dependendo de algumas posições, e embora, em alguns casos até, talvez pudéssemos cogitar tamanhos absurdos neste País que fossem necessários, Ver. Villela, mas a posição de alguns é que nós instauremos, no nosso País, aquilo que há de mais odioso no concerto das nações do mundo. Ou alguém duvida que existe um discurso e uma prática, para além de um discurso, de fogueira, de inquisição, de paredão?

Nós temos Partidos entre nós que incensam, publicamente, regimes dos mais terríveis possíveis, aqueles onde a vida do ser humano não vale nada! Nós temos Partidos entre nós que incitam, diariamente, a violência, a quebradeira, a intolerância, dizendo que vandalismo é o que tem no hospital, quando uma família está doente e não consegue atendimento. Embora isso seja verdade, um erro não justifica o outro. Mas há, entre nós, de forma muito presente por aqueles que sobem a esta tribuna para inflar o peito, para inflamar a voz – e nós conhecemos os últimos arautos da moral e dos bons costumes –, para virem com o discurso de que iriam fazer o resgate histórico das bandeiras sociais deste País. Nós conhecemos! Foi prolatada a sentença há pouco tempo no Tribunal Federal, e grande parte das pessoas vão para as ruas é porque querem exigir cadeia para os corruptos.

Então ninguém tem essa capacidade de vir aqui e, como dono da verdade, senhor da razão, querer ser o juiz e o sensor da consciência dos Srs. Vereadores, legitimamente eleitos pela vontade do povo de Porto Alegre.

O senhor não tem, Ver. Alberto; que tenha arroubos... Como disse o Ver. Cecchim, o senhor está chegando e tem que dar uma emplumada melhor, anda surfando em todas as ondas. Tem que ir com mais tranquilidade; senão, vai entrar de “surfista prateado” aqui na Câmara de Vereadores, que entra em tudo.

(Aparte antirregimental do Ver. Alberto Kopittke.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Em todos os assuntos o Ver. Alberto está, ele sabe tudo. Tem que ir com mais calma, meu querido. Mais devagar, alto lá! Olhe para os seus pecados partidários. Então, o que eu quero dizer é isso.

(Aparte antirregimental do Ver. Alberto Kopittke.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Digo e repito: não sou eu quem tem que dizer, é a sua consciência. Eu não digo para o senhor e nem o senhor diz para ninguém, quem quer que seja. O senhor está entendendo? É isso. Este não é um papo autoritário; ao contrário, é um papo libertário. É diferente do senhor, que se traveste de libertário e é um autoritário. Então, o que eu quero fazer é um apelo nesta discussão que vai se estender por toda a tarde: não venham à tribuna querer fazer divisão de bem e de mal e dizer que há Vereadores que estão do lado do povo e Vereadores que estão contra o povo, porque o povo é que sabe fazer essa distinção. E o povo não foi para a rua para levantar bandeira de Cuba, da Venezuela, de bolivarianismo, nem nada disso: o povo foi para a rua porque quer seriedade na política, porque está contra as corporações, porque quer transparência no serviço público, da mesma forma que quer que o lucro seja justo. E essa história de demonizar lucro, Professor Garcia, até um relógio tem que funcionar com corda. Deem-me uma experiência no mundo em que nós não tenhamos tido uma sociedade que tivesse a capacidade de incentivar o lucro, o empreendedorismo, e que tenha se desenvolvido! À exceção daquelas, obviamente, que tentaram, mas foram derrotadas pela história. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 03, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, encaminho em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e o Ver. Alberto encaminhará como autor da Emenda. Venho falar aos colegas que me antecederam e que, em discursos acalorados, defendem as vozes das

---

---

ruas pela transparência. O Ver. Valter acabou de vir aqui, calorosamente, alto e bom tom, dizer que defende a transparência, e nós estamos dando mais uma oportunidade para aqueles que, há poucos minutos, votaram contrariamente à possibilidade de o Executivo abrir, em sua página da Internet, no Portal Transparência, com 30 dias de antecedência, a planilha de custos. E o que as ruas dizem? As ruas estão dizendo “Meus Parlamentares – aos 36 Vereadores e a todos os Partidos – Apliquem a Constituição, ajam com transparência, defendam os princípios que a população está defendendo!” Quando nós estamos aqui propondo que o controle e a gestão do sistema de bilhetagem eletrônica do Município de Porto Alegre sejam públicos, para que o Prefeito José Fortunati, junto com o Secretário Cappellari – que está aqui e que falou, nesta semana, à Imprensa, inclusive sobre a Emenda que foi, há pouco, rejeitada pela base do Governo – que, até o final deste ano, será feita a licitação. Portanto, o que nós propusemos, há poucos minutos, não foi nada mais, nada menos do que o que a Lei já diz e o que o Prefeito já disse. Portanto, onde está a contradição no fato de esta Casa legislar e ajudar a instituir esse processo de uma forma transparente? Ver. Cecchim, com todo o respeito que tenho ao senhor e à sua Bancada, o PMDB, que ajuda a governar este Brasil e que, através da Presidente Dilma, desonerou a folha de pagamento das empresas de transporte público, nós queremos que isso incida no valor menor da passagem pública. Nós queremos que a bilhetagem eletrônica, que cada uma das empresas compra antecipadamente e que fica por 30, 60, 90 dias depositada em um caixa que hoje é gerido pelas empresas... nós estamos dizendo que o lucro já está na planilha das empresas. Ninguém falou aqui, Ver. Valter, que está contra o sistema empresarial deste País. Ninguém falou isso. Está sendo dito, Ver. Pujol, que as empresas têm um percentual, um ganho e um lucro. Nós não estamos trabalhando nisso; nós estamos trabalhando na totalidade da planilha. Por que esse dinheiro, que é público, é gerenciado pelas empresas e não pelo Poder Público Municipal? Por quê? É isso que nós estamos dizendo. Eu tenho certeza de que o rendimento desses milhões, que ficam depositados em uma conta, devem fazer parte de um fundo municipal de gestão do transporte público. Se aquela empresa transportou 2.523.000 passageiros, ela vai receber proporcionalmente aos 2.523.000 passageiros. Mas quem vai fazer esse cálculo não é a empresa, é o Poder Público Municipal! É isso que nós estamos dizendo, é isso que nós estamos discutindo. E essa Emenda que estamos propondo aqui diz que ficam instituídos o controle e a gestão pública do sistema

---

---

de bilhetagem, cujos recursos serão depositados em um fundo público próprio, geridos pelo Município de Porto Alegre, cujos rendimentos reverterão para a redução da tarifa. Quem é contra isso? Eu não sou, nós não somos, o povo que está na rua não é. Eu espero que nesta Casa também ninguém seja. Um grande abraço, muito obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, eu gostaria de suscitar a prejudicialidade da Emenda de nº 05, na medida em que a Emenda de nº 05, subscrita pela ilustre Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, replica o mesmo que já foi votado na Emenda nº 02 e rejeitada. Portanto, sendo o mesmo conteúdo e o mesmo objeto, e já tendo havido a rejeição, fica prejudicado o exame da Emenda de nº 05.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 007/13, como autor.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Caros colegas, peço desculpas aqui por alguns colegas que acabam se exaltando e levando as coisas para as ofensas públicas, mas este não é o meu perfil, mesmo sendo novo nesta Casa; eu venho aqui sempre procurando colaborar com ideias para a nossa Cidade. Mesmo que isso eu tenha visto, caro Ver. Ferronato – e o cito como Líder do Governo, não pela sua pessoa –, e infelizmente não é a prática do Governo, aqui, recepcionar boas ideias para a Cidade, porque a única coisa que eu vi, até agora, é: se é ideia da oposição, não passa. Então, não venham me dizer que aqui é oposição por oposição, crítica por tudo, pois eu já trouxe inúmeras propostas e a situação derrota aqui simplesmente pelo uso da sua maioria, não pensando no melhor da Cidade. E aí, caro Valter, efetivamente, as ruas, embora, alguns aqui venham tomando, dizendo que são filhos do movimento estudantil, da luta, mas essas vozes das ruas nos diferenciam, é verdade! Não entre totalitários, autoritários, porque eu reputo a todos os Partidos que aqui estão o dever constitucional e o compromisso com a tolerância. Eu, realmente, me diferencio do senhor, eu não trato uns ou outros como autoritário só porque pensam diferente de mim. Efetivamente, este momento traz diferenças, não entre os que são contra o lucro, porque eu não tenho nada contra o lucro do trabalho privado; agora, aqueles que têm aqui no seu mandato um compromisso com o interesse privado, e os

---

---

que tenham interesse público, nisso nós temos diferença. Por que é isso que nós estamos discutindo no dia de hoje, é por isso que não passou aqui – e a imprensa que está aqui, os que estão nos assistindo já puderam ver – a transparência das planilhas. E não tem nada a ver com o Olívio Dutra. Nós queremos saber, não o que a planilha leva em conta, mas o cálculo que está sendo feito em cima dessa planilha – por isso que não passou aqui; o mero respeito à licitação, não passou. Em Porto Alegre não pode ter licitação no transporte público – é isto que a Emenda pedia. E agora nós pedimos, simplesmente, que o cartão que todos nós usamos, aqueles que usam ônibus, que possa não mais ser da ATP, não mais ser privada a bilhetagem de Porto Alegre; que ela seja pública; coisa simples. Talvez isso seja estranho para quem sempre defendeu os antigos contratos pedagogados da era Britto, como o PMDB sempre faz aqui, mas para aqueles que defendem a coisa pública esta proposta é simples: que toda a bilhetagem de Porto Alegre se torne pública. Aí nós vamos poder saber quantas isenções efetivamente estão sendo dadas, por qual linha... Porque hoje a EPTC tem que pedir essa informação para a ATP, tem que ficar pedindo para o ente privado e dependendo o que as empresas digam para a Cidade de quanto está sendo gasto de isenção, quanto está sendo gasto por pessoa. O recurso que cada um dos que usam ônibus, quando compram de créditos no cartão, hoje vai para a ATP, é gerido pela ATP, um fundo que nós não sabemos nem em quanto está. Nós queremos que esse fundo seja público, e nós vamos apresentar isso.

Caro Ferronato, o seu argumento de que hoje o Governo vota contra porque se trata de tema tributário, eu tenho acordo sobre esse tema que o senhor aborda, por isso vou apresentar em projeto de lei; já protocolei, para que a gente possa debater aqui. Eu quero que a bilhetagem dos ônibus de Porto Alegre seja pública. É isso que nós estamos discutindo, e eu espero que os colegas que dizem ouvir as vozes da rua – mas eu não os vi lá; eu nunca te vi lá, Valter, eu nunca te vi lá, Cecchim, nas ruas, nessas passeatas – vão lá, expliquem nas ruas por que foram contra a licitação, contra a transparência, contra o cartão público. Aí podemos seguir também essa conversa.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, a tribuna é um local sagrado, e é lícito ao Vereador... Inclusive ele tem imunidade parlamentar, isso é fato, mas não se pode usar desse tipo de escudo, não se pode usar do manto que é a imunidade como escudo para

---

atacar outros Vereadores. O Ver. Alberto Kopittke disse que nunca me viu na rua, porque quando eu estava na rua, ele sequer política pensava em fazer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Professor Garcia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. PROFESSOR GARCIA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu gostaria que prestassem atenção um pouco no texto da Emenda: institui o controle de gestão pública do sistema de bilhetagem eletrônica, cujos recursos serão depositados em um fundo próprio administrado pelo Município, com os rendimentos revertidos para a redução da tarifa. Olha, gente, o fundo revertido para redução da tarifa... Vamos pensar de forma clara: será que, depositando os recursos em um fundo, vai diminuir a tarifa de Porto Alegre? Vai diminuir a tarifa de Porto Alegre? Espera um pouquinho! Eu acho que é válido colocar qualquer coisa, mas nós temos que ter um mínimo de discernimento, porque não podemos achar que se vai criar um fundo e o dinheiro desse fundo será para a redução da tarifa! Eu entendo que nós estamos minimizando as coisas.

Além disso, isso é uma maneira de desviar a atenção do foco. Por quê? O Prefeito já disse que ele gostaria de publicar ainda hoje a Lei, para amanhã Porto Alegre acordar com a tarifa do ônibus a R\$ 2,80, mas parece que não é isso que se quer. “Não, vamos deixar, porque aí fica para amanhã, para terça, para quarta...”

Então, vem a questão do discurso difuso. É subestimar um pouco a minha inteligência como Vereador: entender que vamos criar um fundo da bilhetagem para redução da tarifa! Gostaria que apresentassem coisas mais factíveis e palpáveis para termos condições de discutir, sim. Além do mais, sobre toda e qualquer discussão sobre esse tema, vamos resumir: o que nós estamos discutindo? Qual o foco? Qual o objetivo? Redução do ISSQN! As demais coisas, nós, Vereadores, temos autoridade para entrar com um projeto de lei aqui, nesta Casa, e propor. Agora, pegar a carona e “surfear” – eu vou cuidar desse termo “surfear”, porque hoje ele já deu confusão – pode ser, para alguns, oportunismo, aí é fácil vir e fazer essa discussão. Mas eu volto a dizer para aqueles que estão nos vendo em casa: criar um fundo da bilhetagem eletrônica, aquele em que cada um paga, e ter os rendimentos revertidos para redução da tarifa, eu não sei, esse fundo daria o quê? Oitocentos mil reais, setecentos mil reais, seiscentos mil reais? Vai ser 0,00001, e o

---

---

trabalho, na realidade, vai implicar que tenha mais técnicos, mais concursos públicos para funcionários, porque tudo isso tem um custo também. Não é de graça! Pensou-se nisso ou não se pensou? Na minha fala inicial, o que eu disse hoje? Eu disse que, na realidade, os governantes não estão entendendo o que a rua fala. Na realidade, nós temos que discutir é o tamanho do Estado. Cada Prefeito tinha que vir e dizer: “O que nós vamos fazer concretamente? Vamos diminuir secretarias, vamos diminuir cargos de confiança...” O Governador e a Presidente da República deveriam fazer a mesma coisa. Esse é o tamanho do Estado que nós temos que discutir.

Agora, querer fazer umas emendas, desculpem-me... Achar que, jogando para a população, dizer que vamos criar um fundo, e isso vai reduzir a tarifa... Gente, eu gostaria até, depois, que explicassem, porque não me convenceram, e eu gostaria que convencessem também a população. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Ver. Dr. Thiago, eu estava muito contemplada pela explicação que foi feita, Vereador, em relação à importância de um fundo público, Ver. Alberto Kopittke. Nem pretendo usar os 5 minutos, Presidente Dr. Thiago, mas falava com o nosso Líder, Ver. Pedro Ruas, e tem duas premissas que nós, do PSOL, não vamos aceitar.

A primeira, Ver. Professor Garcia, é de que o Prefeito está ensandecido para reduzir a passagem, e a oposição atrapalha a redução da tarifa, porque discute os projetos. Ora, Ver. Professor Garcia, se não fosse a oposição, mais especificamente a liminar da Bancada do PSOL, a passagem hoje poderia estar em R\$ 3,05, porque o Prefeito “caneteou”, na calada da noite, um aumento tarifário absurdo. Então, vamos acabar com essa discussão falsa, que falta com a verdade e que falta com a verdade com a população da nossa Cidade!

Agora, eu fico muito tranquila, Ver. Pedro Ruas, porque quem esteve nas ruas sabe qual era a posição do Governo, sabe o que fez a Prefeitura quando os jovens estavam lá, lutando para reduzir a tarifa! E o Melo e a equipe do Governo foram à televisão dizer que

---

tinham que tirar direitos conquistados pelos estudantes, direitos dos idosos, que era impossível reduzir a tarifa em Porto Alegre. Bom, nós mostramos que não é impossível. Reduzimos por uma liminar judicial, somada com a mobilização da juventude! Nada é impossível de mudar! Nada é impossível de mudar! Inclusive a votação de hoje é uma expressão disso! Eu vejo muitos Vereadores que nunca haviam subido na tribuna para discutir o tema da tarifa quando nós falávamos da inflação, do aumento absurdo, da sobrecarga dos rodoviários, da violência com a população que são os ônibus superlotados. Silêncio mortal, desde 2009! E, agora, todo mundo discute! Claro, havia sempre alguns que faziam o debate, uma ampla minoria!

Então, vamos retomar, recompor a verdade aqui nesta Câmara Municipal. As notas taquigráficas e as gravações que a nossa TVCâmara faz, com muita presteza, são testemunhos do que esta Vereadora está dizendo, e, claro, as ruas da Cidade. Lembrome, Ver. Pedro Ruas, de um ato, em 2010, contra o aumento da passagem, quando chovia a cântaros. Chovia e chovia. Estava lá a Bancada do PSOL, caminhando contra o aumento da passagem. Então, assim: menos, menos! Dois: a questão do Estado. Eu vejo muito claro que a juventude diz que chega de corrupção, de bandalheira, de cabide de empregos. E, aliás, foi o Fortunati que enviou, logo depois da eleição, um Projeto que impactava em R\$ 8 milhões, com a criação de novos CCs para as Secretarias. Hoje são quase R\$ 110 milhões que a Prefeitura de Porto Alegre gasta, por ano, com a folha de pagamento dos Cargos em Comissão, e nós, inclusive, votamos contra. Nós gostaríamos de mais votos contra naquele momento, mas tem uma emenda do PSOL que diz que essa verba, que será renunciada, que saia dos CCs e da publicidade, e aí nós vamos ver a coerência dos discursos.

Mas, independentemente disso, eu vejo claro que as pessoas querem mais funcionalismo público, mais hospitais públicos, querem escolas no padrão FIFA, querem hospitais no padrão FIFA, querem atendimentos públicos de qualidade, no padrão dos bilhões que eles estão destinando para a Copa do Mundo do ano que vem. No país do futebol, em que todos nós gostamos de futebol, o tema que não teve durante a Copa das Confederações foi futebol, e não é porque a população não goste da Seleção Brasileira: é porque a população está cansada de tanta roubalheira, de tanto desvio de dinheiro público que deveria ir para as áreas sociais e, na verdade, clama por Estado com qualidade, clama por serviços públicos, não quer mais privatização! O recado do povo –

---

aliás, contra as privatizações – é claro quando rejeitam o PSDB e quando a antiga direita diz que sequer plebiscito aceita. Eu acho que a Presidente Dilma tinha que fazer uma Constituinte exclusiva para discutir a Constituição, como a Luciana Genro sempre fala, porque, com a população na rua, fica claro que é necessário discutir o imposto sobre as grandes fortunas, que nunca foi regulamentado, e auditoria da dívida pública, que consome 50% do Orçamento para dar dinheiro para banqueiros e grandes empresários. Agora, ao mesmo tempo em que tem um despreparo do Governo Federal, que não aceita e não consegue sequer encaminhar a proposta de Constituinte exclusiva para discutir a reforma política, existe uma direita carcomida que quer fazer referendo para que a população não discuta os rumos da política no nosso País. Então, discurso de privatização... A História já nos mostrou que a população rejeita o legado terrível e privatista do FHC e as Parcerias Público-Privadas feitas agora pelo Governo Dilma com... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, eu compreendo que o senhor queira agilidade na votação das Emendas, é o anseio de todos nós. O Prefeito Municipal disse que, se a Câmara aprovar hoje, ele, na quarta-feira, baixa os cinco centavos da passagem. É por isso que tem esse movimento de discutir, é para não deixar ficar para quarta-feira.

Mas eu quero, pela CEFOR, dar ciência ao senhor e aos demais Vereadores de que, há 60 dias, por um despacho do nosso Diretor Legislativo, que está ao seu lado... Desde o dia 28 de maio de 2013, o Processo, a planilha está à disposição de todos os Vereadores na CEFOR. É público, estive à disposição dos Vereadores ao longo desse tempo todo.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Só venho aqui dizer, em nome da oposição, que, para nós, não há nenhum problema com relação ao debate do tempo aqui hoje – a preocupação do Ver. Valter. Nós vamos ficar aqui, cem por cento até o final, junto com a sua condução.

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado.

---

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 007/13, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, encaminho em nome da oposição, pois nós consideramos esta Emenda muito importante. O Ver. Alberto Kopittke sugeriu, a Bancada está subscrevendo, a oposição está trabalhando nela porque nós estamos, agora, tratando, Ver. Alberto Kopittke, mais ainda, no sentido de dar mais cuidado, transparência e controle porque a tarifa pública estará composta, mais ainda, de contribuição do povo brasileiro. Porque, no momento em que os governos federal, estadual e municipal abrem mão de impostos, eles estão contribuindo através do recurso do povo brasileiro, pois imposto é o excedente econômico de todo mundo que trabalha, que come, que se veste e que mora no Brasil. Portanto, mais grave ainda é que esse fundo... E esse fundo é muito importante, senhores, porque tem um aspecto que a gente não discutiu ainda: o serviço de ônibus talvez seja o único produto que se paga adiantado e se recebe parcelado, Ver. Mauro Pinheiro. Eu vou repetir – o Ver. Mauro Pinheiro é comerciante: muito produto que se vende é entregue à vista, e a pessoa vai pagar em um mês, dois meses, três meses, quatro meses. Ver. Alberto Kopittke, com a passagem de ônibus, a gente primeiro paga em *cash*. Com o TRI, então, mais ainda. Sem perdas, paga inteiro. Põem-se 30, 40, 90 passagens de ônibus numa conta, e vai-se usar essas passagens durante o ano todo. Portanto, a empresa faz um caixa. A empresa faz um caixa, Ver.<sup>a</sup> Any, com o nosso dinheiro.

A gente guardando aquele TRI na carteira, e, quando se perde, nunca mais se recupera aquele valor, que fica lá com a empresa, Ver. Alberto Kopittke. E, com relação a esse valor, nós tentamos, com emendas nesta Casa, em outros anos, que fosse possível comprar com cartão de crédito, uma vez que se vai utilizar o ano todo, e não houve acordo com o Governo; não houve acordo dos Vereadores desta Casa, que sustentaram o Veto do Sr. Prefeito. Veto para que se pudesse comprar com cartão de crédito! Portanto, é à vista, em *cash*. Portanto, é um grande fundo gerenciado por quem? Pela ATP! Quem diz para nós, e o Tribunal de Contas apontou – que ali as isenções, o controle de isenções está correto, que não tem mais isentos, contabilizando na planilha, do que os que de fato utilizam o ônibus de forma isenta? Quem diz, se nós não temos o controle desse Fundo, se nós não temos o controle dos rendimentos desse Fundo? Se o Governo

---

---

Municipal pode controlá-lo, poderá facilitar o acesso ao TRI, à passagem, principalmente, especialmente para o trabalhador que está procurando emprego, que anda atrás de uma qualificação, de uma requalificação? Aqui o Ver. Alberto Kopittke informa que são três milhões ao ano, a nossa conta. E se nós – o Ver. Mauro Pinheiro fez a conta pela nossa Bancada trabalhando unida – gerenciássemos esse Fundo publicamente, nós capitalizaríamos para o sistema e, portanto, para a redução da passagem – como é a proposta da Emenda – três milhões ao ano. Aí o Ver. Professor Garcia disse que isso não daria lucro, que isso seria talvez deficitário. Ora, se fosse deficitário as empresas de ônibus teriam interesse em gerenciar esse Fundo? Isso é um Fundo muito importante, é um Fundo que tem agora, mais ainda, uma composição pública. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é a nossa oportunidade. Trata-se da isenção de ISSQN para concessão do transporte público. Nós queremos que ele seja melhor, de maior qualidade, com maior transparência, que possamos ter uma gestão de fato potente, que o Governo tem instrumentos de controle e tem instrumentos para que a tarifa seja justa e que seu transporte seja coletivo. É isto o que a oposição está ofertando ao Governo Municipal: capacidade de controle, incidência sobre a qualidade do transporte coletivo na Cidade. (Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, só me inscrevi para falar agora, primeiro para responder à Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon quando ela diz que estaria aqui a noite inteira à disposição, a Bancada toda, para discutir a matéria. Nós também ficaríamos aqui. A ideia era inicialmente aprovar o Projeto hoje, agora; e o Executivo publicar amanhã. Nós precisávamos de tempo hábil para aprovar agora e para publicar amanhã. É preciso fazer a Redação Final, mandar para o Executivo, e o Executivo mandar ser imprimido.

Então, a questão é outra, nós não estamos aqui pretendendo atropelar por atropelar. A ideia era que, na quarta-feira, a nova tarifa já estivesse em vigor porque, para que a lei entre em vigor, precisa ser publicada – todos sabemos disso. A segunda questão: a Ver.<sup>a</sup> Fernanda faz uma exposição longa, bastante firme e conversa sobre o movimento.

---

Repito, o movimento em São Paulo fala persistente e insistentemente na Deputada Luiza Erundina, do meu Partido. Estamos todos juntos nessa jornada. Na minha visão – que me perdoem aqueles que entendem diferentemente –, o grande começo do grande resultado do movimento foi não topar a presença de políticos no processo, porque, às vezes, se confunde a plateia. Vou repetir aquilo que disse no início do nosso debate na tarde de hoje: estamos alterando o art. 71 do Código Tributário Municipal, e a Emenda pretende disciplinar a sistemática de procedimento da bilhetagem. A bilhetagem não tem nada a ver com o sistema tributário nacional. Então, é mais uma Emenda que confunde a plateia porque, na verdade, precisa ser votada em outro momento, discutida em outro momento. Não é aqui o momento de discutir esse sistema, se aprova ou não. E ouvir a voz das ruas é ouvir com serenidade, compreender os nossos equívocos e tentarmos como Vereadores, de forma pacífica e harmônica, contribuir com o processo. Não serão uma, duas ou três emendas aprovadas e/ou rejeitadas que vão sinalizar quem ouve e quem não ouve a voz das ruas. Esta é a nossa posição: é outra Emenda que não está no lugar certo.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 04, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADA** por 13 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, eu conversei bastante com o Presidente, dizendo que achava importante, tentei agora conversar com o Secretário Cappellari. O Ver. Marcelo Sgarbossa e a nossa equipe, atuando coletivamente, dizem que já é praticado dessa forma numa cidade de São Paulo, e logo teremos o dado de qual é a cidade. O que nós estamos propondo é muito simples. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna já havia proposto que esta Casa fosse informada, 30 dias antes – há coincidência dos 30 dias da Emenda –, e que houvesse publicação da planilha de custos, 30 dias antes. A

---

pág. 62

---

minha Emenda vai além, diz qual é a publicação. Porque tornar público é sair no Diário Oficial, e a população não sabe como é. E nós estamos dizendo: será na página da Prefeitura, todos sabem, janeiro é o mês de estudo da planilha; durante o mês de janeiro, no final, fica publicado, e a população acompanha. E a Prefeitura é respaldada a partir das opiniões, da fiscalização da própria população. Essa transparência, senhores – parece que não –, mas ela empodera, inclusive, o Poder Público, Ver. Cláudio Janta. Porque quando o Poder Público tem o respaldo do conjunto da população, ele tem outra condição de discutir com o permissionário, de discutir com a empresa de ônibus. O Poder Público terá elementos trazidos de outras experiências. Esta Câmara; o dissídio dos funcionários rodoviários em fevereiro; os rodoviários podem fazer o debate do seu dissídio a partir da planilha em debate, da planilha que está publicada. Eu tenho certeza de que é possível encontrar consensos, inclusive, compreensão da população, se for o caso de majorar a passagem. Inclusive isso, porque a população estará dominando os dados, estará acompanhando. Se discordar das isenções, vai dizer. Se discordar do dado sobre IPK, vai dizer. Vai entender como é importante utilizar o ônibus para que ele seja sustentável. Vai indicar ônibus onde estão faltando carros, linhas e horários porque tem *overbooking*. Então, a publicação não pode ser posterior. O Ver. Valter insiste que está aqui na Casa. A Câmara recebe um dia ou dois depois que o custo da passagem já está nos ônibus, já está rodando na Cidade.

Eu quero dizer de novo: a Câmara de Vereadores... E o pessoal pergunta se a Câmara não vai fazer nada. A Câmara fica sabendo, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, um, dois ou três dias depois que o preço já está reajustado. Essa é a realidade dos fatos. Isso desempodera a nossa responsabilidade de representação social. Desempodera totalmente! Nós ficamos reféns, nós que temos que responder às expectativas da população de Porto Alegre, Ver. Kopittke. A nossa Bancada não quer mais isso. Aliás, a cidadania do Brasil fica indignada por causa disso. Ela pensa: “Eu vivo em plena democracia, eu voto há 30 anos e não adianta, eu voto nos Vereadores e não adianta, a passagem do ônibus aumenta; eu voto nos Vereadores e não adianta, os ônibus são uma porcária, estão superlotados!” Essa é a verdade. Eu quero chamar a atenção dos Vereadores: que instrumentos nós temos para ajudar a discutir o aumento da passagem? Só depois do fato consumado.

Paulinho Motorista, que instrumento a gente tem para ajudar os rodoviários a compreenderem os limites do seu dissídio, o debate que estão fazendo, o trabalho que

---

fazem? Porque não tem qualidade nos ônibus, porque vivem com uma pressão, vivem no frio, vivem com a roleta batendo na perna do cobrador. Isso é terrível. Imaginem, o cobrador e a cobradora têm que estar com a perna aberta para girar a roleta, senão ela bate no joelho. É assim o ônibus para o trabalhador! Para o motorista é um desconforto, ele enxerga mal. Ele tem que controlar as pessoas saindo do ônibus, no final, por dois espelhos, se a porta da frente abre, ele não enxerga quem está saindo lá fora. Depois, o motorista derruba, aí tem pressão, ele é xingado. Então, senhores, tudo isso é porque faltam instrumentos de acompanhamento da cidadania, faltam condições para os Vereadores exercerem o papel de fiscalizadores. Então, é muito simples a medida. Porque, neste momento, ela é importante? Porque tem que condicionar a subsídio! Porque aí ela vai acontecer. Então, senhores, eu espero que a Câmara... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 05, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. PEDRO RUAS:** Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, não vou me manifestar aqui, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, sobre o que vimos juntos nas ruas e não tenho nenhum texto do PSOL para apresentar. Mas eu queria, com esta Emenda do Ver. Comassetto, debatendo-a, lembrar o que foi escrito e as manchetes do jornal Zero Hora dominical. É uma matéria forte. A capa do jornal mostra passageiros “ensardinados” nos ônibus e diz assim: “Muito caro, muito ruim”. E a matéria, de autoria de jornalistas da capacidade de um Nilson Mariano, de um Paulo Germano, mostra muito bem o que é o nosso transporte, caro e insuficiente – e eu estou lendo as palavras da matéria –, a decadência do transporte público.

---

E há um dado da Fundação Getúlio Vargas da maior relevância, é que mostra o quanto tem que suar trabalhando o usuário do transporte coletivo em algumas cidades, para poder pagar uma tarifa de ônibus, uma! E a cidade mais cara é São Paulo, onde um trabalhador de renda média – não é o salário mínimo – tem que suar 12,8 minutos por dia para pagar uma tarifa do transporte coletivo. E a segunda Cidade da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas é Porto Alegre, onde uma pessoa tem que suar – e suar é a expressão da matéria, do jornalista – 12,7 minutos por dia para uma tarifa de ônibus. E, depois, vem Rio de Janeiro, Florianópolis, Londres, Lisboa, Santiago do Chile, Tóquio, Madri, Nova Iorque, Ottawa, Paris, Buenos Aires, e vai. A Fundação Getúlio Vargas é quem traz esses dados, não é o PSOL.

E diz mais o economista da Fundação Getúlio Vargas, não sei qual é a sua filiação partidária, Samy Dana coloca textualmente: “para o nosso azar [palavras dele], além de perdermos em quantidade, pagamos por algo que não temos, um serviço de qualidade”. Está no jornal Zero Hora dominical, Ver. Villela. E ele sustenta, o economista Samy Dana, que é o momento de avaliar, sim, o lucro das empresas. O Professor da Fundação Getúlio Vargas disse que é função do Governo coibir abusos. Ele fala, Ver. Janta, em abusos! Um dado que V. Exa. trouxe hoje. O tarifaço em Porto Alegre representou o dobro do que foi o IPCA, o dobro nos últimos anos!

E diz mais: “o lucro Brasil, terá que ser repensado. São as empresas que ganham fazendo serviços públicos essenciais. As empresas devem ganhar de forma coerente! Tarifa cara e transporte deficiente empurram a população para o automóvel, para a motocicleta, ou para o nada”.

Não são, Ver.<sup>a</sup> Melchionna, documentos do PSOL, como costumam dizer, aqui! É a Zero Hora dominical, na sua capa, e em várias, e várias páginas! É importante a leitura, porque o nosso compromisso é com a qualidade do serviço e com uma tarifa acessível para a população empobrecida de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/13.

---

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, Vereadoras, o que a imprensa tem dito, seja na capa do jornal Zero Hora, nos noticiários da Record, na Guaíba, na Pampa, na nossa TVE, na TVCâmara, enfim, todos têm exigido e têm transmitido as palavras das ruas: transparência e qualidade. E o que nós estamos propondo aqui, nada mais é do que fazer a revisão da planilha de cálculo da tarifa dos ônibus de Porto Alegre, em todos os seus componentes, bem como a proporção da incidência destes na composição do cálculo da tarifa. Temos que rever isso. Como muitos já disseram, e é verdade, essa planilha de custos foi feita há 25 anos. E o que nós estamos perguntando, aqui, é: será que não tem nenhum item novo? Será que não houve evolução tecnológica nesses 20 anos? Será que a proporção da incidência do valor de cada item é a mesma? Ninguém diz isso. Ninguém explica que o preço das passagens de ônibus, ou seja, o combustível, que agora... Ver. Cecchim, nossa Bancada acha, sim, que o Estado tem que desonerar o ICMS também sobre o combustível. Agora, nós não podemos fazer desonerações se não tivermos transparência, porque a desoneração tem que reverter na qualidade e no custo do transporte. Então, esses dados todos, do pneu, do chassi, do salário dos rodoviários – e já foi dito na imprensa que grande parte da incidência do aumento da passagem era pelo salário dos rodoviários. Pois bem, o rodoviário, o motorista, ganha R\$ 1.700,00 na composição da planilha, ou R\$ 1.800,00, agora; é menos do que ganha um servente de pedreiro. Portanto, Paulinho Motorista, estamos pedindo que esses dados sejam revistos e analisados para que a planilha de custos possa ter controle público e análise dos números, e essa análise, através dessa Emenda, vai, sim, incidir no cálculo final da tarifa. Este dado é importante para a cidade de Porto Alegre, é importante para a qualificação do transporte público, é importante para a transparência, é importante para que o Legislativo Municipal assuma um papel propositivo neste processo. Estamos oferecendo, mais uma vez aqui, aos colegas Vereadores: nós podemos avançar na gestão e na qualidade do transporte público ou podemos deixar tudo como está. Nós estamos dizendo: essas proposições são para avançarmos, aqui, junto com o Poder Público, junto com a Câmara, junto com as entidades, junto com a população, e que a planilha seja revisada. O Tribunal de Contas já determinou o valor teto da passagem, que é R\$ 2,85; portanto, qualquer incidência tem que ser sobre esses R\$ 2,85. Agora, Ver. Ferronato, qual é a proporção do chassi nesse

---

item? Ninguém sabe! Houve ou não houve evolução? Abrir a planilha e revisar seus itens é o que o povo pede. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, dá para notar que as minhas condições físicas não são as melhores para o uso da tribuna. Hoje, para mim, é um dia excepcional, pois vejo, num só dia, num só momento, num só Projeto, que começo a alcançar algumas coisas que, Ver. Guilherme Socias Villela, eu imaginava possíveis de serem encontradas. A primeira delas era iniciar um processo de desoneração da tarifa, onde estão incluídos valores que não vão, como foi dito durante toda a tarde, para o bolso dos empresários, mas, sim, para os cofres da Prefeitura, valores que são retirados do bolso dos operários, dos trabalhadores, dos usuários do transporte coletivo. Num só dia, conseguimos reduzir tributos em Porto Alegre, o que é um sucesso nacional, pois no Brasil só se fala em aumentos de alíquotas, mas nunca em redução, e, ao mesmo tempo, desonerar-se o bolso sofrido do trabalhador brasileiro que já começa, mais uma vez, a sentir os efeitos de uma inflação que retorna. E agora, pelo menos nesse particular, recebe esse reconhecimento do rigorismo e, sobretudo, dessa injusta situação que é a cobrança de imposto sobre um serviço realizado por terceiros, serviço que o Governo deveria manter. Por isso, eu tenho me poupado de vir à tribuna, mas não posso, agora, deixar de fazer um pequeno e breve comentário a respeito dessa Emenda nº 06. Trata-se de uma Emenda que está muito bem redigida, mas muito mal dirigida. Diz a Emenda: “Fica determinada a revisão da planilha de cálculo de ônibus de Porto Alegre em todos seus componentes, bem como na proporção da incidência dos mesmos, na composição do cálculo tarifário”. Ora, está encimado, dizendo o seguinte: “Fica incluído, onde couber, novo artigo com a seguinte redação”, que foi o que eu li. Acho que deve, em algum lugar, ser colocado, menos neste Projeto, senhores e senhoras. Como é que vamos colocar neste Projeto, Ver. Aírto Ferronato, algo que trata da revisão do cálculo tarifário, que segue uma planilha, que vigora em Porto Alegre desde 2004, como acaba de ser reconhecido da tribuna pelo autor desta Emenda. Assim sendo, tem

---

pág. 67

---

que mudar? Vamos mudar a planilha, vamos propor, vamos mudar, Vereador. Está, desde 2004, vigorando. Esse negócio de dizer que estão tirando dinheiro daqui, tirando de acolá, se alguém está tirando, está tirando legalmente em função de uma Lei que foi montada em 2004, quando o Governo do Município de Porto Alegre pertencia ao Governo dos Trabalhadores. Não venham agora falar em fundo para isso, para aquilo outro, porque fundo tinha quando o senhor era Prefeito, Dr. Villela, que era o Transcol, pelo qual nós reduzíamos os tributos em favor da melhoria da qualidade do serviço. Agora, não. No Governo do Partido dos Trabalhadores, o fundo que nós tivemos foi o *plus* tarifário, um acréscimo que se fazia na tarifa para que os empresários comprassem ônibus. E V. Exa. sabe disso, Ver. Professor Garcia, não é novidade para nós. Então quero, sinceramente, dizer o seguinte: o Ver. Nedel e o Ver. Garcia, para mim, deram o tom dessa discussão. Nós viemos aqui para discutir o quê? Discutir se nós concordamos com o Projeto do Prefeito, que é poupar o trabalhador de Porto Alegre, os usuários do transporte coletivo de cerca... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Obrigado. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 06, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13, como autor.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Meus companheiros Vereadores, minhas companheiras Vereadoras, há um ditado popular que diz: “Antes tarde do que mais tarde”. Nós estamos aqui debatendo para fazer com que o transporte público de Porto Alegre aumente a sua qualidade, que haja mais transparência, que o Poder Público possa ter o controle dos transportes. E um dos itens que é debatido, que é trazido o tempo todo, é a dita votação da passagem pelo Conselho Municipal do Transporte Urbano.

O representante dos aposentados vota sempre a favor do aumento das passagens sem analisar a planilha de custo; o representante dos estudantes vota sempre a favor sem

---

revisar a planilha de custo. Enfim, da composição total, há dois votos que questionam e que pedem para ser feita a abertura da planilha de custo. Nós estamos propondo que o Conselho Municipal de Transporte Urbano seja democratizado: nós estamos propondo que um terço seja do Poder Executivo Municipal, assim como é o Conselho do Plano Diretor; que um terço das entidades que trabalham com o tema sejam eleitas entre si; e que um terço seja de representantes dos usuários eleitos diretamente pelos usuários.

Nós já temos hoje exemplo do Conselho Municipal do Plano Diretor, pois as oito Regiões de Planejamento se reúnem e elegem diretamente os seus conselheiros. Nós estamos dizendo que o Município de Porto Alegre, que a Prefeitura irá regulamentar, vai dizer como isso terá que ser feito. Eu tenho certeza absoluta de que, com esta Emenda aprovada, o debate e a transparência deste tema começará a ser realidade, porque o Conselho Municipal de Transporte Urbano precisa ser democratizado, precisa que as entidades afins possam debater e escolher entre si, que a população possa dizer a todos os usuários – aquele que mora lá no Rubem Berta, aquele que mora lá na Restinga ou no Lami, aquele que mora lá na Cavalhada, que pega ônibus todo o dia, que tem opinião, que quer participar – que eles podem se apresentar como candidatos para participarem do Conselho Municipal de Transporte Urbano. E todos os usuários poderão votar nessa pessoa e ele vai representar com transparência e como as ruas estão pedindo: “Nós queremos participar desse debate; nós queremos opinar; nós queremos ajudar a construir um transporte de qualidade; nós queremos ajudar a dar transparência”. Isso é a essência das democracias; entre elas, a democracia participativa, e aqui nesta Casa não há ninguém contrário à democracia participativa. Bom, então, temos que exercitá-la.

A nossa sugestão é de que esse Conselho seja tripartite: um terço do Poder Público Municipal, um terço das entidades que trabalham com o tema e um terço dos usuários que utilizam o transporte público, eleitos diretamente por qualquer cidadão.

Meus colegas, esta Emenda traz essa sugestão à Cidade, para nós darmos repostas às ruas, para incorporarmos aqueles que estão incluídos e que, através do processo democrático, se apresentarão. Eu acredito, sim, que a participação ajuda a qualificar. Eu acredito, sim, que, quando nós propomos aqui, estamos propondo para toda Cidade. Eu não quero que esta Emenda seja do nosso Partido; sugiro que ela seja incorporada pela Câmara Municipal de Vereadores, para apresentar ao Prefeito Municipal essa sugestão, porque a palavra final vai ser do Prefeito. E a nossa sugestão é de que, Airto Ferronato,

---

Líder do Governo, um democrata, nós possamos apresentar esta possibilidade: de que a população venha a compor o Conselho e ajude a decidir aqueles estudos que o Governo apresentou. Um grande abraço e viva a democracia participativa! Muito obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** Em votação a prorrogação da Sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Quero agradecer muito ao Ver. João Antonio Dib, que nos qualifica com a sua audiência. Um abraço, Ver. Dib.

A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Em primeiro lugar, por que a defesa de uma Emenda como esta? E, ao mesmo tempo, qual é o receio de nós votarmos uma Emenda como esta? São duas questões que eu quero colocar juntas, porque tudo o que estiver no rumo de buscar a transparência, seja em políticas públicas ou em concessões públicas, nós temos que pautar se estivermos em consonância para buscar uma gestão eficiente. Esta Emenda tem a ver com gestão, esta Emenda tem a ver com qualidade do serviço público ou do serviço concedido, esta Emenda tem a ver com transparência, e transparência só ocorre por meio de importantes ferramentas que o Brasil conquistou, inclusive na Constituinte, viu, Ver. Valter Nagelstein, que depois entendeu que o Partido Comunista do Brasil participou, sim, do processo constituinte. Esta Vereadora era Vereadora e foi eleita, em um congresso de cinco mil Vereadores, para depor em nome dos Vereadores do Brasil e levou para lá a política tirada em congresso de Vereadores, pautada também pela política que discutiu, e foi vencedora do seu Partido, sob o ponto de vista da Saúde, sob o ponto de vista de reforma urbana, de reforma agrária e sob o ponto de vista também dos direitos das mulheres. Então, que fique bem claro aqui que nós participamos, nas ruas, na luta, por uma constituinte livre, democrática e soberana, que o Ulysses Guimarães conduziu e chamou

---

pág. 70

---

de Constituição Cidadã. Então, que isso fique muito claro, porque a história é aliada, ainda mais em um momento como este que nós vivemos. A constituinte inclusive regulamentou, a própria Constituição regulamentou o significado da transparência, regulamentou um processo das ferramentas que nós temos para estabelecer o efetivo controle social, seja em uma cidade, em um estado ou em um país, porque senão nós não estaremos em consonância com o desafio de construir uma cidade com verdadeira democracia e participação popular! Eu creio, inclusive, que nós temos que olhar com muita atenção uma discussão com essa, porque ela serve de acúmulo a vários projetos, nesta Casa, de Vereadores da oposição e de Vereadores da situação que vão nesse sentido. Porque senão nós continuaremos na velha encruzilhada “ah, se é do Governo, não vota; é da oposição, também não voto, a bancada do Governo não vota”. Então, eu acho que nós temos muita responsabilidade num momento com este! Eu não entendo por que uma Emenda da licitação, uma Emenda como essa não tem o apoio da bancada do Governo aqui. Então, esses mecanismos de articulação do controle social envolvem todas as instâncias, inclusive o Poder Legislativo, porque nós temos o dever de contribuir para a construção de uma Cidade! Ou não? Eu acho que nós estamos deixando de não só acumular para discussões futuras, mas de agora resolver questões que estão na ordem do dia.

No caso desta Emenda, ela nos permite, no mínimo, que tenhamos participação! E a Conferência Municipal das Cidades deixou claro, ela não vê transparência, ela vê distorção no Conselho dos Transportes. Ela quer um Conselho Municipal das Cidades com o efetivo controle social. Eu finalizo perguntado: Qual é o receio em relação à transparência? Quando nós vamos priorizar o debate de projetos desta Casa? Quando nós vamos entender, como um todo, que nós somos legisladores, que nós somos Vereadores e que é normal que se discuta num momento como esse? Inclusive não só para acumular, mas para cumprir o nosso papel como legislativo, de sermos ativos na construção de uma Cidade com mais democracia e com mais qualidade de vida. Eu acho que nós estamos perdendo uma bela oportunidade de absorver uma Emenda como esta para ajudar inclusive na gestão do Prefeito, que – me lembro –, no seu programa de Governo, tinha a transparência como uma de suas metas. Este é o momento de ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. ALBERTO KOPITKE:** Caros colegas, antes de mais nada, quero fazer um registro, que creio não ser apenas de minha parte, parabenizando o nosso Presidente, Ver. Dr. Thiago, pela condução dos trabalhos. Ele inclusive acaba não tendo direito à voz, mas vem garantindo a todos este direito.

Colegas, já derrotamos aqui a possibilidade da transparência; já derrotamos aqui a necessidade de licitação; já derrubamos aqui a bilhetagem pública e, obviamente, na sequência, vamos derrubar essa ideia de reestruturação da gestão do Conselho Municipal dos Transportes – Comtu. Quero crer que seja apenas pela questão temática e que a gente possa, num segundo momento... Eu estou aqui apresentando um Projeto de Lei para rever essa proposta de maneira bastante simples. Eu escuto muito vários falando das vozes das ruas, e quem sabe vamos realmente absorvê-las e remodelar as instituições. Por isso a proposta, que, tenho certeza, será apoiada por todos que querem uma reestruturação profunda, que defende que um terço dos membros do Conselho sejam eleitos de forma direta pela população. Por que isso? Porque grande parte dos jovens que está nas ruas já não se identifica – e isso é verdade que seja dito – com os Partidos, associações, instituições, e eles querem fazer parte da cena pública, desses novos movimentos, e temos que atualizar o processo participativo. Isso não tem que ser apenas para o Comtu, para o Município, é uma ideia que tem que ser ampliada para o maior número possível de órgãos municipais, estaduais ou federais. Nós queremos uma nova democracia, e isso tem custo. O Ver. Garcia me dizia que uma eleição para o Conselho custaria mais de um milhão e meio. A democracia tem custo, e o custo hoje somos nós, nosso salário, que honramos, nossos assessores, a estrutura desta Casa. E por que o País não pode decidir gastar mais e melhor alargando os mecanismos de participação e consulta na sociedade? Eu queria que, pelo menos uma vez por ano, nós tivéssemos um plebiscito, um referendo sobre temas da nossa Cidade. O próprio Ver. Nereu propôs isso outro dia. Isso é um custo bom, é um investimento da democracia. Eu acho que nós temos que arcar com ele, e acho que a população também quer, porque a falta de democracia nesse Conselho, hoje, tem um custo muito caro para os cidadãos de

---

---

Porto Alegre que têm a passagem aumentada de surpresa, sem serem consultados; de surpresa. E é, sim, na calada da noite, tão na calada da noite que nem foi o próprio Prefeito que assinou o aumento há três meses. Ele colocou o Vice para assinar o aumento porque não teve coragem de assinar o aumento. E vem, agora, aqui, posar de bonzinho, reduzindo o ISSQN. Nós queremos uma outra gestão, onde as pessoas assumam suas posições de maneira transparente. Não dá para aquele que, há três meses, aumentou a tarifa na calada da noite, num Conselho que é pelego – vou usar essa palavra de novo, apesar de ela incomodar alguns aqui –, que está na mão e no bolso das empresas de ônibus de Porto Alegre. Aprovam os aumentos, e a sociedade é que paga. Alguns vieram aqui me questionar: “Tem que acelerar a votação, senão não entra amanhã! E isso vai custar “x” mil reais para os trabalhadores de Porto Alegre. Mas na hora de aprovar o aumento, três meses atrás, foram rápidos! Aprovaram no mesmo dia os R\$ 0,15 a mais na tarifa de ônibus. Para isso são ligeiros. Agora, quando a gente quer discutir uma nova estrutura, com transparência, com participação dos usuários, aí fica o silêncio e o pedido para que a gente não debata. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. PEDRO RUAS:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, faço minhas as palavras do Ver. Alberto Kopittke, Presidente Dr. Thiago, cumprimentando V. Exa. pela condução dos trabalhos na tarde de hoje. Há pouco eu debatia com o Ver. Professor Garcia, e refletíamos sobre o conjunto das reivindicações do movimento social. Eu acho que é uma reflexão séria, Ver. Professor Garcia, porque, na sua totalidade, o movimento social busca justiça. E isso é separado, claro, setorizado. Entendo que há um momento, agora, de Porto Alegre, em que pode e deveria haver a atuação do Executivo Municipal de forma forte, intensa, de forma a estabelecer-se um diálogo com esse movimento social, que é algo que está, por sua obviedade, caindo de maduro. O Governo Federal promoveu a isenção de PIS/Cofins no dia 31 de maio, pela Medida Provisória nº 617. Então, os empresários do transporte coletivo estão sem pagar esse tributo – hoje é 1º de julho – há mais de um mês – estão isentos, não pagam mais esse tributo. No entanto, não

---

---

se reduziu, em função disso, um único centavo das tarifas do transporte coletivo. Isso é a chamada “isenção rubricada”, como se faz na cesta básica. Isentam-se uns produtos da cesta básica para que haja a redução do preço final ao consumidor. Pois mesmo com essa isenção anunciada pelo Governo Federal, chamada rubricada, não houve diminuição da tarifa em Porto Alegre. Mas por que não houve essa redução? Por que não houve a diminuição desses valores? A Medida Provisória nº 617 só tem um objetivo: reduzir as tarifas de transporte coletivo. Os empresários estão sem pagar PIS, Pasep, Cofins, mas não repassam para a tarifa. Isso, no Direito Civil, tem um nome: enriquecimento sem causa. É o chamado lucro ilícito, porque não é nem o lucro das planilhas, que já poderia ser discutido, previsto para 6,33%, acaba sendo praticado em 17%, 18%, 19%, Ver. Paulinho Motorista. Mas houve isenção, uma isenção destinada a reduzir a tarifa, mas não reduziram um único centavo! Mas como é que pode? É a caneta do Prefeito que define isso, porque pela vontade dos empresários não ocorrerá redução jamais. Eles vão continuar quietinhos, com seu lucro exorbitante, agora já ilegal porque essa parcela de dinheiro que eles ganham por não pagar mais tributo, sem reduzir a tarifa, é ilegalidade. Ilegalidade! Não há outra definição.

Então, quando se dialoga, Ver. Professor Garcia, sobre o que pretendem os movimentos sociais, é acabar com as injustiças. Isso é uma barbaridade, isso é o inaceitável. Quando se sabe que há uma isenção, quando se sabe que essa isenção representa milhões e milhões de reais, e quando se sabe que essa isenção não é repassada para a tarifa como foi o motivo da sua existência, puxa vida, ficamos profundamente decepcionados.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; como diria lá fora em Ibiraiaras, na época que se caçava, se dizia que um dia é da caça, outro é do caçador. Ver. Pedro Ruas, com todo respeito a V. Exa. e a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, quero ler uma notícia que chegou aqui, a maioria já sabe, mas vou ler na integra. (Lê.): “Juiz nega pedido de liminar para nova redução de tarifas do transporte coletivo de Porto Alegre. O Juiz Fernando Carlos Tomasi Diniz, da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital, pág. 74

---

---

negou, nesta segunda-feira, o pedido de liminar, em Ação Popular, que busca a redução das tarifas de transporte coletivo da Capital. Na avaliação de Diniz, a sistemática de cálculo sugerida pelos autores é equivocada. Não se computa de forma linear na composição do preço da tarifa do transporte coletivo urbano o percentual de incidência do PIS, Cofins e ISSQN. Essas contribuições apenas integram um dos itens considerados. A definição do valor em questão envolve, além disso, a realização de cálculos complexos; não é uma simples conta aritmética como sugerem pressurosamente os demandantes, disse. A Ação Popular foi ajuizada pelos Vereadores Pedro Ruas, Fernanda Melchionna, por Roberto Robaina e Luciana Genro em face do Município de Porto Alegre, do Conselho Municipal de Transporte Urbano (Comtu) e da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC). O juiz considerou que seria arriscado decidir sobre o preço a ser praticado na compra de passagens em cima de uma cognição sumária e superficial. Outrossim, há o indisfarçável perigo da irreversibilidade dos efeitos da medida liminar pleiteada. Concluindo a análise, ele ressaltou que o assunto vem sendo acompanhado com cuidado pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo desnecessária uma sobreposição investigatória.” Eu fiz questão de ler esta notícia sem entender muito, não sou advogado, apenas li a notícia e não vou comentar sobre isso. Mas acho que ela diz muito neste momento, para que a gente fique tranquilo nas votações. Eu quis ler esta notícia para que os colegas Vereadores que já estão tranquilos e votam tranquilamente, possam continuar fazendo esta votação com muita tranquilidade.

Não há o perigo da não transparência. O próprio juiz entendeu que já estamos sendo transparentes, a pedido de Vereadores, a pedido da população, mas também com os esclarecimentos que a Prefeitura está dando quando solicitada, com transparência. Não tem como não ser, mostrando números para o Tribunal de Contas e para o Tribunal de Justiça ou para o juiz da Vara que acolheu esse pedido.

Então, caros Vereadores e Vereadoras, nós estamos fazendo um grande debate aqui, mas não falta transparência e não falta legalidade. Isso é importante e é o que eu tinha a dizer neste momento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo reassume a presidência dos trabalhos.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Falo, Vereador-Presidente, em nome da oposição, com muita honra. Acho que esta é uma das emendas mais importantes. Todas elas são muito importantes e me orgulha a contribuição que a oposição e os votos de alguns Vereadores da base estão dando neste debate.

Vejam, senhores, o Conselho de Transporte. Esta Cidade inscreveu-se no mundo em função da reinvenção da democracia, Ver. Pedro Ruas, é real, e trouxe para cá quatro edições do Fórum Social Mundial, porque aqui se tinha descoberto formas alternativas de a população interferir na política pública da Cidade. E dentre isso, não era só o Orçamento Participativo, eram os vinte e tantos conselhos representativos de setores debatendo áreas, debatendo políticas importantes, fazendo controle social. Ora, os dados que aqui me empresta o Ver. Pedro Ruas, do jornal Zero Hora de domingo, são dados que deveriam colocar o Conselho de Transporte em alerta, em ação, em atividade, em propositividade. Porque não é possível que a cidade de Porto Alegre descambe – último dado colocado aqui – da 14ª posição em tarifa mais barata, para a mais cara, numa década. E o Conselho de Transporte não propôs um debate público, que eu lembre, não questionou uma vez o aumento da tarifa, que eu lembre. Não é possível que numa cidade onde, no ano de 2004, 7,9 mil pessoas registraram queixas da qualidade do transporte... Em 2011, foram 20 mil pessoas – nos dados divulgados pelo Jornal –, 20 mil pessoas! Notadamente, há uma decadência, uma queda de qualidade que está retratada nas fotos, nas falas, e o nosso Conselho, o Conselho do Transporte, representante dos usuários, que tem o poder de dizer sim ou não para o preço da passagem, tem esse poder e não o utiliza! Homologa, aceita receber os dados à tarde e votar à tardinha. É escandaloso, não é digno da cidade de Porto Alegre, não é digno da democracia de 2013, não é digno deste País, que conquistou, a duras penas, a democracia. Não é digno! E não são as pessoas individualmente. A virtuosidade não tem que estar no príncipe, como dizia Marilena Chaui, mas na instituição. E a nossa Bancada assina junto com o Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto uma proposta de democratização do Comtu, de equilíbrio nas posições. E podem, sim, as entidades envolvidas com o tema, sejam patronais, sejam de trabalhadores, ter um terço

---

pág. 76

---

da representação, mas a população usuária deve ter o outro terço, e o Governo o outro terço. Isso é mudar a composição para pararmos de brincar de democracia, para parar de debochamos na cara da cidadania. Gente, eu quero lembrar que, no início deste ano, o que levantou o povo brasileiro e que vai fazer com que o Congresso Nacional vote a reforma política foi a passagem de ônibus, foi o transporte público. Porque tem muito mais gente na universidade, indo ao trabalho, saindo pela Cidade para a cultura, para o lazer e está enxergando o tratamento que esta política pública tem recebido. Então, não é possível que nós não tratemos de modificar o Comtu, de empoderar a população, de estar à altura da Cidade da democracia. Esta é a tarefa deste Legislativo. Esta é a nossa tarefa! Nós que somos guardiões da democracia. É isso que somos nesta Câmara, senhores e senhoras, e eu acho que temos que honrar a delegação que nos foi concedida ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Ver. Bernardino; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores de Porto Alegre, se existe um órgão em Porto Alegre que precisa de transparência é esse Comtu, e precisa de transparência mesmo. Esse órgão é uma caixa de Pandora. Ele não tem transparência, não tem democracia, não tem representatividade nenhuma. Se nós usarmos como exemplo o custo disso, nós não teríamos a Cidade cidadã, a Cidade democrática, porque não teríamos o OP, não faríamos eleições, que custam uma fortuna, não teríamos o Conselho de Saúde, o Conselho de Educação, o Conselho do Trabalho e uma série de ferramentas democráticas que esta Cidade tem, que é um exemplo de democracia, não só para o Brasil, mas para o mundo. Esse exemplo de democracia nós não temos no Conselho Municipal de Transportes. Esse exemplo de democracia não existe no Conselho Municipal de Transporte. O Ver. Valter Nagelstein mesmo disse que o cálculo se encontra na Comissão desta Casa desde maio, só que esse cálculo veio para cá depois de reajustada a tarifa – veio para cá depois! Então, isso não é transparente; um cálculo que está aqui, é imenso o preço do óleo *diesel*, o reajuste, o preço do veículo. É um cálculo, como já foi dito aqui, que está bem

---

pág. 77

---

acima da inflação, muito acima da inflação, e a sociedade de Porto Alegre não participa disso.

Outra coisa que quero lembrar aos Srs. Vereadores é que não precisam vir para cá, nenhum Vereador, pagar vale aos trabalhadores. Não façam isto, dizer que a população de Porto Alegre vai perder R\$ 0,05 do seu bolso se nós não aprovarmos isto aqui hoje, na correria, porque os trabalhadores de Porto Alegre já pagaram o valor da passagem, porque hoje é dia 1º, então já compraram antes a passagem, a passagem já está comprada. Quero saber se as empresas vão devolver os R\$ 0,05; já está no cartão Tri das pessoas. O projeto anterior falava sobre isso, tem que se carregar o cartão Tri no dia 30. Então, o cartão Tri, que foi carregado na sexta-feira, ou o cartão Tri, que foi carregado hoje, já foi carregado a R\$ 2,85. Eu quero saber se as empresas vão ressarcir, vão abater esses R\$ 0,05.

Então, não adianta apressarmos tanto, até porque existe a Emenda nº 15, que está aí, temos mais uma Emenda, que pede que esta Casa, que o Presidente desta Casa, no final desta Sessão, promulgue esse valor do transporte em Porto Alegre. Ela pede isso. Eu acho que nada mais justo do que a Casa do Povo, a Casa que representa a sociedade de Porto Alegre, que está discutindo o transporte coletivo, que é seu papel, volte a discutir esse transporte, volte a discutir a necessidade desse transporte. Enquanto isso não acontece, que esse Conselho seja democrático, um Conselho que realmente represente a população de Porto Alegre, que seja um Conselho tripartite, onde todas as representações de Porto Alegre estejam presentes.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Sr. Presidente, Ver. Bernardino; Vereadores, Vereadoras, rapidamente, queria fazer duas ou três colocações.

A experiente Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony esteve aqui dizendo que a Emenda tem o seu valor; efetivamente, tem. Mas, Vereadora, ela tem valor, mas está colocada no lugar errado, simplesmente isto. Como é que, numa lei tributária, nós vamos cancelar uma Lei Complementar de nº 318, de 20 de março de 1994? E agora me telefona o Ver. João

---

Antonio Dib, dizendo que essa Emenda que está assim colocada já é quase igual à composição atual do Conselho Municipal de Transporte Urbano. Então, já está praticamente sendo usual, normal, no entanto, se o Ver. Kopittke quiser mudar a composição, que vá – ao que me consta – ele já apresentou uma lei. E, agora, apresenta uma lei e apresenta uma Emenda. Não dá para entender. Não dá para entender.

Eu estava falando na Ver.<sup>a</sup> Jussara, que é uma Vereadora experiente. Agora o Ver. Kopittke... Gostaria que V. Exa. prestasse atenção, Ver. Kopittke. Vossa Excelência é um Vereador de primeira eleição, mas já tem experiência muito grande de vida, isso é extremamente importante. Agora, V. Exa. cometeu um equívoco difícil de ser resolvido. V. Exa. disse que o Conselho Municipal de Transporte Urbano é pelego. E V. Exa. tem que dizer quem é que é pelego lá! E V. Exa. disse mais. E aí, V. Exa. tem a imunidade da tribuna, evidente, no entanto as suas afirmações têm que ser comprovadas. Vossa Excelência disse, aqui, que os membros do Conselho estão no bolso dos empresários. Eu ouvi isso muito claramente. Então, V. Exa. tem que dizer quem são os membros do Conselho que estão no bolso dos empresários.

Então, essa é a preocupação. No calor do debate, nós ofendemos pessoas aqui, que talvez estejam lá trabalhando em prol da Cidade. Então, eu só peço que a gente tenha muito cuidado.

Essa Emenda não tem nada a ver com uma lei tributária; essa Emenda é uma alteração na revogação de uma Lei Complementar. Olhem, todo mundo sabe, todo mundo sabe que não convém, não é próprio, não é adequado; legislativamente, é inadequado.

Portanto, essa Emenda pode ser uma alteração da lei, sim; mas, não, deste PLCE nº 007/13, que estamos estudando aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, realmente, a gente vê de tudo, aqui, nesta tribuna. Primeiro, tem a professora que vem aqui na tribuna; segundo, temos um Vereador federal, que é o Ver. Comassetto; terceiro, temos um Vereador internacional, que é o Janta; quarto, nós temos dois reverendos aqui:

---

o Ver. Cecchim e o Ver. Nedel. E mais, o Ver. Nedel, fora ser reverendo, também, é corregedor! Ele corrige, chamou a atenção do Ver. Kopittke!

Então, eu quero dizer que a gente vê de tudo; vê até passagem de graça. Ver. Mauro Pinheiro, eu quero dizer para V. Exa. que, às vezes, quando eu consigo prestar atenção, eu começo a me questionar se a Ver.<sup>a</sup> Sofia está certa, porque ela vem com aquela convicção. E é por isso que eu chamo ela de professorona, porque ela tenta implantar na cabeça do aluno que tem que ser como ela quer. E, aí, geralmente, quando as professoras, no colégio, fazem isso, a gente chama de professorona. Então eu quero dizer que, realmente – Ver. Cassio, que é meu Líder da Bancada do PTB; e eu peço licença aos Vereadores Paulo Brum e Elizandro, porque falo em nome do Partido –, eu não consigo, às vezes, refletir. Eu fico pensando: quem é que está errado? Quem é que está certo? É quase impossível, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, eu não consigo entender. Mas eu olho para a professorona e ela está batendo de série em série. O que ela fala?

(Aparte antirregimental da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.)

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Então, Vereadora, eu acho que a senhora vai levar muito tempo para conseguir disciplinar os alunos para a acompanharem, porque eles estão contra a senhora. Está bem, Vereadora?

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** A Ver.<sup>a</sup> Any Ortiz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**A SRA. ANY ORTIZ:** Boa-tarde, nobres colegas. Eu volto a esta tribuna, hoje, para falar sobre as Emendas, principalmente sobre a Emenda nº 08, apresentada pela Bancada do PT. Eu tenho estudado cada uma das Emendas e votado de acordo com o que me parece legítimo. É muito importante esta Emenda que foi apresentada, de um conteúdo fundamental, principalmente para a transparência do Comtu. Só que a gente não pode votar favoravelmente a uma Emenda que revoga uma Emenda dentro de um Projeto em que nós estamos votando a isenção do ISSQN no valor da passagem e, dentro deste Projeto tem uma Emenda que revoga um artigo de uma outra Lei. Já conversei com o Ver.

---

Alberto Kopittke, que se comprometeu em apresentar um Projeto de Lei referente ao que trata a Emenda nº 8. Ele falou que não apresentou, mas vai apresentar amanhã. Inclusive, comprometo-me, Ver. Alberto, de votar neste Projeto, pois acho que é importante a gente tratar da composição do Conselho Municipal de Transporte Urbano. Mais importante ainda é ter um terço deste Conselho entre cidadãos eleitos diretamente pelos usuários do transporte público. E pediria aqui, e vou fazer um apelo ao senhor que se comprometeu em apresentar o projeto, que o Comtu e os membros do Comtu obedeçam à Lei da Ficha Limpa. Isso é muito importante, e deixo o apelo desta Vereadora para que o nobre Vereador leve em consideração.

A gente tem que dar mais celeridade à votação das Emendas, votando as que realmente têm a ver com o Projeto que estamos tratando, e não cabe, dentro de uma Emenda de outro Projeto de Lei, revogar o art. 2º da Lei Complementar nº 318. Então, Ver. Alberto, deixo aqui o apelo para que seja apresentado o Projeto de Lei, onde fique incluído que os membros obedeçam à Lei da Ficha Limpa. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, face ao pronunciamento do Ver. Nedel, do esclarecimento do Ver. Brasinha, e, sobretudo, do bom comentário e da boa análise feita pela Ver.<sup>a</sup> Any Ortiz, não cabe mais nada a ser dito.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13, pelo Governo.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Estou acostumado, e acho que é assim mesmo, a Casa Legislativa tem que ir até a hora que for, e nós temos que exaurir as discussões. Agora, obviamente, nesses processos sempre há excessos, sempre há gente que quer inventar o mundo, sempre há pessoas que querem redescobrir a roda e sempre há aquelas

---

acusações que, escutadas sobre a imunidade da tribuna, muitas vezes, enlameiam a vida de pessoas que são sérias, sem saber, às vezes, quem são essas pessoas. Eu não tenho procuração, mas me formei advogado, sempre fui e serei advogado. Quero dizer para a imprensa, que está aqui: este processo está aqui na Câmara – de novo vou repetir, e vou fazer à exaustão – há dois meses. Está aqui, à disposição dos Vereadores, desde o dia 23 de maio. Houve, hoje, um súbito interesse de muitos, mas nenhum Vereador foi lá na Comissão pegar o processo para ler e ver o que está escrito. Ninguém! E a desídia dos Vereadores – e eu não queria incluir V. Exa., Ver. Comassetto, pois sei que é um Vereador operoso – que dizem que não tem informação, mas a informação está aqui, e eles não sabem que tem. Então, a primeira coisa, é que esses Vereadores têm de prestar contas para seus eleitores, pois eles não sabem nem a troco de quê estão aqui na Câmara! Está aqui o Processo. O Conselho é composto por várias entidades. Vou ler a composição, por ordem: Associação dos Transportes de Passageiros – esse pode ser parte, pode ter interesse; a Carris; o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA; o Orçamento Municipal – sendo que o Conselheiro é o Carlos Boa Nova e o suplente é o Maurício Melo; o Sintepa, Sindicato dos Transportadores Escolares de Porto Alegre – será que os veículos escolares estão no bolso também, como disseram aqui? A Ver.<sup>a</sup> Fernanda afirma que eles estão no bolso; A Secretaria Municipal do Meio Ambiente. É que todo mundo que não vota, de acordo com a sua visão, tem algum problema. Esse é aquele mundo do qual eu falava, no outro discurso, de que tudo o que está do lado de cá é certo e tudo o que está no lado de lá é errado. Esse é o famoso maniqueísmo que faz mal à sociedade. Nós temos de mudar muitas coisas? Temos, claro que sim. Se a população está nas ruas dizendo que temos de mudar, nós temos de mudar. Mas temos de mudar coisas na esquerda, na direita, nas corporações, em tudo que é lugar. Não adianta achar que o inferno é o outro, que não sou eu, nunca. Sigo com a composição: Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviários do Rio Grande do Sul; Central Única dos Trabalhadores; Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul; Procuradoria-Geral do Município; União das Associações de Moradores de Porto Alegre; União Metropolitana de Estudantes Secundários de Porto Alegre. Mais: Associação dos Transportadores de Passageiros por Lotação, Brigada Militar, Detran, Metroplan, Sindicato dos Taxistas de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Obras e Viação, Secretaria de Planejamento

---

---

Municipal. E aqui, senhoras e senhores, a ata das reuniões com as votações, com os votos de cada um dos conselheiros. Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony, se isso não é controle social, não tem controle social!

Agora, fazer demagogia e querer pregar assembleísmo para dizer “você vão arbitrar a tarifa a R\$ 2,80 e nós vamos encher a praça de gente”, como faziam na Grécia antiga, e a população toda vai dizer “nós queremos a tarifa do jeito que nós queremos”. Mas, gente, vamos ser realistas! Por mais que nós sejamos amantes da democracia, tem a democracia direta, que era aquela antiga democracia da Grécia; a democracia, esta nova, semidireta, com o referendo, com o plebiscito, com a consulta popular, com todas as formas de manifestação direta do povo; e a democracia representativa. E nós temos a obrigação de representar o povo, e é para isso que nós estamos aqui também! E tem Ministério Público, tem Tribunal de Contas! Então não falta! Eu disse que a ideia do PSOL era boa pelo seguinte, publicar com 30 dias de antecedência. Mas aí eles querem ir além da demagogia! Querem dizer que tem que publicar com 30 dias e fazer assembleísmo. Assim não funciona!

Então, eu acho que nós temos que saber a respeito do que se está discutindo aqui, porque em dias como este, na Câmara – e a experiência é antiga –, Sr. Presidente, a verdade é a primeira que morre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo, só para que continue o bom andamento da Sessão e para que não se cometam injustiças, após a leitura do Ver. Nagelstein, de quais as entidades que fazem parte desse Conselho, eu tenho certeza de que o Ver. Kopittke mudará os termos que ele usou.

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Obrigado.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 08, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

---

Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Só resgatando, em nome da Bancada do PSOL, o fato que ocorreu este ano, quando a categoria rodoviária, em assembleia, elegeu uma comissão de negociação para discutir o dissídio da sua própria categoria. E, apesar dessa eleição, de uma pauta extensa de reivindicações, afinal os trabalhadores rodoviários só perderam salário ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que a passagem dobrou de valor – vocês sabem que, em 1994, um salário de um motorista comprava mais de 1.100 passagens e hoje são quase 600 passagens –, sem contar exorbitantes jornadas de trabalho em função do banco de horas, que é desumano, que faz que os trabalhadores, muitas vezes, por causa das escalas, fiquem 13 horas em função do trabalho, além dessa questão do banco de horas que é uma forma que os capitalistas têm de não pagar salário e depois negociar o aumento da jornada de trabalho desses trabalhadores.

Mas a Emenda veio no sentido de garantir a democracia. Quem decide sobre o aumento de uma categoria é a própria categoria, em assembleia, com votação e respaldo da comissão de negociação.

Nós vimos uma manobra patronal do Sindicato dos Rodoviários, este ano, quando, em janeiro, colocou, na assembleia da categoria, ali na Rua Venâncio Aires, pessoas estranhas à categoria para votar, em nome dos rodoviários, o seu próprio aumento, e a Prefeitura levou isso em consideração! Porque deu! Só se justifica aumento de tarifa quando a inflação é acima de 8%, que não foi o caso, ou quando há acordo com a categoria dos rodoviários, que também não foi o caso, porque eles não tiveram acordo, porque se mobilizaram, porque começaram a negociar com o Ministério Público do Trabalho. E, pasmem, está, desde o dia 1º de abril *sub judice* o dissídio da categoria. Hoje é dia 1º de julho e a categoria não avançou nas pautas que foram apresentadas.

Além disso, apesar de haver uma comissão eleita democraticamente e de ter havido uma assembleia, Ver. Pedro Ruas, com quase 700 rodoviários, quando o Barreto, trabalhador da Restinga que havia sido demitido por defender a luta dos trabalhadores, foi demitido pela Empresa Restinga, mas foi obrigado a ser readmitido pela luta da categoria, em defesa do Barreto e dos trabalhadores que se mobilizaram – ele foi readmitido pela

---

empresa a partir da mobilização da categoria. Houve a assembleia com 700 pessoas, disseram para a Prefeitura que aquele dissídio não representava a totalidade da categoria, que não aceitava a manobra patronal do Sindicato dos Rodoviários, mas a Prefeitura prefere assumir como verdade aquilo que é um ataque à democracia, que é um ataque à liberdade sindical, que é um ataque a uma premissa básica: quem decide o aumento da sua categoria é a própria categoria. Então, a nossa Emenda visa resguardar isso.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu não podia me furtar de vir à tribuna, porque vim à tribuna há dois, três meses e me dizia, agora, o Vice-Líder do Governo, Reginaldo Pujol: “Essa aí não”. Porque sobre esse assunto eu vim à tribuna para alertar o Governo de que nós não podíamos ter dado o reajuste da passagem a R\$ 3,05, porque o dissídio das categorias estava *sub judice* e está, até hoje, *sub judice*. Encontra-se, aqui, no Tribunal Regional do Trabalho, *sub judice* o dissídio do Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre. Há uma discussão judicial entre o Ministério Público, entre o sindicato e entre a comissão de negociação. Então, temos que nos precaver, porque a Lei diz que, quando houver reajuste da categoria, automaticamente esse reajuste será repassado à passagem de ônibus de Porto Alegre. Isso está na Lei, não sou eu que estou falando isso, não são os autores da Emenda, a Ver.<sup>a</sup> Fernanda e o Ver. Pedro Ruas: está na Lei! A Lei é clara: quando houver aumento da categoria ou quando o IGP-M atingir um certo índice, será reajustado.

Quando houve a questão do reajuste para R\$ 3,05, se não me engano, eu, nesta tribuna, alertei a Prefeitura, alertei o Líder do Governo de que nós não poderíamos dar aquele reajuste porque poderia ser maior, ou poderia ser menor. Eu acho que nós temos que nos precaver, porque pode, de uma hora para outra, o Tribunal julgar, e aí todo esse esforço do Prefeito da nossa Cidade em reduzir a tarifa pode ir por água abaixo. Todo o esforço que o Prefeito vem fazendo para resolver os clamores populares, se o Tribunal decidir, conforme diz a Lei, automaticamente será reajustada a tarifa. Eu acho que nós temos que

---

nos precaver muito nessa questão, porque a Lei é clara: se houver reajuste da categoria, automaticamente esse reajuste será repassado ao preço das passagens. Ele é bem claro, ele é bem definido. Então, eu acho que, como pede aqui, onde puder, daqui para frente, qualquer atualização da tabela, da tarifa, ela só pode ser dada quando houver definição desse reajuste. Já que a maior parte do preço da passagem, conforme dizem os próprios empresários, o que compõe o preço da passagem é o salário dos trabalhadores, eu acho mais do que justo que só se faça o reajuste da passagem depois de ter resolvido a questão do salário dos trabalhadores. Já que é o que compõe o preço dessa passagem, já que é o que influencia no preço dessa passagem, já que é o que influencia no cálculo dessa passagem, que se faça isso, que se tenha essa proteção aos trabalhadores, essa proteção aos usuários e essa proteção principalmente ao Município de Porto Alegre, essa proteção a tudo o que se está discutindo, nesta tarde inteira, aqui, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, minha Bancada atenta, Ver. Mauro Pinheiro. Senhores e senhoras, eu quero aqui dizer que, de fato, como se trata de um período de transição, e eu espero, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, que seja um período que, de fato, leve à democratização da representação dos rodoviários na nossa Cidade, eu acho um pouco difícil esse condicionamento, porque não será para sempre uma comissão representativa da categoria; será um novo sindicato, Ver. Alceu Brasinha. Aqui, serei um pouco mais didática e vou votar a favor, porque acho que apresentar emenda significa reconhecer que há impacto, sim, na qualidade do transporte desta Cidade, uma categoria que não tem um sindicato legítimo, um sindicato que escuta suas bases, que tem instâncias de participação e que é democrático. Infelizmente, essa é a história retratada no Sindicato dos Rodoviários, pelo menos no período que corresponde exatamente a essa queda de qualidade, diminuição dos passageiros – porque essa é uma outra consequência. Quanto pior é o ônibus nesta Capital, mais pessoas procuram o subterfúgio e dar um jeito no seu transporte individual. Então, é uma bola de neve, um

---

círculo vicioso, porque, menos passageiros, mais caro, menos qualidade no transporte. Os rodoviários acabaram enfrentando aí, sim, o que eles chamam de representação pelega, insatisfeitos com o encaminhamento que o Sindicato dá, Sindicato estranhamente respaldado pela ATP – Associação dos Transportadores de Passageiros, de uma forma impressionante, sintonizado historicamente com o seu patrão. Impressionante! Tanto que os rodoviários organizaram uma comissão de negociação, e essa comissão de negociação é legítima. Fez uma assembleia que superlotou a Igreja da Pompeia, comanda e lidera paralisações, Ver. Valter, porque a legitimidade da representação não está na formalidade, está no respeito que a categoria tem aos representantes, e isso deve servir para nós também. O respeito que nós temos por parte da nossa Cidade, dos nossos cidadãos, é que deve nos legitimar, e não só o voto que recebemos nas urnas. Por isso estamos aqui, detidos a discutir a tarifa e as isenções sobre a tarifa do transporte e que condições nós queremos colocar para haver isenções sobre a tarifa. Os rodoviários estão querendo e exigindo que o seu sindicato, o sindicato que está lá, seja saneado, e a turma está lá ocupando espaço. Um rodoviário é demitido, e, pasmem – eu acompanhei a demissão de um rodoviário da Estoril –, os colegas, os funcionários todos pararam! Por quê? Porque o funcionário demitido os estava representando não formalmente. Estava criticando a gestão, estava levando os problemas de gestão e, daqui a pouquinho, foi demitido, com todos os direitos. Os rodoviários da Estoril pararam de manhã e disseram que não, que aquilo era uma perseguição política. Pasmem, onde eu fui encontrar os que se dizem do Sindicato dos Rodoviários, Ver. Janta? Lá na reunião de mediação que nós construímos no Ministério Público do Trabalho, não defendendo o rodoviário demitido, não; questionando a comissão de trabalhadores que estava ali defendendo o rodoviário demitido. Pasmem! Para mim foi uma prova do peleguismo; portanto, o que eles acertam com o patrão não acomoda a categoria, não resulta em qualidade no trabalho, porque o trabalhador rodoviário está insatisfeito, inconforme, incomodado, sob pressão pelas condições de trabalho. Não é um sindicato que discute condições de trabalho. Não discute! Não vê o que estão passando o cobrador e o motorista com esse trânsito caótico, com a tabela que ele não consegue cumprir; ele tem que correr e toma multa porque não entra a 30 km naquele pedaço da parada de ônibus! E toma multa se ele acelerar! E toma multa e repreensão se ele não cumprir a tabela! Onde está o Sindicato dos Rodoviários para fazer esse debate das condições dignas dos cobradores e motoristas para poderem

---

---

bem atender a população? Resultado: greve da Carris; paralisaram a Estoril e a Tinga. Há uma conturbação permanente que também influencia na qualidade do serviço prestado à população.

Então vou votar esta Emenda para sinalizar, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, e espero que V. Exa. vote, Ver. Janta, que resolva essa situação, que o Sindicato seja democrático. O povo está na rua! O Brasil não aceita mais que os eleitos não representem os eleitores, não aceita mais! Encerro dizendo: votemos à altura do povo que nos elegeu!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, eu só quero denunciar mais uma vez aquilo que é uma prática fascista e que, infelizmente, existe: foi disparado aqui de dentro do Plenário um *e-mail* viral dizendo que Vereadores votaram contra a transparência da planilha. Isso saiu daqui de dentro! E eu estou recebendo cobranças agora pelas mídias sociais. Só para esclarecer, porque estamos sendo assistidos: nenhum Vereador votou contra a transparência. A Emenda consistia em duas partes...

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Eu vou inscrevê-lo, e V. Exa. fala da tribuna.

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. ALCEU BRASINHA:** Sr. Presidente, primeiro quero fazer um agradecimento ao amigo pelo lanche trazido para nós. Obrigado, Ver. Bernardino. As pessoas vêm aqui e falam, falam, falam e falam, Ver. Professor Garcia. Há pouco eu estava conversando com a Ver.<sup>a</sup> Luiza Neves e com o Ver. Mario Fraga e a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon falando sobre o trânsito, que está caótico o trânsito. Mas ela não pode falar do trânsito caótico, pois ela não quer que desafogue o trânsito. Eu não entendo: uma hora ela é a favor, outra hora ela é contra. Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, V. Exa. falou que o trânsito é caótico, que é multa, multa. Foi isso que V. Exa. falou, correto? Então, como é que V. Exa. quer, às vezes, trancar a avenida aqui? Por quê? V. Exa. faz os seus manifestos e agora está se queixando do trânsito! O que V. Exa. quer? Quer um trânsito livre de tudo, sem problema? Numa cidade

---

como Porto Alegre, V. Exa. não vai conseguir, Vereadora. E eu também, quando vejo problema de passagem, Ver.<sup>a</sup> Sofia; V. Exa. sabe que eu sou de dizer quem começou com isso. Quem começou? Quem é o dono da ideia? Quem entrou com a liminar? Sabemos que foram os Vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna. Aí, começam os Vereadores – aqueles que são contra tudo – a se aproximar para também ganharem uma fatia do bolo. E aí eu discordo da ideia da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, porque se foi uma bela ideia do Vereador, eu acho que não foi. Eu mesmo já falei com o Ver. Pedro Ruas que era contra, mas também falei que eu jamais faria um projeto em cima do dele, ou uma emenda igual. Antes falei também que não gosto muito de emenda, porque não ficam claras. Por que, Ver. Pedro Ruas? O cidadão ali fora tem problema de entendimento. Por mais que se faça um projeto aqui que mostre clareza, o cidadão ali tem dificuldade. Por isso que eu falo que o projeto tem que facilitar a vida do cidadão, principalmente do cidadão que é mais humilde, que tem menos acesso; tem que facilitar. Acho que as emendas não contribuem muito. Contribuem com o projeto, mas não quero tirar o mérito de vocês. Acho que estamos aqui e cada um pode fazer suas emendas, Ver. Mauro Pinheiro. Quero dizer que a Ver.<sup>a</sup> Sofia, por mais que ela se esforce, tudo que ela tenha direito, não vai conseguir explicar para seus alunos em hipótese nenhuma.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Apregoo o Memorando nº 34/2013, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que solicita representar esta Casa, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego na Explanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 2 de julho de 2013, às 11h. Informo que a referida Representação Externa ocorrerá sem ônus para a Câmara Municipal.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quando meu pai foi cassado, era Procurador Federal; depois, quando veio a Lei da Anistia, nós morávamos em Bagé – o Ver. Engº Comassetto nos conheceu lá –, retornamos para Porto Alegre. Isso era no ano de 1984, em plena efervescência das

---

Diretas. Eu lembro que uma das primeiras memórias... Eu fazia política, Jussara, desde os 8, 9 anos, lembro do Brizola ligando lá pra casa dizendo: “Mathias, reestrutura o partido que eu estou voltando”. Fizemos o maior comício da história de Bagé. Depois cheguei aqui com 14 anos e me lembro do comício das Diretas. Não precisamos levantar uma pedra e derrubamos uma ditadura militar. Depois, em 92, 93, não votei no Collor, não tenho no alforje das minhas memórias, felizmente, esse arrependimento, Ver. Professor Garcia, Ver. Idenir Cecchim, Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger. Eu votei no Brizola naquela época; acho que depois no 2º Turno eram Lula e Collor – foi a única vez em que votei no Lula porque não me enganei com o Collor, mas também não posso deixar de reconhecer que o Collor caiu por muito menos do que tudo que foi feito depois dele. Isso para dizer o seguinte: a democracia se constrói com cidadania, com manifestação, mas não com intolerância, não é com mentira. E o que tenho visto na prática dos tais de movimentos – vi na Prefeitura no dia 27 – foi que, primeiro, foram quebradas 40 vidraças da Prefeitura para depois se esperar que a Brigada Militar interviesse não para agredir ninguém, mas para cessar aquela violência. O que tenho visto, Sr. Presidente, é essa intolerância que é muito perigosa e talvez a menina ali que é novinha não saiba dessas coisas, ou talvez ela saiba e realmente se inspire nesses modelos totalitários da Coreia do Norte, lugares onde o regime não dá certo, mas querem fazer aqui no Brasil, e não sabem o custo da liberdade também, aí começa a se estabelecer esse tipo de coisa. Dizem que o movimento social tem uma pauta, mas o Governo não quer atender, qual é a pauta do MPL? É justa, mas a pauta deles é passe livre, isenção total. Não existe isso. Então, não tem como atender a essa pauta. Se não tem como atender, tu és acusado de não querer conversar, de não ter diálogo. É dessa forma que se estabelecem as verdades absolutas que depois são divulgadas de forma fascista, porque isso é fascismo.

Agora colocaram na Internet – faço questão de dizer, Sr. Presidente, porque me submeti ao voto para estar aqui, portanto, tenho legitimidade para falar – que nós votamos contra a transparência. Estão disparando de forma viral isso, o que é uma mentira. Vou utilizar esta tribuna para dizer que é uma mentira, porque a Emenda era errada, até comecei elogiando, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, disse que, se fosse previsto que se publicasse com 30 dias a planilha para que as pessoas tivessem ciência, seria boa a Emenda. Eu disse que seria ruim fazer uma assembleia popular para definir se vai ter aumento ou não.

---

Mas sejamos justos, por acaso vamos chamar um plebiscito para saber se a Petrobras tem que aumentar ou não o preço da gasolina no País? Vocês acham que isso é viável? Não sejam ridículos, não sejamos ridículos. Por gentileza, não vamos desvirtuar a verdade, nem fazer falsas acusações, nem atacar aquilo que nos é mais caro, porque estamos aqui exatamente em virtude da liberdade democrática, Pedro Ruas, para não fazer mentira.

Votamos contra a não fazer assembleia popular para referendar o aumento da passagem porque isso é impraticável, é inviável. Não tem, na prática, como fazer isso. Agora, ninguém é contra a se publicizar com 30 dias, com 60 dias, com dois meses, como está aqui, nesta Casa, a planilha, lá em cima, e nenhum Vereador do PT ou do PSOL foi lá para pedir vista, para olhar, para examinar, e depois vem aqui fazer demagogia. Pode ser depois ou pode ser antes, mas contestem com meios, mas não fizeram. Por que não fizeram? Volto a dizer: ninguém é contra a transparência. Somos contra a mentira, somos contra a intolerância, contra esse movimento que descambou para a violência desde o primeiro momento e tem destruído a Cidade. Volto a dizer: derrubamos uma ditadura, derrubamos um presidente corrupto; não precisamos incendiar nada, não precisamos atacar a ponte histórica da Azenha, que foi recém-restaurada com o dinheiro do povo! Não precisamos atacar o Monumento do Expedicionário, não precisamos botar fogo em contêiner, não precisamos destruir parada de ônibus! Porque a voz da razão fala muito mais alto do que a voz da intolerância e da imbecilidade! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Seja objetiva, se for uma Questão de Ordem, Vereadora.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Serei muito objetiva.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Atenção, senhores e senhoras, pedimos a colaboração de todos. Obrigado.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Bernardino, uma vez que o Ver. Valter fez aqui o registro, eu quero dizer que eu sou uma das que está colocando na rede cada Emenda que é votada e rejeitada. Só para explicar: o Ver. Valter considera uma injustiça...

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Eu acabei pedindo que ele se inscrevesse para nós não termos esse...

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Apenas registrar que a Emenda nº 02 e a Emenda nº 05 tratavam da pura e simples divulgação da planilha. O Ver. Valter votou duas vezes contra; duas vezes!

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Obrigado.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Só para contrapor a posição da Ver.<sup>a</sup> Sofia...

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Eu vou lhe dar meio minuto e vou encerrar.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Emenda colocada em Projeto errado. Ela sabe disso!

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Muito obrigado. Eu quero pedir a colaboração dos colegas, porque todas as Bancadas têm condições de se inscrever. Então, que usem desse instrumento, não do microfone de apartes.

(Manifestações nas galerias.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Por favor, vamos colaborar. Os Vereadores também. Obrigado pela colaboração. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar, pela oposição.

---

**O SR. CLÁUDIO JANTA (Questão de Ordem):** Todos os Líderes estavam reunidos hoje pela manhã e acordamos que ninguém falaria em Liderança nenhuma, nem pela oposição, nem pelo Governo, nem pelo Partido.

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** V. Exa. está equivocado, ele está inscrito para encaminhar, pela oposição. Não posso dar aparte. Peço compreensão. Ele não está falando em Liderança, está encaminhando, pela oposição. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, no encaminhamento fala um Vereador por Bancada, e fala o Líder de oposição e o Líder de Governo.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13, pela oposição.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; meus colegas Vereadores e Vereadoras, lideranças aqui presentes, nós propusemos a esta Casa hoje fazer um debate sobre o sistema de transporte público e assumirmos algumas decisões. A Câmara de Vereadores, no nosso ponto de vista, está perdendo uma grande oportunidade de assumir a responsabilidade que tem para enfrentar o debate que está nas ruas e dar respostas sobre o tema do transporte público. E aí, Ver. Valter Nagelstein, vou responder ao senhor aqui como oposição, que não adianta nada ter um processo da tarifa de 107 páginas lá na Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, se o senhor põe numa gaveta e não chama uma Audiência Pública ou um debate para fazer com a sociedade. É isso que nós estamos discutindo. Então, não adianta querer dizer que está aqui na Câmara, se nós não chamamos aquelas pessoas que estão clamando para discutir o transporte público. Quando nós propusemos hoje, aqui, Vereadores e Vereadoras, democratizar o Conselho do Transporte Urbano com um terço da Prefeitura, um terço das entidades e um terço eleito diretamente pelo usuário, qual foi o voto? Voto contra. Quando nós propusemos que o sistema de gestão no transporte público seja coordenado pela Prefeitura Municipal, que ela assuma responsabilidade da gestão e que todo dinheiro que caia em caixa seja gestado pela Prefeitura, e ela que faça os cálculos, inclusive para diminuir o valor final da passagem, o que foi votado? Foi votado “não”. Quando nós propusemos que a planilha de custo seja aberta, seja

---

pág. 93

---

democratizada, seja revista para análise de quais os itens que incidem sobre a passagem, e nós verificamos que já faz 25 anos que esta planilha de custo foi feita, será que nesses 25 anos a tecnologia não mudou, os dados não mudaram? É claro que mudaram! Esse é o debate que precisamos fazer. Nós propusemos. E eu quero dizer ao Ver. Idenir Cecchim, que é o Líder do PMDB, nós procuramos o Vice-Prefeito Sebastião Melo, dissemos que íamos fazer essas emendas, que queríamos abrir um debate para construir uma saída para um projeto que dialogue com a Cidade. Se não é nesse debate aqui, nenhuma resposta foi dada a nós! Nós continuamos abertos para fazer isso. Agora, quando o Pedro e a Fernanda apresentam esta Emenda, que trata da questão dos trabalhadores rodoviários, é porque hoje também não existem diálogos no tema dos trabalhadores rodoviários sobre o ganho que incide na planilha! É óbvio que é isso que está em discussão aqui neste momento.

Portanto, meus colegas Vereadores e Vereadoras, aqui há duas grandes opiniões colocadas neste Plenário: aqueles que propõem democratizar o sistema do transporte público urbano, dando transparência, fazendo com que a isenção dos impostos incida e realmente baixe o preço; e aqueles que não querem democratizar. É isso que está em debate! Todas as emendas apresentadas foram rejeitadas com o argumento de oportunismo. Não! Isto aqui é um Parlamento. Se não tivermos a capacidade e a coragem de apresentar propostas, e que inclusive saibamos fazer a leitura que vem das ruas, não vale nada este Parlamento. É isso que precisamos fazer! Quando estamos propondo aqui abrir a planilha de custos, apresentar esses números, verificar, nós estamos dizendo que o Município tem que integrar o sistema de bilhetagem eletrônica. Por que ter cinco sistemas de bilhetagem eletrônica na Região Metropolitana? Se eu quiser ir daqui a Sapucaia, eu tenho que pagar cinco vezes diferentes! Isso tem que ser um sistema único, tem que estar integrado, isso tem que dialogar no Município com Estado e com a União. É óbvio que tem! Será que as nossas Bancadas de oposição que propõem isso não querem fazer um diálogo com a sociedade e com o Poder Público? É óbvio que queremos! Portanto, tratem este debate com mais seriedade, sob ponto de vista do seu conteúdo. Não é só um debate de oposição e situação, é um debate de nós analisarmos o que realmente está acontecendo. Ver. Valter, as redes sociais estão aí, ninguém mais esconde nada de ninguém; quando vêm para esta tribuna e votam contra, é claro que vão divulgar que estão votando contra, é isso que está acontecendo, não vai ser diferente.

---

Nenhum de nós vai controlar as informações que são ditas, e o debate é feito. Esta é a realidade! Agora, quanto mais democratizarmos, melhor será para a sociedade, e o Parlamento poderá resgatar o seu papel, que está saindo entre os dedos. Então, nós votaremos novamente a favor da Emenda apresentada em nome da democratização do sistema de transporte público do Município de Porto Alegre. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13, pelo Governo.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Meu caro Presidente Bernardino, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nossos jovens que aqui estão, eu vou começar com a máxima de ouro de Jesus Cristo: “Eles não sabem o que fazem”. Vocês, amigos Vereadores que apresentaram estas propostas, vocês não sabem, com todo o respeito, a confusão que fizeram na cabeça destes jovens, tentaram e confundiram a plateia. Vou ler a Emenda. Aí, o estimado Comassetto veio dizendo que tem quem quer democratizar e quem não quer, o Comassetto disse que tem que tratar com seriedade; que as redes sociais agora salvam a Pátria. Vamos dizer o seguinte: olhem a Emenda – sou professor, me elejo sempre com o voto dos meus alunos, respeito a posição do jovem –, olhem a redação da Emenda para ver se ela pode ser aprovada. Gostaria que o Ver. Pedro Ruas viesse aqui dizer se eu estou com a razão ou não. Olhem a redação da Emenda. Bela Emenda no lugar errado! Repito: a redação da Emenda. Os resultados do dissídio da categoria dos rodoviários, organizados do Sindicato dos Rodoviários, somente podem ser utilizados quando tiver resultado e resultarem da comissão de negociação. Não é, não pode estar aí, não trata de tributos! Está errada a Emenda nesse lugar! Mandem os *faces* que quiserem! Agora, estão conscientes de que estão fazendo uma extraordinária bobagem! Não é possível dizer que quem vota a favor dessa Emenda está a favor do povo, e quem está contra a Emenda está contra o povo – o que não é possível. Parabéns ao movimento, são por causa dessas ações que o movimento manda político para tudo que é lado, menos para dentro dos movimentos! Porque é por isso. Pelo amor de Deus, dizer que nós estamos

---

pág. 95

---

aqui traindo o povo! Não se pode votar no Código Tributário do Município de Porto Alegre emenda que trate do dissídio coletivo dos trabalhadores! Pelo amor de Deus, eles não sabem o que fazem. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13, como autor.

**O SR. PEDRO RUAS:** Ver. Aírto Ferronato, por quem eu tenho amizade, respeito e consideração, Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, esta questão, o detalhe da forma foi muito focado hoje, aqui. Não é o caso, agora, da colocação do Ver. Ferronato, que tem um linguajar educado, que tem uma relação diferenciada no sentido de qualidade com a oposição. Mas 99,9% da argumentação quanto à forma das emendas é apenas para justificar o voto e a posição ideológica de quem já era contra qualquer discussão no transporte coletivo. Já era contra!

Então, pega o detalhe daqui, o detalhe dali, conversa aqui, conta uma história lá, mas, na verdade, nunca quiseram! Ou alguém já viu? Não, não estou generalizando! Eu não ouvi V. Exa. falar isso na tribuna. V. Exa. não criticou a forma desta tribuna! Eu estou falando de quem veio na tribuna criticar a forma das emendas. Mas não foi o caso de V. Exa.! Eu estou dizendo quem veio nesse sentido!

Agora, eu não vi em nenhum momento antes deste Projeto, antes, em anos anteriores, não ocorre a esses mesmos Vereadores que criticam hoje as emendas, reivindicarem, ao menos, a diminuição de tarifa. Não houve luta nenhuma, Ver.<sup>a</sup> Melchionna. A luta é dos de sempre.

Agora, o PSOL vem aqui e diz, não, nós todos queremos reduzir a tarifa. Não é verdade! É verdade, não querem! Querem proteger os empresários. E é verdade isso.

Eu não vi nenhum Vereador de situação criticar a matéria do jornal Zero Hora de domingo! Respondê-la! Ah! Desculpe, então, Ver.<sup>a</sup> Lourdes! Não vi V. Exa., então, peço desculpas. Não vi! E aquela matéria está colocada desde a capa: "Ruim e caro!" Esse é o transporte coletivo de Porto Alegre: ruim e caro! É a segunda maior tarifa do Brasil! E é um dos piores serviços do Brasil! E vão defender! E vão defender! Mas o que é isso?

---

Nós vamos colocar emendas, sim, e vamos ser derrotados? Ora!

Eu vi o Darcy Ribeiro, em 1984, no Rio de Janeiro, tive a honra de assisti-lo, e ele disse o seguinte: “Eu perdi a maior parte das lutas que travei, mas eu não queria estar, nem por um segundo, no lugar dos que venceram!” Então, se nós perdermos no voto, aqui, no plenário, eventualmente, ora, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, isso é da vida! É da nossa luta! Podemos perder hoje, amanhã, depois de amanhã, e nós nunca vamos desistir! Não vai mudar nada, não vai alterar nada! Crítica da forma!

Ora, não é verdade. O voto estava decidido. Eu tenho respeito por muitas das colocações feitas aqui: as do Ver. Ferronato, eu respeitei; as do Ver. Cecchim, que foi muito educado, eu também respeitei. Aquela notícia, na verdade, até para esclarecer, nós pleiteamos em uma ação popular, com antecipação de tutela que reduzisse a tarifa, imediatamente, para R\$ 2,67. Não foi concedida a antecipação de tutela. O Vereador deu a notícia correta, aqui, adequada, não houve contestação nenhuma. Nós tentaremos outras, outras e tantas quantas forem necessárias. Eu venho lutando contra esses transportadores há quase 30 anos, e tivemos uma – uma vitória – vitória em 2013. Se eu não puder lutar por mais 30 anos, por uma questão de faixa etária, a Ver.<sup>a</sup> Fernanda vai seguir fazendo essa luta, mais 30 anos, pela outra vitória. Mas o povo, essa população inteira que está nas ruas, em todo o Brasil, dando um exemplo nacional e para o mundo, há de mostrar que essa luta vale a pena e que tem resultado, sim. Não importa se perdemos uma, duas ou mil vezes, aqui. No final, o povo há de vencer.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Presidente, Ver. Bernardino; Vereadoras e Vereadores, nós estamos, Ver. Pujol, debatendo aqui sobre os resultados dos dissídios da categoria dos rodoviários. Veja, a Lei nº 7.958, de 1997, alterada pela Lei nº 8.023, também de 1997, já trata do acordo coletivo ou do dissídio como formas de início de revisão do reajuste tarifário. Já tem Lei que trata disso, é só cumprir! E a Lei, claramente, foi cumprida. Além disso, nós temos, aqui, vários advogados – estou vendo o Ver. Márcio Bins Ely –, muitos especialistas em legislação do trabalho. Pois é, veja, a própria

---

legislação federal, em especial, a CLT, já disciplina forma para validade, eficácia e vigência dos acordos coletivos e dissídios das categorias. Está claro, já tem! E agora nós queremos colocar uma Emenda sobre o dissídio numa lei de isenção, numa Lei Tributária. Puxa vida, pessoal, não estou entendendo! O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto disse que estamos discutindo o futuro do transporte coletivo de Porto Alegre. Não, não estamos! O foco da nossa votação é a votação da isenção do ISSQN, afora isso, é perder tempo. E por falar nisso, senhoras e senhores, prestem atenção no cálculo que o Ver. Professor Garcia fez: a população de Porto Alegre já perdeu R\$ 60 mil porque não vai dar tempo de o Prefeito sancionar e publicar no Diário Oficial de amanhã; talvez dê tempo para depois de amanhã. Em um dia, Porto Alegre perde R\$ 60 mil. Portanto, Ver. Pedro Ruas, tem consequência, sim: a população já perdeu R\$ 60 mil por essa isenção não ter validade a partir de amanhã.

(Aparte antirregimental.)

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Não senhor, é cálculo matemático! E depois, ninguém contestou o Ver. Ferronato dizendo que não é lugar de tratar de dissídio coletivo numa lei que prevê isenção de ISSQN para, justamente, baixar o preço da passagem, para, justamente, defender a população. Ou seja, nós estamos prejudicando a população em R\$ 60 mil, porque poderíamos ter votado essa lei em dez minutos e estamos desde as 14h, há seis horas atirando nosso tempo fora, porque poderíamos ter votado em 20 minutos essa Lei, defendendo, sim, o povo de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para um esclarecimento. Seja objetiva Vereadora.

**A SR. SOFIA CAVEDON:** Para um esclarecimento, gostaria que o Líder do Governo nos informasse se haveria uma mudança de planilha de hoje à noite para amanhã, sem passar pelo Conselho do Transporte.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sim, não poderia aumentar.

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 09, destacada, ao PLCE nº 007/13 (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 21 votos **NÃO** e 3 **ABSTENÇÕES**.

Em votação a Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 007/13. (Pausa.)

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, desde o início, quando nós começamos – falou o Ver. Nedel, às 2h da tarde –, vem se mencionando que nós estamos falando em tributação, em impostos. Então eu acho, nada mais justo, que as empresas que vão ser beneficiadas com essa isenção comprovem os requisitos da Lei nº 8.666/93, comprovem estar em dia com todas as obrigações tributárias com o Município de Porto Alegre, com todos os impostos que tem o Município de Porto Alegre, e, além disso, principalmente com os encargos sociais de seus trabalhadores, como o fundo de garantia, previdência social. Nada mais justo que isso seja feito, já que nós vamos conceder uma isenção de imposto. O Ver. Pedro Ruas falou muito bem, eu também já tinha falado, que, mesmo com essa isenção, nós vamos ter a segunda passagem mais cara do Brasil, e os empresários sempre dizem que o custo dessa passagem é a folha de pagamento. Essa reportagem que saiu no jornal Zero Hora usa como média salarial um salário de R\$ 2.983,20, uma média salarial que eu acho que não é a realidade dos trabalhadores de Porto Alegre; uma média salarial que não deve ter levado em conta os funcionários municipais, os professores estaduais, as empregadas domésticas, os vigilantes, os trabalhadores da construção civil, os comerciários, os trabalhadores dos diversos serviços, porque, se pegarmos todos esses setores que usam o transporte coletivo para compor essa média salarial, com certeza não vai dar os R\$ 2.983,20 e os trabalhadores irão pagar oito vezes mais a passagem de Porto Alegre; com certeza, será mais de 12,7 minutos.

Saiu na Folha de São Paulo do dia 28 um estudo do IPEA que diz muito bem claramente que é um gargalo, hoje, de todas as Prefeituras e que não existe aporte suficiente de

---

recursos dos governos municipais para gerir o transporte público, e muito menos uma política específica dos governos estaduais e federais para as regiões metropolitanas; pelo contrário, é um sistema que investe no método ferroviário, que tem pouca abrangência para esta Cidade.

Eu acho que, se nós estamos dando uma concessão e nós dissermos que isto vai beneficiar a população de Porto Alegre, essa concessão tem que beneficiar o povo de Porto Alegre; queira ou não queira, é uma concessão de um tributo da nossa Cidade que deixará de entrar nos cofres da EPTC, que deixará de entrar nos cofres do Município, que poderia ser aplicado em qualquer outra área do Município; queira ou não queira, é um dinheiro que sai dos cofres do Município. Então, para esse dinheiro sair dos cofres do Município, dinheiro que esses trabalhadores, com certeza, deixarão de pagar, será um benefício que ficará no cofre das empresas de ônibus, que até agora não deram uma concessão, Ver. Tarciso: até agora nós não vimos nada ser tirado do bolso dos empresários; até agora os empresários não fizeram uma concessão para diminuir os seus lucros, que é de 7%, dito na tabela do jornal Zero Hora. Nenhum outro empreendimento tem um lucro líquido real de 7%, nenhum outro, tirando os banqueiros, tirando o sistema bancário, e tem essa possibilidade de girar com o dinheiro por 30 dias. Nenhum outro empreendimento tem, e eles não tiraram nada até agora do seu bolso. E tão simples será tirar o dinheiro do bolso das empregadas domésticas, dos professores, dos vigilantes, trabalhadores da construção civil, os comerciários, trabalhadores de serviço, todos os trabalhadores de Porto Alegre, eles têm que comprovar, estar em dia com todos os seus impostos municipais, com os seus tributos municipais e, principalmente, com os encargos sociais de seus trabalhadores. Eu pediria aos colegas Vereadores a defesa dos trabalhadores de Porto Alegre que pagam passagem, que votem a favor desta Emenda, já que disseram aqui que todas as emendas da oposição são derrotadas. Eu, como Vice-Líder do PDT e Vereador da base aliada, peço que os Vereadores da base aliada se juntem aos Vereadores da oposição e votem a Emenda nº 10 para os trabalhadores de Porto Alegre, para a população de Porto Alegre. Vamos deixar depois que o Prefeito vete, e vamos voltar a discutir esta Emenda que bota dinheiro no cofre da Prefeitura. Tem que estar em dia com os impostos municipais e tem que comprovar que está em dia com os impostos do Fundo de Garantia e da Previdência dos trabalhadores rodoviários. Com

---

força e fé, vamos seguir lutando pelo direito dos trabalhadores, da população da nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras. Srs. Vereadores, a Ver.<sup>a</sup> Sofia está me provocando, mas, felizmente, eu estou tão calmo hoje, Ver. Professor Garcia, que vou fazer outra leitura para a Ver.<sup>a</sup> Sofia ver por que estamos discutindo esses valores. Eu não sei quem é que falou que nós votamos contra a transparência, Ver. Valter. Eu estou tão preocupado com essa notícia e com essa relação de quem publicou... Olhem, meu desprezo! Mas tudo bem, transparente eu sempre fui, e não só nas votações. Eu tenho aqui uma manchete bem grande para mostrar o que o Governo Federal faz com o Rio Grande do Sul, Ver. Comassetto. O senhor não sabia disso, mas está aqui a notícia, com a fotografia grande da Presidenta, como vocês chamam – eu chamo de Presidente –, e diz assim: “As seis maiores capitais brasileiras já estão prontas para receber o repasse federal de R\$ 50 bilhões que a Presidente Dilma Rousseff anunciou, na última segunda-feira, para ajudar as cidades brasileiras a reestruturar o transporte público. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza e Belo Horizonte já estão prontos, adaptados”. Salvador não tem o projeto pronto, mas o Ministro das Cidades vai aceitar uma adaptação do seu plano de mobilidade para a Copa do Mundo. As seis cidades vão ser contempladas, Ver.<sup>a</sup> Sofia, e não avisaram o nosso Vereador “Federal”, Ver. Brasinha, o Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto ficou vendido nessa. Não tem, não! Salvador também não tem plano, Ver.<sup>a</sup> Jussara, mas para Salvador, em que o Governador alinhou as estrelas... Lá em Salvador, pelo jeito, estão alinhadas as estrelas. Em Porto Alegre, não, porque Porto Alegre não está nem na lista. Então, esse Governo Federal... Mas que Bancada é essa do PT que fica brigando para não dar um desconto de R\$ 0,05! Que Bancada é essa do PT! Fica defendendo o quê? Com que moral vocês defendem alguma coisa, se o Governo Federal nem olha para o Governador deste Estado! Não olha e não gosta! Até o Renan Calheiros tirou uma ideia do passe livre do Governador Tarso Genro. O Governador deu, aqui, na marra, um passe livre, mas não sabe como vai dar, ele só disse, por enquanto, como quase tudo que ele

---

---

faz aqui no Rio Grande. Ele disse, mas fazer é outra coisa, porque ele disse que iria pagar o teto para os professores, não disse? Ele disse, mas não fez. Agora ele diz que vai dar passe livre, mas não vai dar! É dele esse jeito de governar.

Agora, a Bancada do PT vem aqui falar em transparência, falar em ver planilhas... Mas que coisa! Todo mundo quer ver. A licitação será feita este ano, aquilo que o PT não conseguiu fazer em 16 anos. O PT não fez em 16 anos – podia ter feito e não fez – por incompetência, por acomodação. E eu não vou falar igual ao Ver. Kopittke, que fala de bolso, que estava no bolso, porque eu acho que é desnecessário falar sobre a intervenção, falar sobre o Sr. Diógenes, falar sobre esses gregos todos que andam circulando pelo PT. Eu não quero falar sobre isso, mas eu não acredito nas bruxas, Ver. Janta, mas dizem que existem. Existem bruxas soltas por aí, por isso essa volúpia da Bancada do PT de não querer votar o Projeto hoje. Eles nunca baixaram nada de tarifa para os trabalhadores e, pior, eles nunca aumentaram os salários para a Segurança e para os professores. Eles não aumentam. Uma maneira de ajudar a diminuir a tarifa é vocês pagarem os salários que prometeram para os professores e pagarem os salários para os funcionários que moram em Porto Alegre e que moram em Rio Grande e que vocês não pagam. Assim seria melhor. O funcionário público não quer migalha de tarifa, ele quer ser bem pago, o que esse Governo do PT não faz. Não paga o que prometeu, e muito menos paga o que merece o funcionalismo.

Então, pregar moral de cueca aqui, não! Vamos fazer as coisas sérias. Diminuir tarifas não é só amarrar a votação como vocês estão fazendo. Tem muito jeito de diminuir tarifa aqui. A verdade é a primeira coisa que vocês deveriam usar.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, a Emenda que o Ver. Janta apresenta, efetivamente, trata de tributos. Quanto à forma, ela está correta, ela trata e dá uma condição para isentar. Está certo, só que, Ver. Janta, se nós aprovamos a Emenda de V. Exa., nós, como V. Exa. nos diz, botamos dinheiro nos cofres da Prefeitura, mas terminamos com a isenção. Ou seja, o Projeto e a discussão

---

vão a zero por uma questão: todos sabem que está sendo gestado agora o encaminhamento para a licitação do transporte coletivo e é compromisso do Governo licitar neste ano.

Então, quando V. Exa. escreve, amigo Janta, que será beneficiário dessa isenção somente a empresa que atender os requisitos da Lei nº 8.666/93, nenhuma está atendendo, neste momento, e o Projeto não teria nenhum efeito. Por isto, compreendendo a razão, a importância do processo, a ideia, nós precisamos rejeitar a Emenda, sob pena de tornar inócuo todo o Projeto e toda a discussão que temos hoje. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 10, destacada, ao PLCE nº 007/13.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Quero cumprimentar todos os colegas, pois já estamos há seis horas e meia debatendo. Eu não acho que é um tema que pudesse ser debatido em 20 minutos, afinal nós estamos tratando do tema que as tão ditas ruas vieram clamar! Eu quero aqui falar para o Líder do Governo, a quem reputo o maior respeito em suas posições, que, se é verdade que essas emendas estão sendo rejeitadas tão somente por questões formais, faço um pedido aqui aos líderes, que se dê o artigo – se não me falha a memória – 81 do nosso Regimento, ou seja, a situação de urgência para todos os projetos que tratem sobre esses temas que nós estamos debatendo aqui e que, no máximo, em 30 dias eles cheguem novamente ao Plenário para serem debatidos no mérito. Se há divergência, efetivamente e tão somente pela forma, eu peço, então, que a gente possa, o quanto antes, debater a transparência, mesmo que aqui se tente calar, em pleno ano de 2013, século XXI, uma pessoa que eu reputo muito bem qualificada, que ela venha aqui tentar silenciar as redes, chamar as redes sociais de fascistas, dizer que os jovens que estão nas ruas são desordeiros. Tem gente que não entendeu o que está acontecendo neste País! Eu sei que dói, mas é importante ter tranquilidade com as redes sociais, Ver. Nagelstein, não chamá-las de fascistas, não chamar as pessoas que estão exercendo a sua liberdade sem o controle de políticos. Estão nas redes, sim, questionando, ora as votações de uns, ora de outros, no conteúdo.

---

Então, voltando aqui, apesar de hoje não ter sido possível aprovar o aumento da transparência do cálculo da tarifa, apesar de hoje não poder ter sido aprovada a licitação, apesar de hoje não ter sido aprovada a bilhetagem pública, apesar de hoje não ter sido aprovada a ampliação da participação do Comtu, eu espero que, logo em seguida, nós possamos estar aqui discutindo esses mesmos temas. E espero que, pelo menos, esta Emenda do Ver. Janta, absolutamente simples, que diz tão somente que a empresa só vai poder se beneficiar dessa isenção se ela estiver em dia com suas obrigações tributárias e encargos sociais de seus trabalhadores. Nada mais do que a Lei.

Eu ousou dizer que a população de Porto Alegre também se disporia, sim, a abrir mão de cinco centavos para que nós tivéssemos transparência, licitação, bilhetagem e participação, e que essas empresas honrem com seus compromissos sociais, com os direitos dos trabalhadores rodoviários desta Cidade. É tão somente isso que nós estaremos – alguns aqui, se tivermos maioria – aceitando algo absolutamente simples, e que está na Lei. Que a gente possa não rasgar a Lei do Brasil, como foi muito bem dito aqui. Tem que manter a Lei, a legalidade do processo. Eu espero, Ver. Janta, que faz aqui uma brilhante luta pelos trabalhadores, que a Administração possa não só não dar isenção como possa fiscalizar e punir todas as empresas da Cidade que não estiverem com seus encargos em dia. Porque é isso que a Legislação obriga que a Administração faça e que eu espero que seja feito.

Eu sei que alguns tentam levar o debate para outros pagos, tentam botar fumaça na sala, gritar, ficar brabos para que a gente não debata o tema, mas a população está olhando e está conseguindo ver com clareza, no dia de hoje, quem defende o quê exatamente nesta Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo):** (20h30min) Encerrada a Ordem do Dia.

Está encerrada a Sessão pelo tempo regimental.

(Encerra-se a Sessão às 20h30min.)